



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

BRUNA TREVISAN NEGRI

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM REGENTE FEIJÓ/SP:
Análise de suas particularidades e comparação com o caso de *Centre*
Wellington/ON - Canadá

PRESIDENTE PRUDENTE

2023

BRUNA TREVISAN NEGRI

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM REGENTE FEIJÓ/SP:

Análise de suas particularidades e comparação com o caso de *Centre
Wellington/ON* - Canadá

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Presidente Prudente

2023

N386a Negri, Bruna Trevisan
Agricultura urbana e periurbana em Regente Feijó/SP : análise de
suas particularidades e comparação com o caso de Centre
Wellington/ON - Canadá / Bruna Trevisan Negri. -- Presidente
Prudente, 2023
161 p. : tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

1. Geografia. 2. Agricultura urbana/periurbana. 3. Segurança
alimentar. 4. Políticas públicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM REGENTE FEIJÓ/SP

AUTORA: BRUNA TREVISAN NEGRI

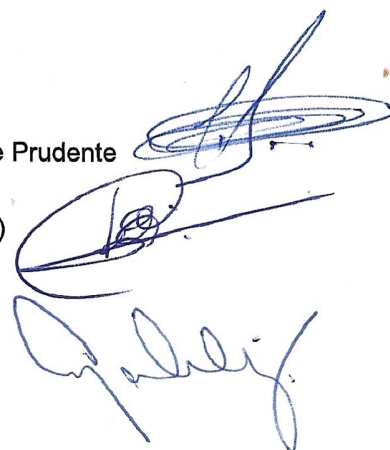
ORIENTADOR: ANTONIO NIVALDO HESPANHOL

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. FRANCISCO FRANSUALDO DE AZEVEDO (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. ARTHUR MAGON WHITACKER (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente



Presidente Prudente, 02 de dezembro de 2022

Nesses tempos de céus de cinzas e chumbos, nós
precisamos de árvores desesperadamente verdes.
(Mário Quintana)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, pela força e pela determinação concedidas durante este árduo percurso.

Agradeço à minha família pela paciência, apoio e incentivo durante a realização deste trabalho. Aos meus pais, João e Odete, obrigada por me ensinarem a admirar a Natureza e por terem caminhado comigo até aqui. À minha irmã, Tamiris, e ao meu cunhado, Lucas, agradeço por terem sido pilares importantes deste processo, me encorajando e me apontando o caminho certo a seguir. Agradeço à minha sobrinha, Júlia, que veio ao mundo no meio deste caminho e, mesmo tão pequena, me mostrou uma nova perspectiva e me ensinou a ver o mundo com outros olhos.

Aos amigos que me acompanharam durante o mestrado, ainda que majoritariamente de forma remota, compartilhando acertos, dificuldades e realizações, meus sinceros agradecimentos.

Ao Professor Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, que me acompanha desde o início da graduação e que me apresentou ao mundo da ciência e da pesquisa, obrigada por tudo até aqui. O senhor com certeza exerce papel fundamental em minha formação.

Meus agradecimentos aos Profs. Drs. Ana Rute do Vale e Francisco Fransualdo de Azevedo pela participação na Banca de Qualificação e pelas contribuições com o trabalho.

Aos Profs. Drs. Maria Encarnação Beltrão Sposito, Arthur Magnon Whitacker, Everaldo Santos Melazzo e Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, obrigada por terem contribuído direta e indiretamente com esta pesquisa por meio das disciplinas ministradas durante o mestrado.

À Prof. Dr. Karen Landman, que me apoiou e me acolheu para a realização do estágio de pesquisa no Canadá, na *University of Guelph*, agradeço profundamente.

Agradeço à Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Presidente Prudente, pelo acolhimento para a realização da pesquisa. Os instrumentos e ferramentas disponibilizados pela Universidade foram fundamentais para o alcance dos resultados que serão apresentados.

À *University of Guelph*, agradeço a hospitalidade durante os meses passados no Canadá para a realização de parte da pesquisa. A infraestrutura, o suporte acadêmico e os materiais de aprendizagem disponibilizados foram de extrema importância para atingir os objetivos almejados com a pesquisa no exterior.

O presente trabalho foi realizado parcialmente com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001, à qual presto meus agradecimentos. Também agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processos nº 2020/00738-3 (Bolsa no País) e 2021/00286-8 (Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior – BEPE), pelo financiamento da pesquisa. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES.

Por fim, agradeço imensamente aos agricultores urbanos e periurbanos e aos demais entrevistados durante a pesquisa. A disposição e a receptividade destas pessoas foi o que possibilitou a finalização deste trabalho.

Muito obrigada a todos!

Resumo

A agricultura urbana e periurbana (AUP) é uma prática antiga que vem se popularizando em diversos países do mundo por seus reconhecidos benefícios, que abrangem as esferas social, ambiental e econômica. Esta prática consiste, de forma geral, no cultivo de alimentos e criação de animais na cidade e em seu entorno, e pode ser realizada com múltiplas finalidades, como o autoconsumo e a comercialização dos alimentos, por exemplo. A pesquisa teve como objetivo compreender a AUP praticada no município de Regente Feijó/SP, com o intuito de contribuir para a disseminação e ampliação do conhecimento sobre a produção de alimentos em espaços urbanos e periurbanos e com a elaboração e implementação de políticas públicas que apoiem e estimulem esta modalidade de agricultura. O estudo foi conduzido, primeiramente, por meio da realização de pesquisa bibliográfica para entendimento do conceito e das características da AUP e de sua inserção no contexto histórico brasileiro. Foram realizadas pesquisas em *sites* oficiais e outras fontes como dissertações, teses e artigos científicos a respeito das leis e políticas públicas existentes no Brasil que abrangem a AUP e seus trabalhadores. Também foram feitas entrevistas com agricultores urbanos e periurbanos de Regente Feijó e com representantes de instituições públicas municipais. Além disto, foi realizado um estágio de pesquisa no Canadá com o objetivo de caracterizar a AUP no município de *Centre Wellington*, na província de Ontário, utilizando os mesmos procedimentos da pesquisa feita no Brasil. Apesar de terem sido identificadas significativas diferenças entre a AUP realizada em Regente Feijó e em *Centre Wellington*, como, por exemplo a finalidade da produção, que é principalmente para autoconsumo no município brasileiro e para comercialização no município canadense, os resultados evidenciam que a produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas exerce um importante papel em ambos os municípios pesquisados, tanto na melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) local, quanto no abastecimento alimentar. Os principais problemas encontrados nos dois casos estudados, no entanto, estão relacionados à falta de apoio governamental adequado para o desenvolvimento das iniciativas de AUP existentes. As necessidades dos trabalhadores da AUP para o desenvolvimento dos cultivos se traduzem em dificuldades como, por exemplo, a falta de espaço e a falta de dinheiro, obstáculos que poderiam ser amenizados com a criação e implementação de políticas em níveis municipal, estadual e federal – e aprimoramento das políticas já existentes - visando incluir este tipo de agricultura no planejamento urbano dos municípios e disponibilizando crédito aos agricultores.

Palavras-chave: Agricultura urbana e periurbana; Segurança alimentar e nutricional, Políticas públicas.

Abstract

Urban and peri-urban agriculture (UPA) is an ancient practice that has become popular in several countries around the world due to its recognized benefits, which cover the social, environmental and economic spheres. UPA generally consists of growing food and raising animals in and around cities, and can be carried out for multiple purposes, such as self-consumption and food marketing. The research aimed to understand how UPA is characterized in Regente Feijó/SP, in order to contribute to the dissemination and expansion of knowledge about food production in urban and peri-urban spaces and with the elaboration and implementation of public policies that support and encourage this type of agriculture. The study was conducted, firstly, through bibliographic research to understand the concept and characteristics of UPA and its insertion in the Brazilian historical context. Research was carried out on official websites and other sources such as theses and scientific articles about Brazil's laws and public policies that cover UPA and its farmers. Interviews were also carried out with urban and peri-urban farmers in Regente Feijó and with representatives of municipal public institutions. In addition, a research internship was carried out in Canada with the objective of characterizing UPA in the municipality of Centre Wellington, in the province of Ontario, using the same procedures as the research in Brazil. Although significant differences were identified in the UPA carried out in Regente Feijó and in *Centre Wellington*, such as, for example, the purpose of production, which is mainly for self-consumption in the Brazilian municipality and for marketing in the Canadian municipality, the results show that food production in urban and peri-urban areas plays an important role in both landscapes surveyed, both in improving local food security and in the local food supply. The main problems that were found, however, are related to the lack of adequate government support for the development of existing UPA initiatives. The needs of UPA farmers for the development of their productions translate into difficulties such as lack of space and lack of money, obstacles that could be alleviated with the creation and implementation of policies at municipal, state and federal levels – and improvement of existing policies – aiming to include this type of agriculture in the urban planning of municipalities and providing credit to farmers.

Keywords: Urban and peri-urban agriculture; Food security; Public policies.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

AUP	Agricultura urbana e periurbana
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CCF	Cidades Cultivando para o Futuro
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura/ <i>Community Supported Agriculture</i>
CIMA	Companhia Industrial Mercantil e Agrícola
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EFAO	<i>Ecological Farmers Association of Ontario</i>
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEAU	Grupo de Estudos em Agricultura Urbana
GEDRA	Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária
GNAU	Grupo Nacional de Agricultura Urbana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDRC	<i>International Development Research Centre</i>
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCS	Projeto Colhendo Sustentabilidade
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROAURP	Programa de Agricultura Urbana e Periurbana
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPG	Sistema Participativo de Garantia
UNESP	Universidade Estadual Paulista

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Nº		P.
1	Localização do município de Regente Feijó no Estado de São Paulo.....	37
2	Malha urbana do município de Regente Feijó/SP.....	41
3	Localização das unidades produtivas de AUP pesquisadas em Regente Feijó/SP.....	79
4	Localização de <i>Centre Wellington</i> na província de Ontário.....	91
5	Localização de <i>Centre Wellington</i> e da província de Ontário no Canadá.....	92
6	Localização das unidades produtivas de AUP e das hortas comunitárias pesquisadas em <i>Centre Wellington/ON</i>	103

TABELAS

Nº		P.
1	Grau de escolaridade dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Regente Feijó/SP.....	67
2	Economia nas despesas com alimentação dos agricultores que produzem para autoconsumo decorrente da AUP.....	75
3	Formas de comercialização adotadas pelos agricultores pesquisados em Regente Feijó/SP.....	76
4	Tipos de unidades produtivas pesquisadas no município de Regente Feijó/SP.....	80
5	Dificuldades enfrentadas pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Regente Feijó/SP.....	85
6	Grau de escolaridade dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em <i>Centre Wellington/ON</i>	94
7	Economia nas despesas com alimentação dos produtores de AUP pesquisados em <i>Centre Wellington/ON</i>	100

8	Canais de comercialização utilizados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em <i>Centre Wellington/ON</i>	101
9	Dificuldades enfrentadas pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em <i>Centre Wellington/ON</i>	107

GRÁFICOS

Nº		P.
1	Brasil: Consumo de Agrotóxicos e Afins (2000 -2014).....	25
2	Brasil: População rural e urbana, 1950/2010.....	26
3	Brasil: incremento absoluto da população urbana e o saldo migratório nos períodos 1960/1991.....	27
4	Faixa etária dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados no município de Regente Feijó/SP.....	69
5	Longevidade dos cultivos de AUP em Regente Feijó/SP.....	70
6	Faixa etária dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em <i>Centre Wellington/ON</i>	95
7	Longevidade dos cultivos de AUP em <i>Centre Wellington/ON</i>	97

QUADROS

Nº		P.
1	Características da produção de alimentos em áreas urbanas/periurbanas e rurais.....	49
2	Variedade e incidência de produtos cultivados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Regente Feijó/SP.....	71
3	Variedade e incidência de produtos cultivados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em <i>Centre Wellington/ON</i>	98

FIGURAS

Nº	P.
1 Localização de Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó.....	40
2 Limites do Conjunto Habitacional Felipe Antenor Malacrida em Regente Feijó/SP.....	42
3 Localização do “Aeropark Clube de Voo Desportivo – SDYJ” e da “Granja Acampamento” em Regente Feijó/SP.....	44
4 Jabuticabeira em quintal de um dos agricultores entrevistados em Regente Feijó/SP.....	73
5 Cebolinha plantada em canteiro no quintal de um dos agricultores entrevistados em Regente Feijó/SP.....	74
6 Produção da AUP sendo comercializada em um sacolão localizado no centro de Regente Feijó/SP.....	77
7 <i>St. James Community Garden – Township of Centre Wellington/ON.....</i>	110
8 <i>Thyme with God Community Garden – Township of Centre Wellington/ON.....</i>	111
9 <i>Faith Lutheran Community Garden – Township of Centre Wellington/ON.....</i>	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1. DO RURAL AO URBANO NO BRASIL.....	22
1.1. Breve retomada histórica: A modernização da agricultura e o processo de urbanização brasileiro.....	22
1.2. Entre o rural e o urbano: As relações cidade-campo e o espaço periurbano.....	31
CAPÍTULO 2. AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS GERAIS.....	46
2.1. O que é a AUP? – Definições e Características.....	47
2.2. Benefícios do cultivo de alimentos nas cidades e em seu entorno.....	52
2.3. Desafios – A AUP no contexto das políticas públicas.....	57
CAPÍTULO 3. CARACTERIZAÇÃO DA AUP EM REGENTE FEIJÓ/SP.....	65
3.1. Perfil dos agricultores responsáveis pelas unidades produtivas pesquisadas e caracterização da produção da AUP em Regente Feijó.....	67
3.2. Infraestrutura das unidades produtivas e organização da produção.....	78
3.3. Técnicas, recursos e insumos utilizados nos cultivos.....	80
3.4. Principais dificuldades e desafios encontrados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Regente Feijó.....	85
CAPÍTULO 4. AUP NO CANADÁ: CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E PERIURBANAS NO MUNICÍPIO DE CENTRE WELLINGTON/ON.....	88
4.1. Contextualizando o desenvolvimento da AUP no Canadá e caracterizando a área de estudo.....	89
4.2. Políticas públicas e projetos voltados à AUP em <i>Centre Wellington</i>	93
4.3. Perfil dos agricultores responsáveis pelas unidades produtivas pesquisadas e caracterização da produção da AUP em <i>Centre Wellington</i>	94
4.4. Infraestrutura das unidades produtivas e organização da produção.....	102
4.5. Técnicas, recursos e insumos utilizados nos cultivos.....	104
4.6. Principais dificuldades e desafios encontrados pelos agricultores urbanos e	

periurbanos pesquisados em <i>Centre Wellington</i>	107
4.7. <i>Community gardens</i> em <i>Centre Wellington</i>	109
CAPÍTULO 5. PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DESENVOLVIMENTO DA AUP.....	115
5.1. O caso de Regente Feijó.....	115
5.2. O caso de <i>Centre Wellington</i>	118
5.3. Comparação entre os casos e análise teórica: A AUP na perspectiva do direito à cidade.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	129
ANEXOS.....	139

INTRODUÇÃO

Tem havido, nos últimos anos, um crescente interesse pela prática da agricultura urbana e periurbana (AUP) em todo o mundo. O crescimento da população urbana tem superado significativamente o da população rural, e além de trazer consigo o aumento da pobreza urbana e da insegurança alimentar, traz também novas demandas e necessidades que não tinham tanta importância anteriormente. Dentre estas demandas está, por exemplo, a produção agrícola para a autossustentabilidade.

A AUP, que pode ser genericamente entendida como a atividade que engloba o cultivo de alimentos e a criação de animais na cidade e no seu entorno, gera benefícios que vão desde o melhor aproveitamento do espaço urbano até a diminuição da insegurança alimentar de comunidades e a geração de uma nova fonte de renda.

Esta modalidade de agricultura também é bastante identificada com a produção sustentável e é um meio eficaz de reduzir os impactos ambientais provocados pelo cultivo de alimentos, promovendo mais qualidade ambiental e saúde nas cidades. Além disso, a produção de alimentos nas cidades e em seus entornos também está fortemente entrelaçada à agroecologia, apesar de nem sempre ser praticada seguindo seus princípios.

As potencialidades da AUP vêm sendo analisadas em diversos países do mundo, e em alguns estados e municípios brasileiros. A crescente importância mundial desta prática está expressa em diversas organizações e projetos em diferentes países que buscam promover a produção de alimentos nas áreas urbanas e periurbanas.

Apesar de seu caráter multifuncional, multidimensional e de seus reconhecidos benefícios, como suas contribuições para a melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), por exemplo, a AUP não é contemplada adequadamente com políticas públicas e apoio governamental que permitam e facilitem seu desenvolvimento no Brasil, e a atual estrutura das cidades também não favorece o seu avanço. Por outro lado, o desenvolvimento promissor de práticas de AUP em países de Primeiro Mundo sugere uma realidade diferente em termos de apoio governamental, políticas públicas e infraestrutura nestas localidades.

Esta pesquisa justificou-se, primeiramente, pela necessidade de conhecer a prática da AUP no município de Regente Feijó/SP que é marcado pela forte presença do cultivo de alimentos nas suas áreas urbanas e periurbanas, entender suas necessidades e, assim, subsidiar a

elaboração de políticas públicas que a favoreçam e estimulem o seu desenvolvimento. O tema estudado também partiu de motivações pessoais, do desejo de explorar novos sistemas alimentares, mais sustentáveis e menos prejudiciais ao meio ambiente, e da vontade de entender como estes sistemas alternativos podem contribuir com o abastecimento alimentar local. Além disto, a pesquisa realizada, durante os projetos de iniciação científica, sobre a agricultura familiar na área rural de Regente Feijó, suscitou a vontade de conhecer a produção de alimentos realizada nas áreas urbanas do município.

Desta forma estabelece-se o principal objetivo deste trabalho: compreender a AUP praticada em Regente Feijó, com o intuito de contribuir para a disseminação e ampliação do conhecimento sobre a produção de alimentos em espaços urbanos e periurbanos e com a elaboração e implementação de políticas públicas que apoiem e estimulem esta modalidade de agricultura.

Para alcançar este objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Explorar o contexto histórico-social em que a AUP se insere no Brasil e contextualizar a formação do espaço periurbano, caracterizando esta área no município de Regente Feijó;
- Identificar unidades produtivas de AUP em Regente Feijó nas áreas urbana e periurbana e caracterizar os trabalhadores desta modalidade de agricultura no município;
- Caracterizar a AUP do município, verificando quais produtos são cultivados e suas destinações, quais técnicas e insumos são utilizados na produção, quais os agentes envolvidos no processo produtivo, incluindo os fornecedores de insumos e quais as principais dificuldades para seu desenvolvimento;
- Caracterizar a AUP no município de *Centre Wellington/ON*, no Canadá, apontando as principais semelhanças e diferenças entre o que foi encontrado no Brasil e no exterior;
- Analisar a atuação das instituições públicas de fomento à agricultura no município de Regente Feijó (Casa da Agricultura) no que concerne à AUP e averiguar a possibilidade de criação de novas políticas pelo poder público municipal de apoio a este tipo de agricultura.

A metodologia consistiu em, primeiramente, revisar a literatura sobre a temática de pesquisa. Nesta etapa, foram selecionados artigos de periódicos, teses, dissertações, livros e outros materiais *online* sobre temas necessários para o entendimento da AUP. Dentre estes temas

estão fenômenos que ocorreram recentemente e que vêm ocorrendo na atualidade, como os processos de modernização da agricultura e de urbanização brasileiros, por exemplo. O estabelecimento de relações entre estes fenômenos e a AUP nos permite construir um entendimento mais aprofundado a respeito do desenvolvimento e das condições da prática desta modalidade de agricultura no Brasil, enriquecendo a discussão e a caracterização do fenômeno no município de Regente Feijó.

Foi necessário, também, pesquisar em *sites* oficiais e outras fontes como dissertações, teses e artigos científicos a respeito das leis e políticas públicas existentes no Brasil que abrangem a AUP e seus trabalhadores.

Também foram identificadas e mapeadas as unidades produtivas pesquisadas em Regente Feijó e foram aplicados formulários a agricultores urbanos/periurbanos e a representantes de instituições públicas do município. A partir deste levantamento de dados primários, foram obtidas informações relacionadas, por exemplo, à quantidade produzida, ao tipo de produção, à qualidade dos produtos, às estratégias utilizadas pelos produtores para comercializar os alimentos e ao papel das instituições públicas municipais no apoio ao desenvolvimento da AUP.

Além disso, foi realizado um estágio de pesquisa de seis meses na *University of Guelph*, no Canadá, com o objetivo de caracterizar a AUP praticada no município de *Centre Wellington*, na província de Ontário. Assim como em Regente Feijó, as unidades produtivas pesquisadas foram identificadas e mapeadas, e foram realizadas entrevistas com os agricultores urbanos e periurbanos responsáveis, com um representante do poder público municipal e com uma representante da rede de organização dos *community gardens*, que são hortas comunitárias que foram encontradas na área urbana do município.

As metodologias específicas e detalhadas que foram utilizadas nas pesquisas em ambos os municípios serão explicadas nos próximos capítulos, ao serem apresentados os resultados. Após a coleta dos dados no Brasil e no Canadá, eles foram organizados, analisados, correlacionados com a bibliografia estudada previamente e sistematizados em forma de gráficos, tabelas e quadros, compondo os resultados da pesquisa.

A realização do estágio de pesquisa no Canadá possibilitou a incorporação de uma nova perspectiva à pesquisa, revelando as particularidades da AUP em ambas as localidades pesquisadas. A possibilidade de analisar os dados obtidos no Brasil e no exterior e compará-los

lado a lado, permitiu elencar pontos positivos e negativos em relação ao que vem sendo feito para o desenvolvimento da AUP no Brasil, e entender o que ainda pode ser melhorado.

O trabalho está organizado em cinco capítulos, além desta introdução, das considerações finais e das referências. No primeiro capítulo explora-se o contexto histórico-social de inserção da AUP no Brasil, relacionando-a com os processos de modernização da agricultura e de urbanização brasileiros. Além disto, neste capítulo faz-se um apanhado dos principais dilemas que envolvem a relação cidade-campo e caracteriza-se o espaço periurbano, buscando revelar o que há de particular nesta área e explorando algumas de suas características no município de Regente Feijó.

O segundo capítulo trata especificamente da AUP, trazendo sua definição, descrevendo suas características, benefícios e apontando os principais desafios relacionados à sua prática, que dizem respeito principalmente à questão das políticas públicas e apoio governamental.

O terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos com a pesquisa de campo realizada em Regente Feijó. Após o detalhamento da metodologia utilizada para a coleta de dados, apresentam-se as informações relacionadas ao perfil dos agricultores pesquisados; à caracterização e organização da produção e das unidades produtivas; às técnicas, recursos e insumos utilizados nos cultivos e às dificuldades enfrentadas pelos agricultores para o desenvolvimento das produções.

No quarto capítulo são apresentadas e analisadas as mesmas questões do capítulo anterior, mas em relação aos dados obtidos no município de *Centre Wellington*, no Canadá. Esta seção, além de detalhar a metodologia utilizada para a coleta de dados no exterior, apresentar os resultados obtidos, e compará-los com o que foi encontrado no Brasil, ainda faz uma breve caracterização do município que foi estudado e traz um tópico relacionado aos *community gardens*, explicando o que são e os motivos pelos quais eles são importantes.

Por fim, o quinto capítulo traz uma reflexão sobre o papel do poder público municipal no desenvolvimento da AUP, apresentando dados obtidos em ambos os municípios estudados por meio de entrevistas com representantes de instituições públicas municipais e propondo uma reflexão da inserção da AUP nas perspectivas da mercantilização do território e do direito à cidade.

A partir das reflexões e dos resultados apresentados ao longo deste trabalho espera-se contribuir para a compreensão não apenas do conceito de AUP e de suas características e

benefícios, mas também da dinâmica rural e urbana, entendendo o papel das cidades para o abastecimento alimentar e para a melhoria da SAN de seus habitantes. Além disto, espera-se que os dados aqui apresentados sirvam de referência para a elaboração de políticas públicas e projetos sociais que visem ampliar e melhorar a produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas, tendo em vista as contribuições que isto pode gerar para a sociedade como um todo.

CAPÍTULO 1 - DO RURAL AO URBANO NO BRASIL

O Brasil passou por muitas transformações no último século. A produção agropecuária foi mecanizada e modernizada; diversas multinacionais se instalaram no país; a população urbana tornou-se superior à rural, intensificando o processo de urbanização e, consequentemente, as relações espaciais e sociais que envolvem o campo e a cidade foram bruscamente alteradas. A partir destes processos, a clara distinção que vinha se estabelecendo entre o que se considera campo e o que se considera cidade vai deixando de existir conforme as relações entre rural e urbano vão se intensificando e estes espaços vão sendo reinterpretados, como destaca Sposito (2009).

Estas novas dinâmicas produzidas pelo processo de globalização resultaram, também, na formação de um terceiro espaço, para além do rural e do urbano: o espaço periurbano. Este, como veremos, envolve uma combinação de elementos tanto do urbano quanto do rural, além de características próprias, tornando-se bastante complexo.

Busca-se, neste capítulo, fazer uma breve retomada histórica, analisando de forma sintética os processos de modernização da agricultura e de urbanização no Brasil, e relacionando-os ao desenvolvimento da AUP no país. Além disso, apresentam-se algumas teorias que buscam explicar os conceitos de rural e de urbano, procurando analisar como as relações entre estes dois espaços foram se resignificando em consequência dos processos gerais vivenciados pela sociedade.

Por fim, procura-se analisar o processo de formação do espaço periurbano, caracterizando-o e analisando algumas especificidades do espaço periurbano do município de Regente Feijó, que é o recorte espacial de pesquisa.

1.1. Breve retomada histórica: A modernização da agricultura e o processo de urbanização brasileiro

Iniciou-se na Inglaterra, durante o período da Revolução Industrial, o que chamamos de Segunda Revolução Agrícola: uma série de modernizações no campo com o objetivo de aumentar a produtividade através do uso de novas tecnologias e novos processos de produção (VILHONI; PEREIRA; ABREU, 2009). Esta necessidade pelo aumento da produtividade surgiu,

principalmente, relacionada aos problemas de escassez crônica de alimentos na Europa, intensificados a partir de 1890.

Esta modernização da agricultura se intensificou e se difundiu pelo mundo ainda mais após a Segunda Guerra Mundial. As indústrias químicas fabricantes de venenos, até então usados como armas químicas, encontraram na agricultura um novo mercado para seus produtos. Diversas políticas foram implementadas em todo o mundo visando garantir e expandir este mercado. Segundo Londres (2011, p.17): “A pesquisa agropecuária voltou-se para o desenvolvimento de sementes selecionadas para responder a aplicações de adubos químicos e agrotóxicos em sistemas de monoculturas altamente mecanizados”. Também foi construído e adotado um maquinário pesado para ser utilizado desde o plantio até a colheita, como tratores e colheitadeiras (ANDRADES; GANIMI, 2007). A justificativa para tais ações era de que estas medidas seriam fundamentais para derrotar a fome que assolava boa parte da população mundial (LONDRES, 2011).

Este processo foi chamado de “Revolução Verde” e seu pacote tecnológico - que inclui a introdução de novas tecnologias e insumos no campo - foi fortemente difundido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO - ONU) e pelo Banco Mundial (LONDRES, 2011). A Revolução Verde iniciou-se no final da década de 1940 no México e foi introduzida pelos Estados Unidos em outros países da Europa na década de 1950 (ROSA, 1998 *apud*. ANDRADES; GANIMI, 2007).

A adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde compôs a chamada “modernização da agricultura brasileira”, que alterou a base técnica do país e a partir da qual se formaram os complexos agroindustriais que, de acordo com Agra e Santos (2001), representam a integração técnica entre a indústria que produz para a agricultura, a agricultura e a agroindústria. A partir de então, a agricultura no Brasil que até o momento era feita de forma simples e primária, começa a se modernizar, buscando cada vez mais ampliar a produtividade, tentando sempre minimizar os riscos e aumentar o controle do homem sobre a natureza, e visando, majoritariamente, a produção de *commodities* para exportação.

Este processo de modernização está intimamente ligado à entrada no país de indústrias multinacionais produtoras de bens de capital e de insumos modernos, como tratores, fertilizantes e biocidas. O aumento no uso destes produtos pela agricultura brasileira coincide justamente com a incorporação dessas empresas ao Brasil. Assim, a agricultura converte-se em um ramo

industrial, cujo desenvolvimento passa a ser comandado pela dinâmica deste setor (MARTINE, 1990, *apud*. AGRA; SANTOS, 2001).

O Estado, através do chamado Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (instituído em 1965), que tinha por objetivo estimular a industrialização da agricultura, subsidiou a introdução desta nova base técnica no país. De acordo com Hespanhol (2007):

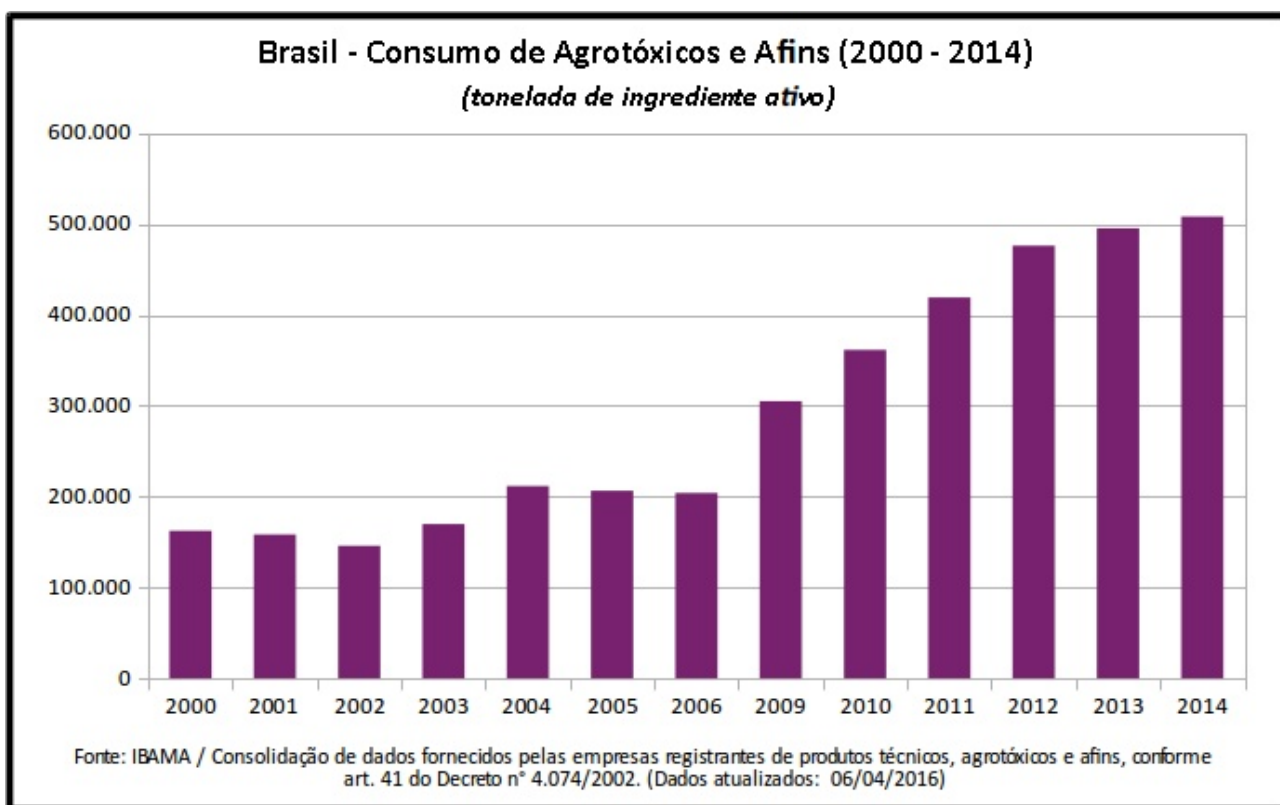
O governo federal, além de fornecer crédito rural subsidiado aos médios e grandes produtores rurais para investimento, comercialização e custeio da produção realizada em bases técnicas modernas, construiu e modernizou armazéns, apoiou a expansão do cooperativismo empresarial, criou facilidades para a instalação de indústrias químicas e mecânicas e estimulou a implantação e expansão de agroindústrias processadoras de matérias primas provenientes do campo (HESPANHOL, 2007, p. 274).

É importante ressaltar que o processo de modernização agrícola brasileiro foi extremamente excludente, conservador e desigual, já que o crédito rural oficial foi oferecido restritamente aos médios e grandes produtores, tornando o processo de alteração da base técnica e de permanência no campo muito difícil aos pequenos produtores (HESPANHOL, 2007). Além disso, à medida que o agricultor capitalista vai tomando espaço no campo, incorporando mais e mais terras às monoculturas de exportação, são reduzidas as áreas ocupadas com o cultivo de alimentos, dificultando ainda mais a permanência do pequeno produtor no espaço rural (AGRA; SANTOS, 2001). De acordo com tais autores: “Com a mecanização promoveu-se uma verdadeira expulsão do homem do campo. No período de auge do processo, entre 1970 e 1980, foram 30 milhões de pequenos produtores expulsos de suas terras.” (AGRA; SANTOS, 2001, p.3).

Este êxodo rural, ligado ao excedente de mão de obra do campo, foi o principal fenômeno no qual se apoiou o processo de urbanização brasileiro. Esta, porém, foi apenas uma das consequências desta modernização “conservadora”. Este termo é utilizado por Graziano da Silva (1993) para descrever o processo de modernização da agricultura brasileira, que, como mencionado, teve por objetivo o crescimento da produção agropecuária por meio da renovação tecnológica, sem alteração da estrutura agrária. De acordo com o autor, a característica fundamental deste processo é seu caráter excludente, privilegiando apenas um grupo seleto de agricultores, notadamente médios e grandes, concentrados nas regiões mais ricas do país – Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Outras consequências decorrentes da modernização foram a concentração fundiária, o aumento dos conflitos no campo, a especulação fundiária, o agravamento dos problemas urbanos, a elevação da desigualdade social, o aumento dos problemas ambientais, como a devastação de florestas e campos nativos, levando à diminuição da biodiversidade, a contaminação de recursos hídricos causada pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, entre outros problemas. O Gráfico 1, desenvolvido por Bombardi (2017, p.33), demonstra como este consumo exacerbado de agrotóxicos cresceu entre os anos de 2000 e 2014. Os produtos agroquímicos trazem riscos não apenas à saúde dos consumidores dos alimentos envenenados, mas também aos trabalhadores da agricultura que os aplicam, além da contaminação causada aos recursos hídricos.

Gráfico 1 – Brasil: Consumo de Agrotóxicos e Afins (2000 – 2014)



Fonte: BOMBARDI (2017).

No século XX e, sobretudo a partir da década de 1960, o Brasil, assim como os demais países da América Latina, apresentou um rápido processo de urbanização. Este processo, decorrente das migrações internas, que incluem o êxodo rural mencionado anteriormente, se

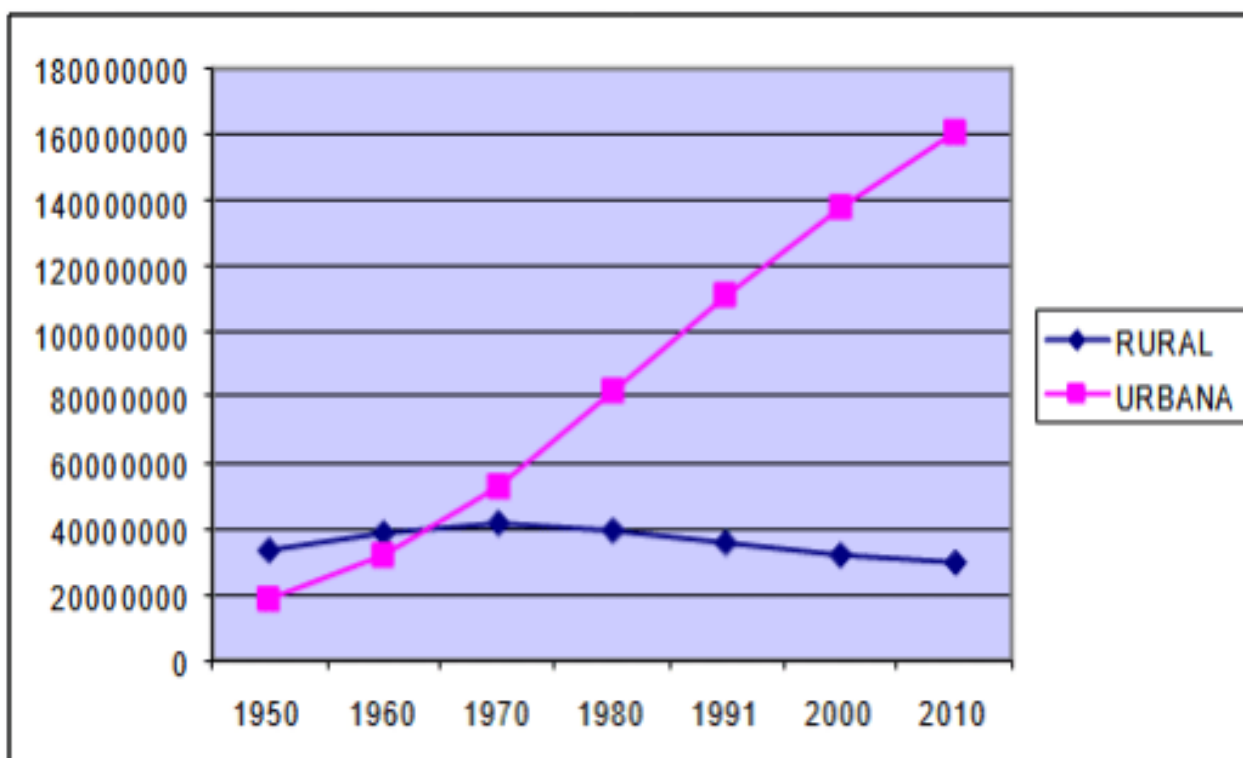
articula com um conjunto de mudanças ocorridas na economia, na sociedade e na política brasileira, especialmente na segunda metade do século passado (BRITO, 2006).

A partir do primeiro surto de industrialização ocorrido no Brasil, as relações mercantis entre as diferentes regiões brasileiras, que até então eram arquipélagos regionais, ampliaram-se (BRITO, 2006). Isso se deve, principalmente, à construção de um meio técnico geograficamente interligado pelos transportes e pelas telecomunicações (GUIMARÃES, 2016).

“Esses arquipélagos regionais, fundamentalmente articulados em torno das atividades agrícolas, apresentavam um sistema de cidades polarizado pelas capitais, formando uma embrionária rede urbana, basicamente litorânea” (BRITO, 2006, p. 221). De acordo com o autor:

Em 1920, o Brasil contabilizava uma população de 27,5 milhões de habitantes e contava, apenas, com 74 cidades maiores do que vinte mil habitantes, nas quais residiam 4,6 milhões de pessoas, ou seja, 17% do total da população brasileira. Dos que residiam nas cidades, mais da metade deles se concentrava na Região Sudeste (BRITO, 2006, p. 222).

Gráfico 2 – Brasil: População rural e urbana, 1950/2010



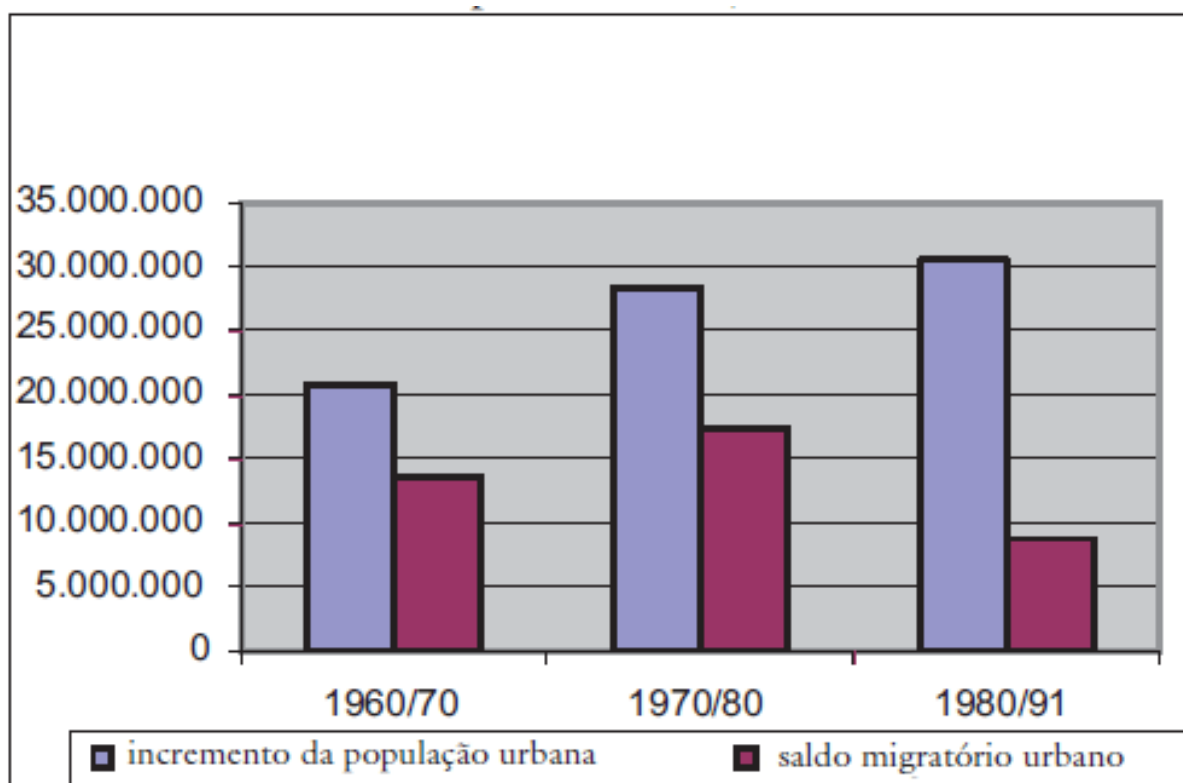
Fonte: Elaborado pela autora. Dados: IBGE, Censos demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Somente em meados da década de 1960 a população urbana tornou-se superior à rural, evidenciando como este rápido processo de urbanização é um fenômeno estrutural relativamente recente, com auge entre os anos de 1950 e 1980, como pode ser observado no Gráfico 2. Neste, observa-se um crescimento ininterrupto da população urbana no Brasil entre os anos de 1950 e 2010, chegando, neste último, a aproximadamente 160 milhões de pessoas. A população rural, ao contrário da urbana, sofreu um ligeiro decréscimo no mesmo período.

Santos (1993) atribui algumas causas a este movimento:

[...] este forte movimento de urbanização é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização (SANTOS, 1993, p. 31).

Gráfico 3 - Brasil: incremento absoluto da população urbana e o saldo migratório nos períodos 1960/1991



Fonte: CARVALHO; GARCIA, 2003, *apud*. BRITO (2006). Dados: IBGE, Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

A expansão das migrações internas foi um dos principais vetores dessa transformação na sociedade brasileira, pois somente entre 1960 e 1980 estima-se que quase 43 milhões de pessoas saíram do campo em direção às cidades, como se observa no Gráfico 3, e ainda se soma aos dados de expansão da população urbana os filhos tidos por esses migrantes nas cidades (efeito indireto). As altas taxas de fecundidade também tiveram certo peso neste crescimento demográfico até a segunda metade da década de 1960, quando seus níveis começam a cair (BRITO, 2006).

É importante destacar que os processos de modernização agrícola e de industrialização do Brasil, acompanhados do processo de urbanização, aconteceram de forma diferenciada nas regiões do país. Cano (1989) aponta a existência de uma dicotomia entre o atraso agrícola de certas regiões do país e a modernização agrícola ocorrida em outras regiões como a grande responsável pelo êxodo rural que transformou o país de predominantemente rural para majoritariamente urbano, e acrescenta que isto não é uma exclusividade do Brasil, mas trata-se de um padrão que foi seguido por toda a América Latina.

Outro ponto importante a ser considerado, de acordo com Santos (1986) *apud*. Maricato (2003), é que os processos de modernização da agricultura e de industrialização do país foram idealizados pelo governo e pela sociedade brasileira:

Não foi só o governo. A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos... Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos (SANTOS, 1986, p. 2, *apud*. MARICATO, 2003, p. 152).

O que aconteceu, na verdade, foi que as oportunidades de inserção econômica e mudança de vida para a população imigrante e migrante que havia no início do século XX se tornaram quase extintas (MARICATO, 2003; GUIMARÃES, 2016). Como consequência, as chamadas periferias começaram a crescer desordenadamente a partir de 1980 (MARICATO, 2003). Cano (1989) ressalta que parte substancial do êxodo rural engrossou as camadas da economia informal das cidades, bem como de sua marginalidade.

O aumento da população e a ampliação das cidades não foram acompanhados do crescimento de toda infraestrutura urbana, e além de gerar inúmeras consequências negativas ao meio ambiente, ainda não proporcionou aos habitantes a mínima condição de vida.

A segregação urbana ou ambiental começa a se expressar através de extensas áreas de concentração de pobreza, que se apresentava de forma mais esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização. A desigualdade social vai se promovendo no país como consequência da escassez de empregos - especialmente os formais - e menos oportunidades de especialização, somados a diversos outros fatores ligados à dificuldade de acesso a serviços de infraestrutura urbana, como transporte precário, saneamento deficiente, dificuldade de abastecimento e difícil acesso a serviços de saúde e educação. A partir de então, situações de informalidade, ilegalidade e exclusão social cresceram exponencialmente no país (MARICATO, 2003).

Um dos exemplos de ilegalidade está relacionado à propriedade da terra, mais especificamente às ocupações ilegais da terra urbana por parte dos migrantes que não tiveram acesso ao mercado imobiliário privado e não foram atendidos pelas políticas públicas de habitação. Esta ilegalidade, além de resultar em baixa qualidade de vida e insegurança aos moradores, como no caso do desmoronamento de diversas encostas ocupadas por loteamentos ilegais na cidade de Petrópolis em 1987, causando mortes e deixando pessoas desabrigadas, ainda acontece com notável tolerância do Estado e dos governos municipais e está fortemente relacionada à manutenção de privilégios de uma camada da sociedade e à segregação urbana (MARICATO, 2003). “A ocupação ilegal das favelas, por exemplo, é largamente tolerada quando não interfere nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado” (MARICATO, 2003, p.160).

Percebe-se com clareza que o processo migratório campo-cidade e, conseqüentemente, o processo de urbanização brasileiro, foram, indubitavelmente, muito intensos. De acordo com Maricato (2003, p.158) “[...] se aproximadamente 10% da população era urbana no final do século XIX, no final do século XX aproximadamente 20% dela é rural”.

O próprio perfil da população urbana foi sendo alterado em decorrência desta mudança na distribuição populacional (BRITO, 2006). De acordo com o autor:

Em 1970, mais da metade da população urbana já residia em cidades com mais de cem mil habitantes, e um terço naquelas acima de quinhentas mil pessoas. Em 2000, cerca de 60% da população urbana residia em cidades com mais de cem

mil habitantes, mostrando que urbanização e concentração da população nas grandes cidades foram processos simultâneos no Brasil (BRITO, 2006, p. 224).

Este autor ainda reforça que a expansão urbana brasileira ocorre dentro do processo de formação das grandes regiões metropolitanas a partir de 1970. É correto afirmar, portanto, que “a acelerada urbanização no Brasil não só foi coexistente com o processo de concentração da população urbana, como, também, com a sua metropolização” (BRITO, 2006, p. 226).

Esta formação de grandes aglomerados urbanos conhecidos como “metrópoles” é também uma tendência que se observou a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, já que as metrópoles são espaços de concentração de capital, de meios de produção e *locus* da gestão do próprio meio de produção (SPOSITO, 1988).

Santos (1993) salienta ainda a existência de um processo de desmetropolização - definida pelo autor como “a repartição com outros grandes núcleos de novos contingentes de população urbana” - que estaria ocorrendo paralelo ao processo de metropolização, já que ao mesmo tempo em que as metrópoles receberam um grande contingente de migrantes - em sua maioria pobres, tendo em vista a maior capacidade de acolhimento dessas cidades - as cidades médias também passaram a acolher grandes contingentes de classes médias, intensificando um “jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território” (SANTOS, 1993, p. 55). O autor reforça que estes dois processos são uma tendência no Brasil, e apesar de parecerem contraditórios, eles o são apenas em aparência, já que o processo de desmetropolização não significa uma diminuição no tamanho urbano da metrópole, mas um aumento de volume nas cidades médias com crescimento da participação urbana delas.

Em suma, pode-se dizer que o processo de urbanização brasileiro foi fruto de um processo de espacialização das relações capitalistas de produção no espaço urbano, e se consolidou a partir da transformação do modelo econômico vigente tornando-o centrado na atividade industrial (GUIMARÃES, 2016).

A população migrante do campo para as áreas urbanas, especialmente sua parcela mais pobre, vê em suas habilidades e conhecimentos adquiridos no meio rural uma forma de sobrevivência, e passa a produzir uma agricultura de subsistência e a criar pequenos animais nas proximidades das áreas em que residem ou, em alguns casos, em suas próprias residências.

Este processo foi, acima de tudo, gerador de desequilíbrios regionais, segregação, desigualdade social e pobreza. Neste cenário se desenvolve e se reproduz a AUP no Brasil, como

uma estratégia de sobrevivência e de superação de adversidades. Esta prática, que pode ser utilizada apenas para produção de alimentos para consumo próprio; para geração de uma renda extra através da venda da produção ou para diversos outros fins, possui inúmeras vantagens e benefícios que serão analisados mais a fundo nos próximos capítulos.

1.2. Entre o rural e o urbano: As relações cidade-campo e o espaço periurbano

Os processos de urbanização e de industrialização, assim como a incorporação da ciência e da informação ao território rural, alteraram radicalmente as relações cidade-campo. Estes processos trouxeram consigo uma nova e aprofundada divisão social e territorial do trabalho, e a cidade tornou-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. De acordo com Santos (1993):

É ela (a cidade) que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque é obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas. O campo se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de esses objetos geográficos terem um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe, porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência). Tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo (SANTOS, 1993, p. 52).

Estas transformações na sociedade que refletiram nas relações cidade-campo fomentaram as discussões a respeito do que se considera rural e do que se considera urbano, visto que ambos passam a ter suas funções ressignificadas. As definições de tais espaços, porém, suscitam considerarmos realidades sociais diferentes e complexas, levando em conta a grande heterogeneidade existente, especialmente no Brasil, tanto entre as regiões quanto entre as culturas e formas de perceber o mundo. Além disso, quaisquer que sejam estas definições, elas são mutáveis, pois o rural e o urbano estão em constante transformação em paralelo às transformações enfrentadas pela sociedade. Esta necessidade de definição do rural e do urbano vem à tona principalmente no início do século XX, tanto no meio acadêmico quando nas instituições estatais e organizações não governamentais, requerendo alterações nas políticas públicas.

Diversas teorias buscam explicar os conceitos de campo e de cidade, de rural e de urbano, e buscam entender as relações entre estes espaços, apesar de não haver, nas ciências humanas, um

consenso sobre tais elementos. À primeira vista, quando falamos de rural e de urbano, costumamos pensar em espaços opostos e com características bem definidas, e esta ideia de espaços antagônicos predominou por muito tempo no Brasil, sendo ainda muito comum. De acordo com esta visão dicotômica, rural e urbano são entendidos como áreas contrapostas com características distintas. O urbano é identificado como aquele que está incorporado ao capitalismo, que se restringe à produção industrial, caracterizado pela tecnologia, pela modernidade e pelo progresso, enquanto o rural é identificado como aquele que abraça o tradicional, que está restrito à produção agropecuária e que é arremido à técnica e ao novo, sendo percebido, portanto, como conservador e atrasado.

De acordo com Wanderley (2000), a dinâmica das sociedades modernas, que se constituem com o desenvolvimento do capitalismo, centra-se principalmente na importância que assumem nelas os processos de industrialização e de urbanização, e sobre estes processos se debruçam dois olhares: o primeiro deles defende uma urbanização geral da sociedade, com o desaparecimento completo das sociedades rurais. Nesta visão, que é frequentemente expressa através do conceito de *continuum* rural-urbano, os espaços tenderiam a se homogeneizar, e ocorreria uma “urbanização do campo”, com o meio rural tendo cada vez mais influência do meio urbano. Além disto, a partir desta perspectiva, a agricultura se tornaria um mero campo de aplicação do capital, e o camponês se tornaria um cidadão como qualquer outro, pois a agricultura se tornaria apenas uma profissão, e não seria mais a representação de um modo de vida próprio.

Por outro lado, um segundo olhar sobre estes processos defende que a sociedade não se “uniformizaria” em decorrência dos processos sociais mais globais, como a urbanização, a industrialização e a modernização da agricultura, e que tais processos não representariam o fim das particularidades de determinados espaços ou grupos sociais. Wanderley (2000) se filia a esta concepção, e defende a emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas. Nesta teoria, são reconhecidas as transformações que atingiram o espaço rural, mas defende-se que ainda é pertinente considerar o rural como uma categoria de análise do social, visto que ele tem particularidades e características próprias, constituindo não apenas um espaço, mas um modo de vida.

Em meio às mudanças ocorridas tanto no meio rural quanto no meio urbano, novas práticas e conteúdos começam a surgir e se desenvolver nestes espaços. A instalação de indústrias

– elemento essencialmente urbano - no campo, por exemplo, já não é algo tão incomum. Esta é umas das situações mencionadas por Rua (2006) como exemplo de “urbanidade no rural”, e como uma consequência da reprodução do capitalismo no campo, recriando este espaço. Por tais razões, Santos (1988; 1993) deixa clara sua opção por considerar *cidade* e *campo* como formas no espaço e *urbano* e *rural* como o conteúdo social destas formas, assim, expressões como “espaço rural” ou “espaço urbano”, não se refeririam, necessariamente, ao campo, no primeiro caso, ou à cidade, no segundo caso, mas sim às práticas sociais e ao modo de vida de determinado local.

Em suma, muitos impasses ainda permanecem no caminho de uma definição do que é urbano e do que é rural, ou do que é campo e do que é cidade. Como mencionado, da mesma forma que surgem, no espaço rural, urbanidades que afetam o modo de vida das pessoas e as características do local, esta ressignificação também se estende para o meio urbano, com o desenvolvimento de práticas como a AUP, por exemplo.

A formação do espaço periurbano, (termo mais utilizado pelos franceses e que será adotado neste trabalho), que também pode ser denominado de “franja rural-urbana, franja urbana ou rururbana, sombra urbana, subúrbio, ex-urbano, região urbana e semi-urbano” (VALE; GERARDI, 2006, p. 236), é outro fenômeno resultante dos processos gerais vivenciados pela sociedade. Até meados do século XX “a cidade podia ser considerada como um espaço diferenciado, onde existia um ‘coágulo’ representado pelas atividades secundárias e terciárias, mas em contato com um ‘mar de ruralidade’” (NEL-LO, 1998, p. 37 *apud.* VALE; GERARDI, 2006, p. 231), e em consequência de fatores como a expansão dos meios de comunicação e transporte modernos, a mecanização agrícola e a difusão industrial e de serviços pelo território, estes “coágulos” acabam se conectando, formando vastos espaços onde predominam atividades e formas de vida urbanas (VALE; GERARDI, 2006).

Segundo as autoras, estes novos sistemas territoriais passaram a ser denominados pelos conceitos de cidade-difusa - que é o que será empregado neste trabalho -, cidade-região, cidade-território ou ainda contra-urbanização. Estes conceitos expressam um mesmo fenômeno, que tem como algumas de suas principais características a fragmentação - com muros que separam, principalmente, os ricos dos pobres – expressa, por exemplo, através da construção dos condomínios residenciais fechados; uma descontinuidade territorial, com áreas muito povoadas (com adensamento demográfico) existindo paralelamente à vazios urbanos, que aguardam

valorização (SPOSITO, 2009) e uma dispersão da população urbana pelo território, inclusive sobre as áreas rurais, sem que exista necessariamente um vínculo destas pessoas com as atividades agrícolas (VALE; GERARDI, 2006).

Dois processos se desenvolvem em consequência da cidade-difusa: a suburbanização e a periurbanização, que também pode ser chamada de rururbanização ou rurbanização, a variar dependendo dos países em que os termos são empregados e dos autores que os utilizam. De acordo com Alves e Vale (2013) estes processos têm algumas diferenças conceituais, sendo o segundo consequência do primeiro.

A suburbanização, de maneira geral, se refere à transformação e ao aparecimento de novos espaços periféricos associados ao decréscimo populacional da cidade central e ao surgimento de novas condições de mobilidade. Nos países latino-americanos, estes espaços, de acordo com Dematteis (1998), são uma paisagem rural criada pela cidade, refletindo a dependência dos espaços rurais no entorno urbano com relação à cidade. O autor busca diferenciar este processo ocorrido na América Latina do processo ocorrido nos países anglo-saxões, onde a suburbanização não é rural, e sim uma invasão dos espaços rurais pela cidade, conservando elementos rurais como alguns bosques, parques e pequenos jardins.

Em alguns países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, Vale e Gerardi (2006) destacam a ocorrência da suburbanização “às avessas” daquela realizada nos países anglo-saxões, já que o rápido crescimento populacional gerou um tipo de expansão territorial das cidades a partir da expulsão dos pobres urbanos para as áreas mais distantes, formando uma periferia socioespacial em que predominam a carência de serviços urbanos, físicos, sociais e o subemprego, enquanto nos países desenvolvidos a suburbanização está relacionada à uma qualidade de vida superior. Esta situação vem se alterando no Brasil, de acordo com as autoras, a partir de 1990, quando a classe média alta passa a escolher as áreas periféricas das cidades como local de moradia, construindo condomínios fechados que separam este estrato populacional do restante da cidade e que são vendidos pela mídia como o ideal de segurança e qualidade de vida.

Assim, de acordo com Vale e Gerardi (2006), não há dúvidas que este processo de suburbanização provoca certa mudança nos valores e modos de vida da sociedade, tornando-os cada vez mais urbanizados e alterando as relações entre cidade e campo, mas as autoras reforçam que isto não significa, no entanto, que esta sociedade suburbana que vai se formando seja mera

projeção das formas e modos de vida urbanos, pelo contrário, ela tem características e modos de vida próprios.

Por outro lado, a periurbanização se fundamenta nas relações cidade-campo com o tecido urbano se expandindo sobre as áreas rurais, sendo este processo apoiado e fortalecido pelo avanço nos meios de transporte e comunicação. Este fenômeno, que segundo Sánchez (2009) é identificado, por consenso, como característico da sociedade pós-industrial, teve inicialmente um caráter demográfico, com um abandono das áreas urbanas pela população em direção às áreas suburbanas e rurais, distantes dos centros urbanos, em busca de novos lugares para viver, trabalhar e ter mais conforto e espaço. Entretanto, segundo Alves e Vale (2013, p.36): “[...] também podem residir nesse espaço habitantes de propriedades rurais (agricultores e trabalhadores rurais) que foram ‘engolidos’ pela expansão urbana e que se dedicam às atividades agrícolas, como é o caso dos cinturões verdes”

O espaço periurbano se diferencia, portanto, dos chamados “subúrbios clássicos” - resultantes da suburbanização - principalmente pela descontinuidade das construções e pela predominância da agricultura, como destaca Steinberg (2003, p. 76, tradução nossa¹) ao definir a periurbanização como: “[...] um crescimento urbano descontínuo, geralmente ligado às cidades antigas e vilas rurais na periferia da aglomeração mãe, e que deixa, entretanto, grandes áreas dedicadas à agricultura, floresta e recreação ao ar livre [...]”.

Assim, a distinção entre o que é campo e o que é cidade vai se tornando cada vez mais difícil de ser feita, já que estas áreas periurbanas, além de comportarem uma grande associação entre o rural e o urbano, ainda tendem a aumentar sua extensão tornando os limites cada vez mais indefinidos. Pode-se considerar, então, que as áreas periurbanas seriam uma zona de transição entre o campo e a cidade, com elementos e atividades tipicamente rurais e tipicamente urbanas convivendo entre si e disputando o uso do solo. Por tais razões, España (1991) considera o espaço periurbano como plurifuncional, visto que nele coexistem usos do solo e aspectos urbanos e rurais, e nele se submetem rápidas transformações físicas, econômicas e sociais, relacionadas à proximidade de tal espaço dos núcleos urbanos, onde o dinamismo tem presença forte.

De acordo com Vale e Gerardi (2006) esta mistura de usos do solo não é um aspecto exclusivo do espaço periurbano – pois, como mencionado, não é incomum a presença de práticas

1[...] une croissance urbaine discontinue, généralement accrochée aux anciennes villes et aux villages ruraux de la périphérie de l'agglomération-mère, et qui laisse dans l'intervalle de larges espaces voués à l'agriculture, à la forêt et aux loisirs de plein air [...] (STEINBERG, 2003, p. 76).

agrícolas no espaço urbano, o que vem sendo demonstrado por este trabalho por meio do estudo da AUP, e também já não é tão incomum a implantação de indústrias em áreas rurais. A questão, segundo as autoras, é que no espaço periurbano esta mistura é muito mais intensa, implicando características e dinâmicas próprias desta área.

Alguns dos critérios que podem ser utilizados para definir uma área como “periurbana” estão relacionados, por exemplo, à sua localização em relação ao perímetro urbano; à condição tributária das propriedades localizadas em tal área – verificando, por exemplo, se são taxadas com impostos referentes à área rural ou urbana; ao uso dado às áreas, com atividades tipicamente urbanas ou tipicamente rurais, ou uma mistura das duas; e ao modo de sustento dos moradores locais, analisando se ele está ou não relacionado às atividades agrícolas.

Um dos principais critérios utilizados para definir a área periurbana, de acordo com Pereira (2020), no entanto, são os deslocamentos frequentes dos moradores para as áreas centrais para trabalhar, estudar, fazer compras ou lazer, que acontecem em virtude da menor presença de equipamentos e serviços urbanos nestes espaços. Assim, o tempo e os recursos gastos com este deslocamento bem como esta mobilidade frequente, por si própria, caracterizam as particularidades e um estilo de vida próprios dos moradores de tal área, diferenciando-os dos moradores da cidade propriamente dita (PEREIRA, 2020).

Campos (2018) ressalta que existe uma heterogeneidade dos grupos sociais residentes no espaço periurbano. Segundo a autora: “[...] habitam nesse espaço tanto a população natural da área que, em sua maioria, são de baixa renda e possuem vínculos históricos com a atividade agrícola, como também a população oriunda das cidades tanto da classe média e alta como também da classe baixa”. (CAMPOS, 2018, p. 34).

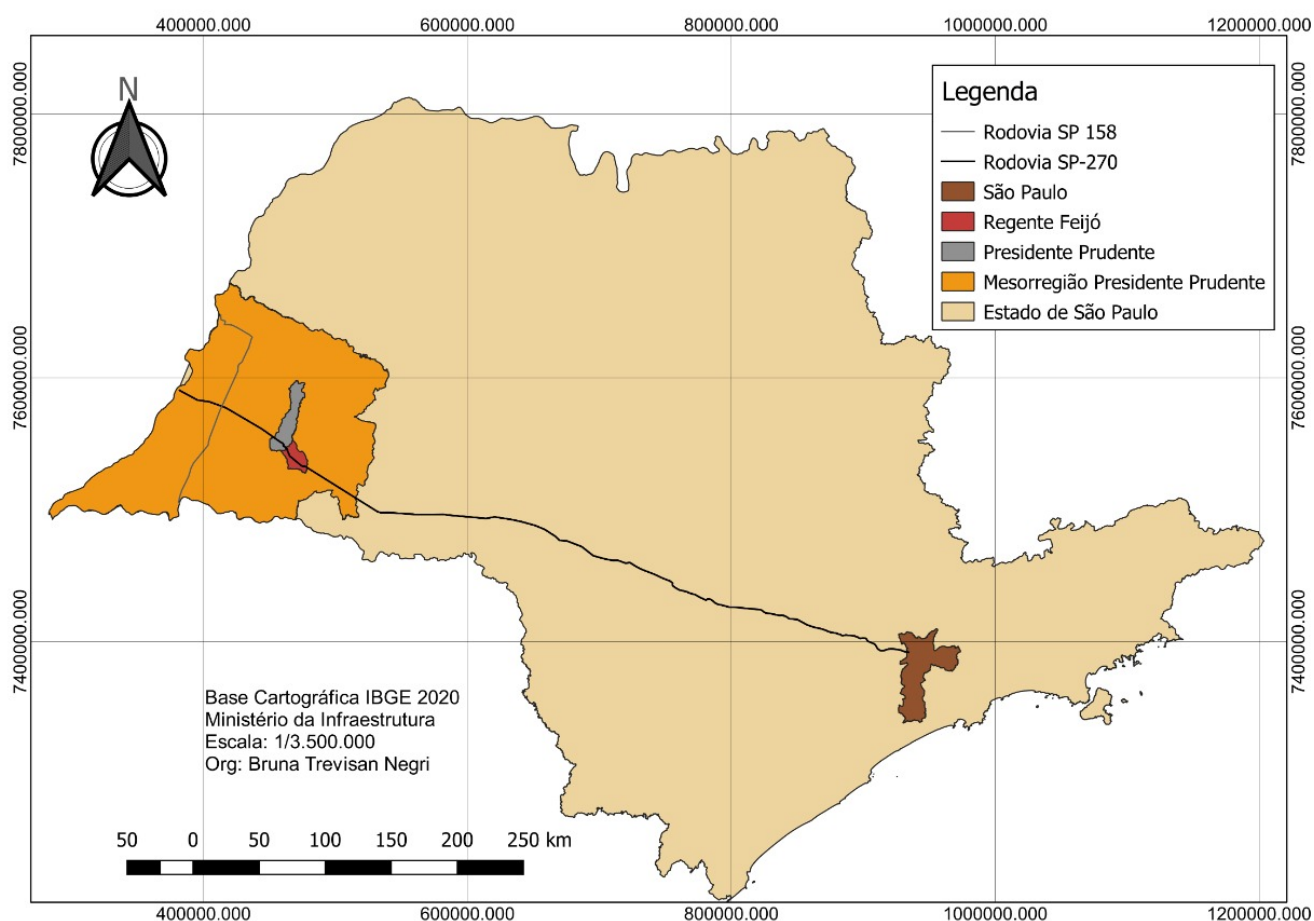
Ainda de acordo tal autora, existem três principais processos que resultam na periurbanização. O primeiro deles é a marginalização de uma parte da população citadina, seja de forma “espontânea” - por meio da atitude da população que é forçada a buscar estas áreas mais afastadas do núcleo urbano em função dos altos custos dos imóveis na cidade decorrentes da especulação imobiliária - ou por meio do investimento do próprio Estado, que realiza a construção de conjuntos habitacionais, tendo em vista o valor mais baixo das terras nestas áreas. O segundo processo é denominado “autossegregação”, que consiste em um deslocamento da população de maior poder aquisitivo para as áreas afastadas do núcleo central do município em busca por maior qualidade de vida. Este processo se expressa, principalmente, através da

construção de condomínios residenciais fechados, que são habitados, majoritariamente, pela população das classes média e alta. O terceiro processo, de acordo com a autora:

[...] se dá por meio da construção de empreendimentos públicos ou privados como aeroportos, fábricas e infraestruturas turísticas que, após a sua construção, impulsionam uma nova dinâmica socioeconômica no local, modificando as infraestruturas locais, aumentando o fluxo de migrantes e, consequentemente, modificando as atividades econômicas e o modo de vida predominante no local (CAMPOS, 2018, p. 37).

Buscando exemplificar e dar materialidade à análise da formação deste espaço e de suas características, serão analisadas algumas especificidades do espaço periurbano do município de Regente Feijó, exemplificando alguns dos processos mencionados por Campos (2018).

Mapa 1- Localização do município de Regente Feijó no Estado de São Paulo



Primeiramente, é relevante ressaltar alguns aspectos gerais do município que está sendo estudado. Regente Feijó está situado no Oeste Paulista (Mapa 1) e é parte constituinte da Região Geográfica Intermediária e da Região Geográfica Imediata de Presidente Prudente. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município ocupa uma área territorial de 263,280 km² e, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), a população absoluta do município era de 18.498 habitantes, sendo 17.049 urbana (92,19%) e 1.445 rural (7,81%). Em 2021 possuía uma população estimada de 20.523 pessoas (IBGE, 2021).

O município de Regente Feijó foi criado no início do século XX e, à princípio, era um ponto de descanso de tropeiros e boiadeiros que se dirigiam ao Mato Grosso, nas proximidades do Ribeirão Memória, concentrando em seu entorno pequenos agricultores. A história do município está ligada à Estrada de Ferro Sorocabana, que primariamente era denominada de Estação da Memória. A expansão dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, que seguiu pelas margens do Rio Paraná, constituiu um marco dos fluxos migratórios, com pessoas se deslocando para o cultivo do café, amendoim, algodão e à pecuária.

Neste contexto, a Companhia Industrial Mercantil e Agrícola (CIMA) realizou o parcelamento do solo e o Capitão Francisco Whitaker, que era um morador local, foi encarregado de criar loteamentos naquele território sob às ordens da Companhia, e junto aos agricultores Augusto Vieira, Antônio Vieira e Joaquim Lúcio fundou o município de Regente Feijó em 1922 (PREFEITURA DE REGENTE FEIJÓ, 2020). Após a fundação do município, houve também a incorporação do distrito de Espigão, do bairro São Sebastião (conhecido como Pito Aceso) e o desmembramento de outros distritos que se emanciparam, sendo eles, atualmente, os municípios de Martinópolis, Indiana, Caiabu e Taciba.

Assim, as ferrovias têm grande importância não só para Regente Feijó, mas para os municípios do Oeste Paulista como um todo, já que representaram a forma de chegada do desenvolvimento econômico e político e foram responsáveis pelas primeiras atividades urbanas, influenciando o estabelecimento do traçado urbano e o desenvolvimento de diversos setores (BOSCOLI *et al.*, 2014).

A incorporação desta região como nova fronteira de expansão dos cultivos de café e subsequentemente do algodão, amendoim e, mais recentemente, da cana-de-açúcar, expressa a importância das atividades agrícolas na região, e explica a grande identificação de boa parte da

população com essas atividades, que foi percebida durante a realização dos trabalhos de campo com os agricultores urbanos e periurbanos, e que será revelada adiante.

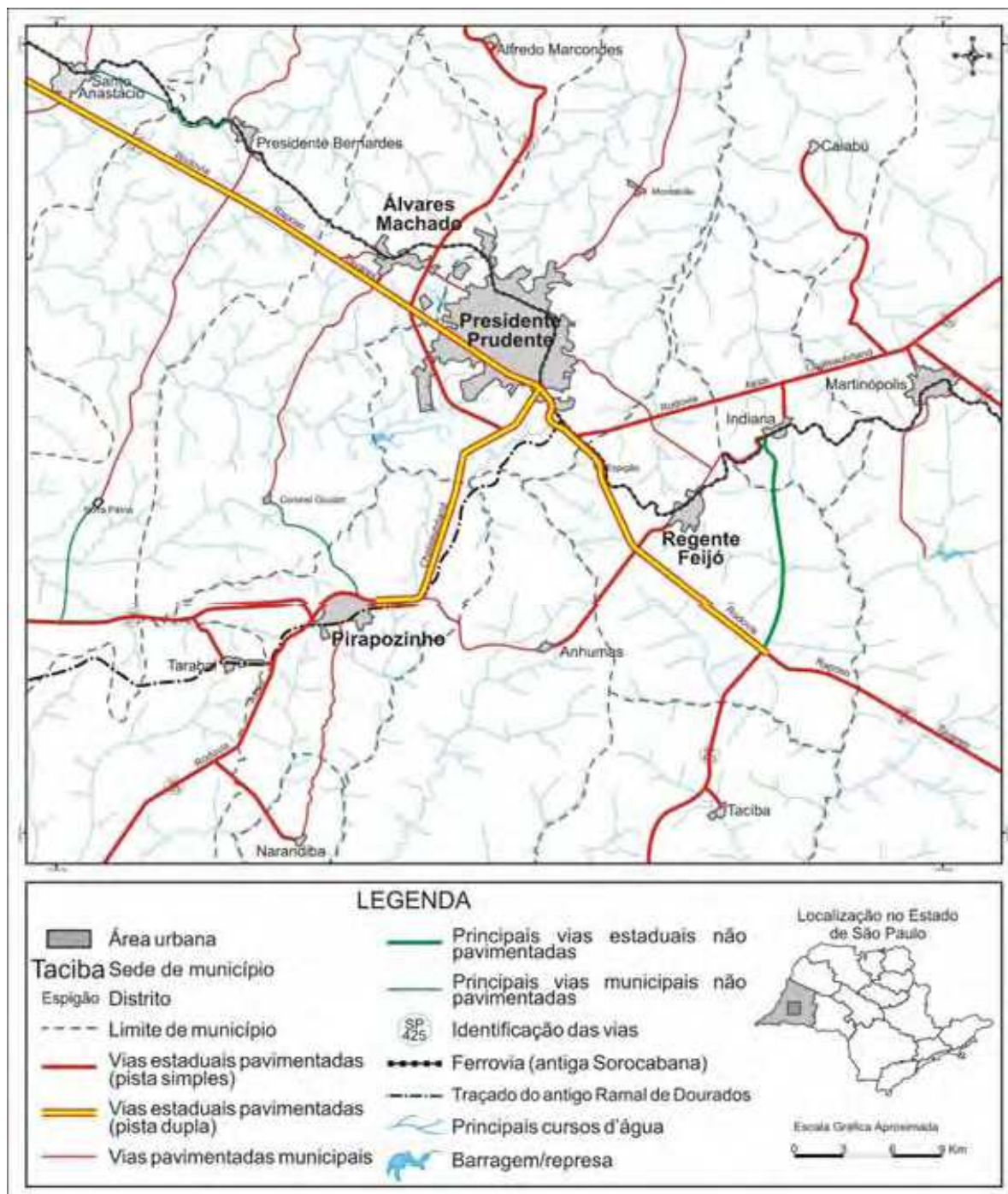
O município de Regente Feijó, seguindo o padrão ocorrido no Brasil como um todo, passou por um processo de urbanização que redefiniu as relações cidade-campo, com um esvaziamento populacional do campo e um aumento nas migrações para a cidade. Neste cenário, a AUP, como veremos mais adiante, constitui não apenas uma fonte de alimentos frescos e saudáveis, de geração de renda ou uma forma de lazer, ela também representa uma forma de manter viva esta tradição de praticar a agricultura, tanto para os migrantes que vieram do campo quanto para seus filhos e netos, em alguns casos.

Atualmente Regente Feijó continua se expandindo, com a multiplicação de bairros e de loteamentos que, na maioria das vezes, buscam atender a interesses políticos e econômicos e fomentam a segregação socioespacial. Os bairros destinados à população de baixa renda são planejados e implantados em localizações distantes do núcleo urbano central, por vezes sem a infraestrutura necessária e, principalmente, sem um sistema de transporte público que permita o deslocamento entre as diferentes áreas da cidade. A partir da última década também foram implantados condomínios e loteamentos fechados, reforçando a tendência de expansão horizontal da cidade que, conseqüentemente, implica na conversão de áreas rurais em urbanas, assim como na emergência de áreas periurbanas.

Regente Feijó compõe o que chamamos de “aglomeração urbana de Presidente Prudente”, de acordo com a análise de Miyazaki (2008). A Figura 1, elaborada pelo referido autor, mostra a localização dos três municípios que compõem a aglomeração: Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó.

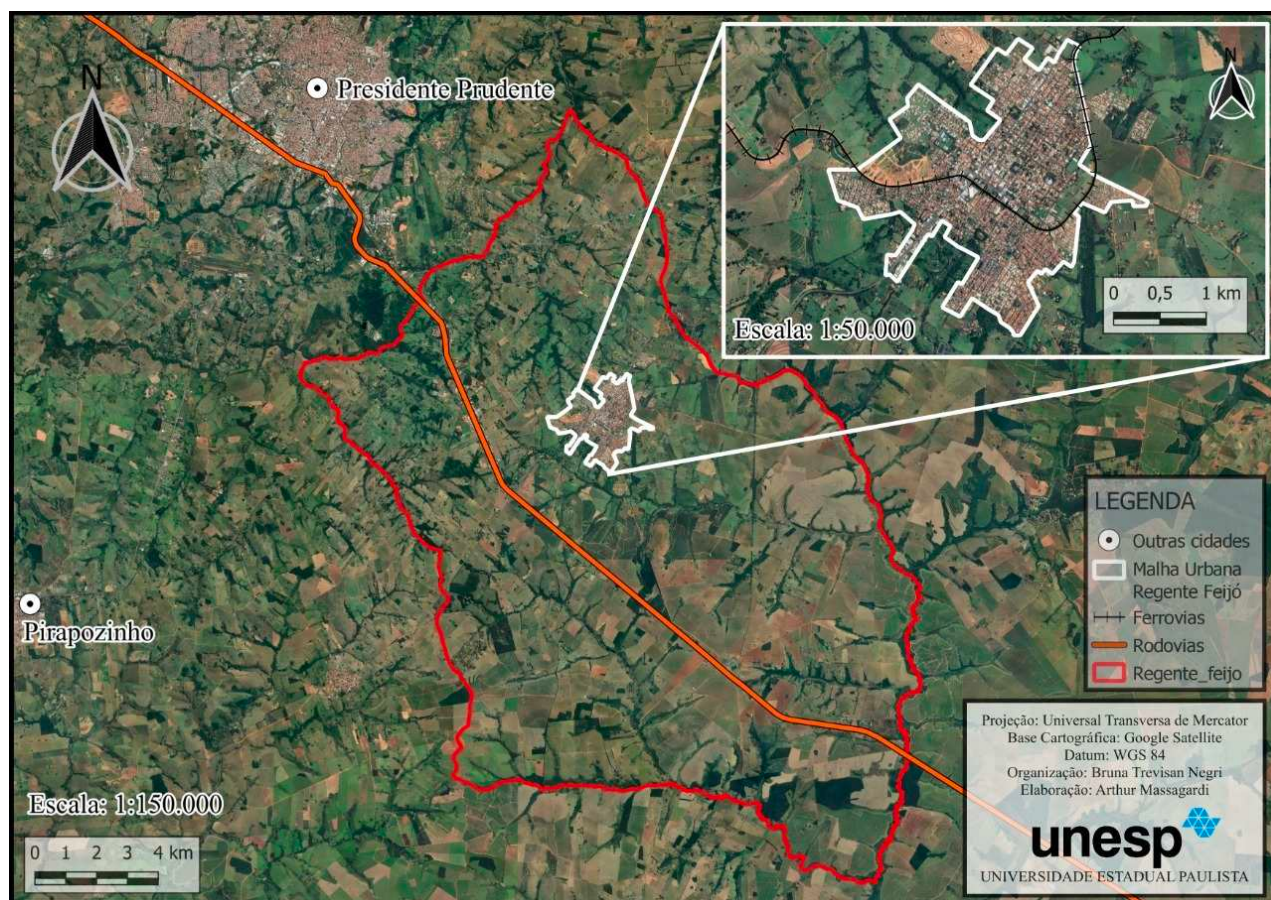
Conforme observa-se na Figura 1, há alguns eixos que conectam os municípios, sendo que o principal eixo de ligação entre Regente Feijó e Presidente Prudente, que constitui o maior e principal município da aglomeração, é a rodovia Raposo Tavares (SP-270), que está destacada na cor alaranjada no Mapa 2, onde apresenta-se a delimitação da malha urbana de Regente Feijó, para referência.

Figura 1 – Localização de Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó



Fonte: Miyazaki (2008). Base cartográfica: Imagens Landsat (Brasil Visto do Espaço/Embrapa) e Mapa Rodoviário do DER/SP.

Mapa 2 – Malha urbana do município de Regente Feijó/SP



Esta grande proximidade e a forte conexão de Regente Feijó com Presidente Prudente, que é uma cidade média, faz com que Regente Feijó fuja dos padrões de dinâmica das cidades pequenas como conhecemos ao estudar a organização do espaço na Geografia. Contando com a presença de condomínios residenciais fechados, o que é atípico para municípios de pequeno porte como este, Regente Feijó funciona, por vezes, como uma cidade dormitório, abrigando pessoas que trabalham e/ou estudam em Presidente Prudente.

Esta proximidade entre os municípios também resultou na mudança de algumas indústrias que se localizavam em Presidente Prudente para o espaço periurbano de Regente Feijó, compondo o distrito industrial localizado às margens da Rodovia Raposo Tavares (SP-270), como será apresentado adiante. Estas mudanças foram resultado, principalmente, de guerras fiscais entre os municípios mencionados.

É possível observar, a partir de imagens de satélite, alguns componentes do espaço periurbano de Regente Feijó. A Figura 2 mostra, no município estudado, o primeiro processo atribuído por Campos (2018) como causador da periurbanização, ou seja, o processo de marginalização de uma parte da população, neste caso, através do investimento do próprio Estado. Na referida Figura é mostrada a localização de um conjunto habitacional implantado pelo poder público através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), destinado exclusivamente à população de baixa renda.

Figura 2 – Limites do Conjunto Habitacional Felipe Antenor Malacrida em Regente Feijó/SP



Fonte: Apple Maps. Acesso em 27/10/2022.

Ao analisarmos esta área é importante fazermos referência à Corellano (1998) *apud*. Vale e Gerardi (2006), que aponta a existência de uma justaposição e de uma co-participação de três tipos de espaços dentro do espaço periurbano, especialmente quando este é analisado do ponto de

vista ambiental: os espaços naturais, onde predominam áreas desabitadas ou com baixa densidade demográfica, com pouca interferência humana na fisionomia e na estrutura do espaço e com valor ecológico que supera o valor econômico; os espaços rurais, que têm como principal expressão a horticultura, mas que na atualidade, de acordo com o autor, estão relacionados à função de servir de espaço vazio, de construir descontinuidades entre as aglomerações urbanas, e de manter o meio ambiente saudável, apesar desta última característica ter se alterado um pouco em decorrência das inovações tecnológicas na agricultura, e os espaços urbanos, representados principalmente pelos bairros periféricos – os quais se aplicam ao exemplo trazido na Figura 2 – que apresentam transformações provocadas pela ação humana e que geram degradação ambiental.

Além deste processo observado em Regente Feijó, outra característica relevante das áreas periurbanas e que pode ser identificada no espaço periurbano do município estudado é a plurifuncionalidade, ou seja, a mistura de diferentes tipos de atividades. Como mostra a Figura 3, além do distrito industrial, localizado às margens da Rodovia Raposo Tavares – composto pelas indústrias “Alimentos Wilson”, “Permak” e outras – há também um clube de voo, denominado “Aeropark Clube de Voo Desportivo – SDYJ”, onde ocorrem eventos e feiras de aviação desportiva, marcando a presença de atividades de lazer no espaço periurbano de Regente Feijó, e uma granja, denominada “Granja Acampamento”, que produz ovos em grande escala para comercialização. Além da granja, como será detalhado nos próximos capítulos e ao longo do trabalho, a agricultura é outra atividade que está presente no espaço periurbano de Regente Feijó. O cultivo de alimentos nesta área do município é realizado de diferentes formas: tanto em chácaras – sejam elas utilizadas como residência primária ou local de lazer aos finais de semana – quanto em outras áreas privadas sem edificação, sendo que neste caso, os produtos normalmente são cultivados para comercialização.

A granja, que está destacada em amarelo na Figura 3, a AUP, o clube de voo, que está destacado em verde na mesma Figura e as indústrias que compõem o distrito industrial, são exemplos de diferentes tipos de uso do solo na área periurbana, mesclando atividades rurais e urbanas e caracterizando a plurifuncionalidade desta área que é destacada por España (1991).

Figura 3 – Localização do “Aeropark Clube de Voo Desportivo – SDYJ” e da “Granja Acampamento” em Regente Feijó/SP



Fonte: Google Maps. Acesso em: 08/06/2021.

Como já foi destacado, o espaço periurbano e os processos que levam à sua formação produzem limites cada vez mais indefinidos entre o campo e a cidade, compondo, por fim, uma área de transição entre estes dois espaços. Por ter como uma de suas principais características a dinamicidade, ele está em constante transformação, e como destaca Campos (2018), o solo que pode ser caracterizado como periurbano muda ao longo do tempo em função de tais características.

É importante, portanto, que seja feita uma análise constante acerca de tais áreas, a fim de acompanhar o avanço no processo de urbanização e evitar que ele gere impactos socioambientais

(CAMPOS, 2018). O estudo deste espaço é de extrema importância para o entendimento não só do urbano e do rural, mas do espaço geográfico como um todo. Além disto, entender as características do espaço periurbano nos ajuda a entender as especificidades da agricultura praticada neste local, e sua influência nas relações entre a cidade e o campo.

CAPÍTULO 2 – AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS GERAIS

A AUP vem ganhando destaque no cenário mundial e nacional, reafirmando-se como um fator permanente nos processos de desenvolvimento sustentável (ARRUDA, 2006). O papel emergente desta prática no mundo urbanizado está agora começando a ser compreendido e quantificado, e esta transformação é uma resposta às mudanças políticas, ambientais e tecnológicas que a sociedade vem vivenciando.

Apesar de ser uma prática em ascensão, a AUP não é um fenômeno recente. Sua expansão esteve atrelada a guerras, ocorrências de catástrofes naturais, escassez ou elevação dos preços dos alimentos, dentre outros fatores (MADALENO, 2001, *apud.* HESPANHOL; HESPANHOL, 2018).

Para entender melhor este fenômeno e contribuir com seu desenvolvimento, diversos centros de pesquisa e universidades no mundo vêm realizando estudos a seu respeito. Alguns exemplos são:

- ***Centre for Urban Agriculture – University of Nottingham (Inglaterra):*** examina os potenciais benefícios da agricultura urbana na Inglaterra. Reúne acadêmicos, pesquisadores e industriais de diversas áreas da ciência (*UNIVERSITY OF NOTTINGHAM*, 2020).
- ***Berkeley Food Institute - University of California (Estados Unidos da América - EUA):*** apoia pesquisas sobre a produção urbana de alimentos e a distribuição da produção resultante para comunidades carentes (*BERKELEY FOOD INSTITUTE*, 2020).
- ***International Development Research Centre: IDRC (Canadá):*** apoia e financia pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Possui dezenas de pesquisas já concluídas e em andamento sobre a AUP com diferentes enfoques e abordagens (IDRC, 2020).
- ***Grupo Nacional de Agricultura Urbana: GNAU (Cuba):*** é composto por pesquisadores e produtores e tem o papel de elaborar estratégias produtivas calcadas nos princípios da agroecologia (BUENO, 2015).
- ***Centre de Recherches en Agriculture Urbaine – Université de Liège (Bélgica):*** realiza pesquisas na área de agricultura urbana desenvolvendo de maneira inovadora sistemas de produção de alimentos adaptados às cidades, visando a otimização do uso de recursos, a

integração de resíduos e excedentes no seu ciclo (economia circular), e a preservação ou mesmo restauração da biodiversidade (UNIVERSITÉ DE LIÈGE, 2020).

- ***Grupo AUÊ – Estudos em Agricultura Urbana – Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil):*** grupo criado em 2013, que tem implementado ações de ensino, pesquisa e extensão nas temáticas de AUP (UFMG, 2022).
- ***Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (GEAU) – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA – USP (Brasil):*** grupo voltado a debates e estudos científicos sobre a AUP, com ênfase na cidade de São Paulo e sua Região Metropolitana (IEA, 2017).
- ***Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária: GEDRA – Universidade Estadual Paulista (Brasil):*** é o grupo de estudos que possibilita e acolhe a realização do presente trabalho. Além de diversos outros conteúdos, vem desenvolvendo pesquisas a respeito da AUP há alguns anos.

Este capítulo apresenta as principais características da AUP, sua conceituação, seus benefícios e os desafios que esta prática enfrenta, especialmente no contexto das políticas públicas no Brasil.

2.1. O que é a AUP? – Definições e Características

A AUP pode ser entendida genericamente como o cultivo de vegetais e a criação de animais dentro das cidades (espaço intraurbano) e em seus entornos imediatos (espaço periurbano), apesar de atualmente esta prática já englobar muito além da produção: inclui também o agro extrativismo e a sua coleta e o processamento de alimentos de origem vegetal e animal (ZAAR, 2015). Além do cultivo de produtos hortícolas e árvores frutíferas, a AUP abrange ainda outros diferentes tipos de cultivos, como plantas medicinais, aromáticas e ornamentais (CRIBB; CRIBB, 2009).

Este tipo de agricultura possui muitas variações:

[...] pode ser intraurbana ou periurbana, implantar-se em solos privados ou públicos; pode ter como objetivo o consumo pessoal ou a comercialização, ou ainda ter fins pedagógicos ou terapêuticos; pode desenvolver-se em grandes parcelas contíguas de solo, em pequenas parcelas não contíguas ou ainda em

telhados, varandas ou alpendres. E pode servir-se de diferentes técnicas de produção, a hidroponia, a aquaponia ou a permacultura (HODGSON; CAMPBELL; BAILKEY, 2011, *apud.* SOUSA; MADUREIRA, 2017, p. 310).

Além disso, a AUP pode ser praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais, nas mais diversas condições sociais (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Apesar de ser tão multifuncional e multidimensional, para que sua importância seja reconhecida, é necessário diferenciá-la da agricultura praticada no meio rural. Uma das principais características que as diferenciam é o ambiente, já que a AUP, que é realizada dentro das cidades e em seus entornos, pode ser praticada em qualquer área disponível ou onde a criatividade sugerir, com bem menos “exigências” do que a agricultura praticada no campo (ROESE, 2003).

O Quadro 1 elenca e compara as principais características da produção urbana e periurbana e da produção rural. A partir dele é possível entender melhor algumas características da AUP e perceber aspectos favoráveis a ela, como é o caso da proximidade com os mercados, e aspectos em que ela é desfavorecida, como, por exemplo, a falta de apoio governamental.

É importante ressaltar, como afirma Rosa (2011, p.8) que é possível – e necessário – diferenciar a AUP da agricultura que ocorre no meio rural “sem desconsiderar que em ambas a agricultura familiar é muito representante, pois mesmo na cidade a agricultura não deixa de ser praticada no seio da família”.

De acordo com Mougeot (2000) o aspecto mais importante dessa diferenciação da AUP para a agricultura praticada no meio rural é que a AUP interage e está integrada ao ecossistema urbano, além de vincular-se às dinâmicas urbanas ou metropolitanas e articular-se com a gestão territorial e ambiental das cidades (PIRES, 2016; MOUGEOT, 2000).

Reconhecer que a AUP está vinculada e integrada ao ecossistema urbano, o que Mougeot (2000) chama de “princípio da integração”, nos permite estabelecer três relações, de acordo com o autor. A primeira é que os alimentos de toda cidade, em todo momento, são produzidos a partir de uma agricultura que é de caráter rural, periurbano e intraurbano, já que as três interagem e se complementam mutuamente em variados graus. Comprovou-se, através de diversos estudos, que a agricultura realizada em áreas urbanas e periurbanas complementa a agricultura rural em termos de autoconsumo, fluxos de comercialização e fluxos de abastecimento do mercado (MOUSTIER *et al.*, 1999, *apud.* MOUGEOT, 2000).

Quadro 1 – Características da produção de alimentos em áreas urbanas/periurbanas e rurais

CARACTERÍSTICAS	PRODUÇÃO URBANA E PERIURBANA	PRODUÇÃO RURAL
Nível de envolvimento dos participantes	A agricultura é frequentemente uma atividade secundária, na qual os agricultores se envolvem parcialmente.	A agricultura é frequentemente a principal atividade exercida pelos praticantes, que participam em tempo integral.
Perfil do agricultor	Normalmente os praticantes são migrantes da zona rural que já tiveram certo contato com a agricultura naquele meio e que agora voltam a praticá-la na área urbana/periurbana por diversos motivos.	Usualmente praticam a agricultura desde a infância, quando são iniciados na atividade ajudando os pais.
Perfil da comunidade	A porcentagem de membros da comunidade que participa na agricultura é muito variável.	A maioria dos membros da comunidade participa na agricultura.
Uso da terra	Competem no uso da terra (agrícola e não agrícola).	Geralmente estável para a agricultura.
Calendário de cultivos	Todo o ano.	Segundo a estação.
Segurança da disponibilidade de terra para cultivar	Relativamente baixa.	Relativamente alta.
Terrenos onde se produz	Frequentemente de extensão pequena, em locais como quintais das casas, varandas, canteiros, etc.	Normalmente de extensão média a grande.
Acesso a mercados/insumos	Acesso mais fácil aos mercados e insumos em função da localização, que também é favorável para cultivos/produtos perecíveis.	Acesso a mercados e insumos dificultado em função da localização mais distante.
Destino dos produtos	Normalmente autoconsumo, doações, trocas, comercialização em feiras ou mercados locais.	Normalmente comercialização regional ou exportação.
Disponibilidade dos serviços de assistência técnica e extensão	Baixa disponibilidade.	Disponibilidade variável.
Apoio governamental	Misto, as políticas públicas são frequentemente vagas ou inexistentes.	Alta prioridade na agenda política.
Intervenção municipal	Normalmente alta. As prefeituras tendem a ter uma visão negativa do cultivo de alimentos e da criação de pequenos animais em áreas urbanas, por vezes intervindo de forma negativa e limitando a produção.	Normalmente baixa ou nula.

Fonte: CAMPILAN; DRECHSEL; JOCKER, 2002; TERRILE; MARIANI; DUBBELING, 2000 *apud*. SEQUEIRA, 2014 (Modificado pela autora).

A segunda relação diz respeito ao fato de que “em qualquer momento, em cidades de diferentes tamanhos ou complexidade, a agricultura nelas praticada será mais do tipo urbano (mais intensiva e produtiva) nos centros maiores do que nos menores” (MOUGEOT, 2000, p. 14, tradução nossa²). De acordo com Lee-Smith (1998) *apud*. Mougeot (2000) isso se comprova através de um estudo realizado em seis cidades do Quênia, que demonstrou que a intensidade e a produtividade aumentam de acordo com o tamanho da cidade, assim como aumentam o uso de insumos orgânicos e a presença de redes de intercâmbio ou comércio.

A terceira relação é a de que, a partir da urbanização, em qualquer cidade e em determinado período, a agricultura urbana e intensiva tende a crescer mais do que outras modalidades de agricultura (MOUGEOT, 2000).

A partir destas relações estabelecidas em vários estudos, Mougeot (2000) busca mostrar que a produção de alimentos se tornará, sempre, mais urbana e mais integrada ao ecossistema urbano, enfatizando assim a crescente importância da AUP e as dimensões que esta modalidade de agricultura pode tomar.

A AUP caracteriza-se, ainda, por uma diversidade de formas e sistemas produtivos. Hespanhol e Hespanhol (2018) afirmam que:

Há desde a produção destinada apenas ao consumo familiar, normalmente realizada nos quintais das residências e com a utilização de pouco (ou nenhum) insumo químico, até a realizada em lotes urbanos e/ou periurbanos, altamente intensiva em termos de aplicação de capitais, na qual se utilizam amplamente fertilizantes químicos e agrotóxicos, e cuja produção destina-se ao abastecimento dos mercados locais, regionais e nacionais, a exemplo do que ocorre no cinturão verde paulistano. Entre essas duas formas e sistemas produtivos, bastante distintos, há uma multiplicidade de possibilidades de organização da agricultura urbana e periurbana (HESPANHOL; HESPANHOL, 2018, p. 31).

Em relação ao destino da produção, Zaar (2015) destaca que apesar de ambas as finalidades serem comuns, o autoconsumo é priorizado ante a comercialização dos produtos. O que normalmente entra no circuito comercial é a produção excedente, e o comércio acontece através de diversas combinações: “venda direta ao consumidor nas hortas, feiras periódicas de alimentos orgânicos (semanais ou quinzenais), abastecimento de supermercados e fornecimento aos intermediários” (ZAAR, 2015, p. 37).

² “across cities of different size or complexity at any given time, more of the agriculture found in the city will be of urban nature in larger as opposed to smaller centres” (MOUGEOT, 2000, p.14).

O termo “agricultura urbana e periurbana” tem suas origens em Roma, tendo sido utilizado pela primeira vez de forma oficial no ano de 1999, “ao se referir a uma das experiências que estava se transformando em um dos pilares fundamentais da soberania alimentar” (ZAAR, 2015, p. 36). O termo constava em um documento apresentado em uma reunião coordenada pela FAO - ONU (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e pelo Comitê de Agricultura da Organização das Nações Unidas (ZAAR, 2015):

Aunque no existe todavía una definición universalmente aceptada, se entiende por agricultura urbana y periurbana - que en el presente documento se designa globalmente con la sigla AUP, salvo cuando es necesario establecer una clara distinción - las prácticas agrícolas, dentro de las ciudades y en torno a ellas, que compiten por unos recursos (tierra, agua, energía, mano de obra) que podrían destinarse también a otros fines para satisfacer las necesidades de la población urbana. Son sectores importantes de la AUP, entre otros, la horticultura, la ganadería, la producción de forraje y leche, la acuicultura y la silvicultura. Por consiguiente, para fines expositivos, el término AUP deberá entenderse en su sentido global a menos que se indique otra cosa (FAO, Comitê de Agricultura, 1999, p. 3, apud. ZAAR, 2015, p. 36).

Mougeot (2000) acrescenta que as definições mais usuais da AUP se baseiam em diversos determinantes, pois passam pela questão do que há de específico nesta modalidade para que ela seja considerada objeto de pesquisa e para que possa ser alvo de políticas públicas específicas. De acordo com o autor estes determinantes são:

- Os tipos de *atividade econômica*, incluindo processamento, comercialização e as interações entre todas essas fases. Na AUP, devido à maior proximidade geográfica e ao fluxo de recursos mais rápido, a produção, a venda e o processamento tendem a estar mais inter-relacionados no tempo e no espaço;
- A *localização*, que sem dúvidas é o elemento mais citado nas definições de AUP, já que é um dos grandes diferenciais dessa modalidade de agricultura;
- Os tipos de áreas onde ela é praticada, cujos critérios de tipificação variam de autor para autor, podendo estar relacionados à residência do produtor (se dentro ou fora do lote onde ele reside); ao desenvolvimento da área (se ela está construída ou baldia); entre outros fatores;
- Sua *escala e sistemas de produção*, que são todos aceitos, já que poucas definições incluem ou excluem tipos específicos de sistemas produtivos, mas normalmente os

esforços investigativos se concentram nas micro, pequenas e médias empresas, individuais ou familiares, em detrimento àquelas de grande escala;

- As categorias e subcategorias de produtos, cujas definições a respeito costumam enfatizar a produção de alimentos para consumo humano e animal, se diferenciam também através dos tipos de colheita e dos tipos de animais produzidos;
- A *destinação dos produtos*, que pode ser para o autoconsumo, para algum tipo de comércio ou para ambos.

O autor ressalta ainda que a conceituação que temos hoje da AUP nos oferece uma definição genérica e algumas indicações de seus traços que a distinguem da agricultura praticada no meio rural, mas ainda é necessário decodificar esta definição para que possamos melhor identificar seu caráter distintivo. Isso é de extrema importância, pois, se a AUP está integrada ao ecossistema urbano e interage com diversas facetas de seu desenvolvimento, então ela pode contribuir com a diversificação e com o fortalecimento das atuais estratégias de gerenciamento urbano.

Por fim, pode-se afirmar que a AUP se desenvolveu no Brasil (não apenas, mas também) como uma resposta às más condições de vida dos pobres urbanos, e isso inclui a indisponibilidade de uma alimentação regular, saudável e acessível. Este, porém, não é o único benefício que advém desta prática, ela possui inúmeros outros pontos positivos que são explorados no próximo subcapítulo.

2.2. Benefícios do cultivo de alimentos nas cidades e em seu entorno

A prática da AUP gera benefícios que podem ser observados em diversas esferas da sociedade: econômica, social e ambiental. Esta modalidade de agricultura está intimamente ligada à “Segurança Alimentar e Nutricional” (SAN), que segundo o Art. 3º da Lei Nº 11.346 de 15 de setembro de 2006:

(...) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, n.p).

A AUP exerce um papel importante na garantia deste princípio, e sua contribuição pode ocorrer de várias formas. Primeiramente, nos casos em que a produção é destinada ao autoconsumo, a prática da agricultura nas cidades e em seu entorno tem certo impacto na SAN a partir da oferta de alimentos frescos e ricos em vitaminas, proporcionando aos agricultores uma dieta mais variada e saudável, aumentando a quantidade e melhorando a qualidade dos alimentos consumidos, além de também garantir certa estabilidade alimentar, assegurando que os alimentos vão estar disponíveis mesmo com a sazonalidade do mercado (MAXWELL, 2003; MAXWELL *et al.*, 1998; ARMAR-KLEMESU, 2001; EGAL *et al.*, 2001 *apud*. ZEZZA; TASCIOTTI, 2010).

Segundo Cribb e Cribb (2009), muitas comunidades carentes e proprietários de pequenos sítios reduzem seus gastos com alimentos a partir da AUP. Nos casos em que a produção é feita em escala comercial, ou a eventual produção excedente é comercializada, a AUP torna-se uma fonte de renda ou de complementação dela, contribuindo também, em alguns casos, com a geração de postos de trabalho.

A pesquisa realizada por Reis (2020) no município de Varginha – MG reforça as afirmações acima. A autora mostrou, por meio de seus resultados obtidos com a aplicação de questionários a pessoas que desenvolvem a AUP por iniciativas próprias e individuais, a importância deste tipo de agricultura, especialmente da produção de alimentos nos quintais. Fica evidente em seu trabalho que tanto a renda gerada pela AUP quanto os alimentos produzidos pelos agricultores urbanos e periurbanos ajudam a garantir a SAN de suas famílias. Sendo a falta de recursos um dos principais motivos da insegurança alimentar, a renda e os alimentos obtidos por meio da AUP satisfazem, ao menos em parte, as necessidades alimentares dos agricultores e suas famílias.

A importância dos quintais produtivos, ou seja, da produção de alimentos realizada nos quintais das casas, também é evidenciada no estudo de Baratelli e Raoul (2018), realizado no Cinturão Verde que se localiza no perímetro urbano de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Por meio da aplicação de questionários aos moradores do Cinturão, as autoras demonstraram o papel relevante que os quintais produtivos assumem na alimentação das famílias, já que as produções estão voltadas majoritariamente para o autoconsumo. A diversidade produtiva encontrada pelas autoras é muito grande, incluindo frutíferas, hortaliças e a criação de pequenos animais, e dentre os principais alimentos produzidos estão as bases diárias da alimentação brasileira: mandioca e

diversos tipos de feijão, reforçando a relevância destes cultivos para a SAN das famílias envolvidas, principalmente por meio da diminuição de suas despesas com alimentação.

Também deve-se destacar o fato de que, realizada em pequenos espaços ociosos nos quintais das residências, os alimentos são em geral cultivados com pouco ou nenhum insumo, o que os torna muito mais saudáveis e livres de agrotóxicos. Baratelli e Raoul (2018) também reforçam este aspecto dos quintais produtivos, ao analisarem as produções do Cinturão Verde de Três Lagoas. De acordo com as autoras, o fato de os cultivos serem, em sua maioria, voltados ao consumo familiar, faz com que exista uma preocupação maior relacionada à qualidade dos alimentos produzidos, principalmente em relação à utilização de agrotóxicos.

Apesar de a AUP não ser realizada exclusivamente de forma orgânica, ou seja, sem a utilização de agrotóxicos, sem fertilizantes químicos e sem sementes transgênicas, as produções destinadas ao consumo familiar são predominantemente desenvolvidas desta forma, tanto pela preocupação em consumir alimentos mais saudáveis e pela falta de conhecimento técnico para manusear os agrotóxicos e outros produtos químicos quanto pela falta de poder aquisitivo para comprá-los, na maioria dos casos.

Os sistemas de produção de base agroecológica, de acordo com Aquino e Assis (2007), têm como princípios básicos “a menor dependência possível de insumos externos à unidade de produção agrícola e a conservação dos recursos naturais” (AQUINO; ASSIS, 2007, p. 138). Estes sistemas buscam a maximização da reciclagem de energia e nutrientes, para minimizar a perda destes recursos durante os processos produtivos. Por tal motivo, os autores consideram a agroecologia especialmente apropriada para o entorno urbano,

[...] posto que sistemas de produção orgânicos com foco agroecológico se caracterizam como um instrumento interessante para viabilização da agricultura em pequena escala, em regime de administração familiar, tanto em sistemas de parcelas individuais como em explorações associativas, posto que a baixa dependência de insumos externos facilita a adoção dessa forma de produção por esse tipo de agricultor (ASSIS, 2003, *apud*. AQUINO; ASSIS, 2007, p. 140).

Nesta situação, em que são seguidos os princípios agroecológicos, a AUP “propõe uma interação harmônica com os recursos naturais, minimiza as agressões ao meio ambiente e considera todos os seres presentes na natureza como aliados, utilizando indicadores biológicos para analisar suas práticas na busca por melhor qualidade de vida” (RIBEIRO *et al.*, 2012, p.

386), além de oferecer alimentos mais saudáveis e livres de contaminantes aos consumidores e ajudar a proteger os recursos naturais.

Ribeiro *et al.* (2012) propõem ainda que a atuação intersetorial da AUP agroecológica, ou seja, sua contribuição em diversas esferas sociais, pode ser considerada uma ferramenta de promoção da saúde. Os autores evidenciaram esta afirmação por meio de análises documentais de uma experiência de AUP agroecológica desenvolvida na cidade de Embu das Artes, região metropolitana de São Paulo, por meio do Projeto Colhendo Sustentabilidade (PCS). Os resultados da pesquisa demonstraram que os envolvidos no projeto desenvolveram consciência ambiental, melhorias em seus hábitos alimentares e um desejo coletivo de contribuir para a preservação da natureza.

Neste sentido, vale ressaltar que a AUP também cumpre importantes funções sociais, conforme destacam Azevedo, Perxacs e Alió (2020). Além de oferecer alimentos frescos e saudáveis aos seus praticantes, por vezes tornando-se uma fonte de renda, a AUP também é capaz de responder a uma gama de questões urbanas, como o combate à pobreza e a melhoria na autoestima dos agricultores, por exemplo, além de todas as suas contribuições para a melhoria da SAN, conforme explicado acima.

Além disso, esta modalidade de agricultura, ao contrário da que é praticada nos espaços rurais, apresenta a vantagem de localizar-se próxima aos mercados, reduzindo o número de intermediários no processo de fornecimento e evitando as longas distâncias de transporte, consequentemente reduzindo o preço dos alimentos para o consumidor final e permitindo que mais pessoas tenham acesso a eles. Esta “proximidade” entre produtor e consumidor forma o que chamamos de “circuitos curtos de comercialização”. De acordo com Ferreira; Ferreira e Leão (2020):

Caracterizados pela proximidade entre consumidor e produtor, reduzindo ao mínimo o número de intermediários no mercado de alimentos — como as feiras orgânicas e de produtores, os grupos de consumo responsável e algumas modalidades de compras públicas —, os circuitos curtos (re)valorizam a produção local e as relações de solidariedade (FERREIRA; FERREIRA; LEÃO, 2020, p.1).

A AUP também pode proporcionar benefícios terapêuticos. O cultivo de alimentos em áreas urbanas e periurbanas proporciona uma reconexão com a natureza (COELHO, 2020) e com

as pessoas envolvidas no processo de produção, aumentando o bem-estar e ajudando na prevenção do estresse (ROESE, 2003).

As contribuições ambientais desta prática também são muito relevantes. A AUP tem potencial para ajudar na melhoria da gestão sustentável do espaço urbano e aumentar sua resiliência, já que sua implantação nas cidades melhora a paisagem, o sombreamento e a qualidade dos ambientes, contribuindo também com a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e com o desenvolvimento da biodiversidade:

O ambiente urbano é frequentemente rico em espécies da flora e da fauna e pode ser bastante incrementado pelas iniciativas do desenvolvimento de práticas agrícolas e ambientais que funcionam de forma eficiente e sustentável, desde que estejam ligadas a todos os processos de manejo do meio ambiente, incluindo os fatores relacionados à ecologia e à biodiversidade (MELO, 2016, p. 4).

Além disso, a prática da AUP pode ajudar a conservar o solo; promover a reciclagem de nutrientes; ajudar a criar um microclima adequado; melhorar o manejo da água; o balanço de oxigênio e dióxido de carbono e melhorar a capacidade de infiltração, melhorando assim a recarga dos aquíferos e contribuindo para a redução de deslizamentos e inundações (MELO, 2016).

Por fim, pode-se elencar algumas outras vantagens que este tipo de agricultura proporciona: ajuda na reciclagem do lixo, a partir da reutilização de embalagens (para a formação de mudas, por exemplo) e de resíduos e rejeitos domésticos, transformando-os em compostos orgânicos para adubação; fortalece o desenvolvimento local, valorizando a produção local de alimentos e criando oportunidades para o associativismo; melhora a educação ambiental das pessoas envolvidas no processo, que consequentemente aumentam sua consciência de conservação ambiental; melhora o aproveitamento de espaços ociosos, evitando o crescimento de plantas daninhas e o acúmulo de entulhos, aproveita os espaços ociosos evitando o crescimento de plantas daninhas e o acúmulo de entulhos, consequentemente diminuindo a propagação de insetos e reduzindo a reprodução de transmissores de doenças, como o *Aedes Aegypti* (ROESE, 2003).

Apesar de ser muito benéfica, a AUP pode representar problemas e riscos, dependendo do manejo utilizado nos cultivos. Os efeitos da poluição industrial, por exemplo, podem contaminar os recursos utilizados no cultivo urbano, como a água e o solo. Isto gera riscos não apenas aos agricultores, mas também aos consumidores dos alimentos produzidos.

A utilização de agrotóxicos nesta modalidade de agricultura também é algo muito sério, especialmente pela proximidade das residências, aumentando os riscos de contaminação (AQUINO; ASSIS, 2007). A agricultura orgânica de base agroecológica, conforme mencionado, pode ser uma alternativa para a eliminação de tais riscos, de acordo com Aquino e Assis (2007, p. 141), podendo incluir a utilização de “[...] agentes de biocontrole, diversos fertilizantes líquidos, as caldas sulfocálcica, viçosa e bordalesa, feromônios, extratos de plantas, entre outros.”

Outro fator limitante para a AUP está relacionado à disponibilidade de água. De acordo com os mesmos autores, este recurso, mesmo quando abundante, pode muitas vezes ser de acesso limitado por fatores geográficos e econômicos. Além disto, a utilização de agrotóxicos e fertilizantes solúveis na água de irrigação em áreas urbanas e periurbanas, frequentemente em doses elevadas, pode acarretar a poluição de lençóis freáticos e do solo. Aquino e Assis (2007) ressaltam que a falta de água de qualidade para utilização nos cultivos urbanos pode, por vezes, levar os agricultores a utilizarem águas residuais, o que é muito interessante, mas pode acarretar problemas de saúde quando não é feito o tratamento adequado deste recurso.

Destaca-se, contudo, que a prática da AUP de forma orientada e organizada é necessária e pode mitigar riscos, possibilitando a extração dos benefícios proporcionados por esta modalidade de agricultura com segurança.

2.3. Desafios – A AUP no contexto das políticas públicas

Apesar de ser tão benéfica, existem alguns desafios que precisam ser superados para que o melhor proveito seja extraído da prática da AUP. O apoio do poder público, por exemplo, por intermédio de políticas públicas e de outras ações de incentivo, é de fundamental importância para garantir o desenvolvimento deste tipo de agricultura.

Para que seja possível compreender qual a função das ações do Estado no âmbito da AUP, primeiramente é necessário o entendimento do conceito de “políticas públicas” e do papel que elas exercem na sociedade como um todo.

A participação do Estado na provisão de serviços à população e a sua intervenção na economia alterou-se ao longo da história, especialmente a partir da ascensão do capitalismo, em virtude de vários fatores, destacando-se: a) a revolução industrial e suas consequências, como a aceleração dos processos de urbanização, de degradação ambiental e de mudanças nas condições

de trabalho; b) o início do rompimento com o liberalismo econômico a partir da Primeira Guerra Mundial; c) a crise de 1929 e a necessidade de maior intervenção na economia, com o estreitamento da aliança entre os Estados e a iniciativa privada; d) a Segunda Guerra Mundial, que deixou o Estado mais intervencionista, tanto pelas necessidades trazidas pela guerra quanto para a reconstrução após o seu término; e) as crises cíclicas do sistema capitalista; f) a própria ideia de liberdade, atrelada também às liberdades sociais (DALLARI, 2013, *apud.* GIANEZINI *et al.*, 2017).

A partir das mudanças ocasionadas por estes fatores, elabora-se a concepção de um Estado assistencialista mais desenvolvido, que, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 417) *apud.* Gianezi *et al.*, 2017, traz consigo a consolidação do *Welfare State* (Estado do Bem-estar Social): “[...] independentemente da sua renda, todos os cidadãos, como tais, têm direito de ser protegidos – com pagamento de dinheiro ou com serviços – contra situações de dependência de longa duração (velhice, invalidez...) ou de curta (doença, desemprego, maternidade...)” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 417 *apud.* GIANEZINI *et al.*, 2017, p. 1069).

De acordo com Silveira *et al.* (2015), há de certa forma, um consenso de que o *Welfare State*:

[...] é um resultado da pressão do modelo capitalista de produção sobre a sociedade, acentuando as desigualdades (capital versus exploração de mão de obra). Assim, o Estado deve interceder e propor intervenções que atenuem tais desigualdades, pela prática do bem-estar social. Nos países em desenvolvimento tardio, no caso do Brasil, é ainda mais importante o desenvolvimento e emergência do *Welfare State*, pois é onde acontece a maior exploração da mão de obra pelo capital, que acentua as desigualdades e é altamente concentradora de renda e de oportunidades (SILVEIRA *et al.*, 2015, p. 10).

Neste sentido, as políticas públicas podem ser vistas e entendidas como uma forma de implementação e prática do *Welfare State*, ou seja, “como uma forma de corrigir desigualdades que o sistema capitalista de produção acentuou desde meados da industrialização brasileira” (SILVEIRA *et al.*, 2015, p. 10).

Ao estudar a temática de políticas públicas, é importante, primeiramente, entender que elas estão diretamente associadas ao Estado, apesar de outros atores, tanto privados como públicos, também participarem de suas construções e implementações. Além disso, é necessário compreender que não há uma teoria completa e definida sobre o tema, mas sim vários conceitos,

que, juntos, traduzem o que podemos entender como políticas públicas (GIANEZINI *et al.*, 2017).

Como a magnitude e a abrangência deste tópico extrapolam os objetivos deste texto, vamos nos ater à seguinte definição, que “está fundamentada no pressuposto de que o Estado pode e deve ser o agente fomentador da implementação, regulamentação e preservação do interesse público, pelas políticas de bem comum” (GIANEZINI *et al.*, 2017, p. 1071), conceituando assim que as políticas públicas se constituem em distintas:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas (TEIXEIRA, 2002, p. 1).

Desta forma, através das políticas públicas o Estado pode atender a diversos interesses de múltiplos setores da sociedade, buscando assegurar as transformações sociais, o desenvolvimento do país e a diminuição das desigualdades.

Contudo, ressalta-se que as políticas públicas “visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis” (TEIXEIRA, 2002, p.3), constituindo-se em uma ferramenta importante para prover melhores condições de vida a esta população. Além disso, segundo o autor, “outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas)” (TEIXEIRA, 2002, p.3).

Nesse sentido, levando em consideração que os benefícios proporcionados pela prática da AUP abrangem diversos aspectos do desenvolvimento, incluindo geração de emprego e renda, além de beneficiar principalmente as parcelas mais pobres da população, implementar políticas públicas voltadas à AUP significa contribuir não apenas com o desenvolvimento desta prática, mas também com o exercício e a manutenção de direitos e princípios previstos na Constituição Federal.

Apesar disso, tomando como exemplo o histórico brasileiro de políticas públicas para a agricultura que se desenvolve no campo, é possível constatar que nem sempre estes princípios são

levados em consideração, já que, no Brasil, a maioria destas políticas - principalmente a partir da década de 1960 - se restringiu ao viés econômico, especialmente ao estímulo do processo de modernização da agricultura, deixando de lado os aspectos sociais e ambientais.

Assim, seguindo o padrão estabelecido desde a colonização, a agricultura brasileira se desenvolveu com base nos latifúndios e nas monoculturas, e boa parte dos investimentos estatais, mesmo após o processo de modernização do campo, continuaram se concentrando no agronegócio e na produção de *commodities* para exportação, negligenciando e excluindo o segmento de agricultores familiares. De acordo com Mattei (2014, p. 83):

De um modo geral, se pode dizer que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira.

Esta lógica começou a se alterar lentamente a partir do final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o fim da Ditadura Militar, e principalmente durante a década de 1990, quando os organismos multilaterais passaram a exigir que países como o Brasil combatessem a pobreza e a miséria com mais veemência. A partir de então, começaram a ser formuladas algumas políticas públicas visando atender às demandas dos agricultores familiares, sendo a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, um marco no reconhecimento desta categoria de agricultores no âmbito das políticas públicas no Brasil.

Visando principalmente amenizar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos agricultores familiares, a principal função do PRONAF é o oferecimento de financiamentos - através de linhas de crédito - com baixas taxas de juros, que deverão ser destinados:

[...] para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar (BNDES, 2021, n.p).

A princípio, o programa destinava-se apenas aos agricultores das áreas rurais, que poderiam ter acesso às linhas de crédito desde que dispunham da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) que é o principal documento para a identificação do agricultor familiar. Em

2014, alterações na legislação tornaram possível a emissão da DAP para agricultores familiares que produzem em áreas urbanas, tornando-os aptos a usufruir dos financiamentos oferecidos pelo programa. Isto foi uma grande conquista para os agricultores urbanos, apesar de a maioria deles ainda não ter a declaração por falta de conhecimento, informação e assistência técnica adequada.

A obtenção da DAP também permite a participação dos agricultores urbanos em outras importantes políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³, que fez parte do programa Fome Zero, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A Lei nº11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE devem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar (FNDE, 2022). Dessa forma, o PNAE tem grande importância no desenvolvimento da agricultura familiar do país.

Observa-se no Brasil nos últimos anos um início, ainda que tímido, do reconhecimento da AUP no âmbito das políticas públicas. A grande maioria dos estudos abordando o tema da AUP no Brasil aponta a necessidade de políticas, especialmente em escala nacional, que apoiem esta modalidade de agricultura. Santos e Machado (2020, p. 17), ressaltam que, para o desenvolvimento desta prática, é de extrema importância a existência de políticas “que integrem o debate sobre a AUP como estratégia intersetorial indispensável para o abastecimento das cidades, de modo a promover efetivamente a SAN”. Pessoa, Souza e Schuch. (2006) apontam principalmente a necessidade de políticas públicas que promovam a disponibilidade de crédito às famílias mais pobres com o objetivo de estimular o aumento da produção, já que, segundo os autores, “entre as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias pesquisadas estão a falta de dinheiro para investir na atividade, a falta de espaço físico e de conhecimento técnico” (PÊSSOA; SOUZA; SCHUCH, 2006, p. 36), sendo, estes dois últimos, campos que também precisam ser contemplados com políticas públicas.

Além da possibilidade de participação no PRONAF através da emissão da DAP, em 7 de fevereiro de 2018 também foi aprovada a Portaria nº 467, que instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Programa é um

³ O PAA foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil, por meio da Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

“estímulo à produção agroecológica de alimentos nas cidades, aproveitando as áreas ociosas urbanas e periurbanas para promover a produção sustentável, o processamento e a comercialização de alimentos saudáveis” (BRASIL, 2021). Tal Programa possui as seguintes metas:

- I - Formalizar parcerias na perspectiva de promover a agricultura urbana, na forma de produção agrícola sustentável, comunitária e/ou doméstica, por meio da introdução de tecnologias de produção sustentáveis como catalizador da segurança alimentar, geração de renda e inclusão social;
- II - Fomentar o desenvolvimento de ações voltadas para a gestão e o aperfeiçoamento das ações de agricultura urbana e periurbana;
- III - Promover a conscientização de possíveis financiadores para a agricultura urbana e periurbana; e
- IV - Sensibilizar as esferas estaduais e municipais para desenvolver políticas regionais e municipais de agricultura urbana e periurbana, principalmente nas escolas e associações comunitárias (Diário Oficial da União, Seção 1, 09/02/2018, p. 64 *apud*. ROSA, 2020).

Além desse programa em nível federal, existem algumas outras iniciativas estaduais de apoio à AUP. No Estado de Minas Gerais, por exemplo, há uma lei específica para a agricultura praticada em espaços urbanos, a Lei nº 15.973, de 12/01/2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana, cujos objetivos estão relacionados, de forma geral, à melhoria da SAN, à geração de emprego e renda e à sustentabilidade ambiental a partir do estímulo à prática e desenvolvimento desta modalidade de agricultura (ROSA, 2020). Ainda de acordo a autora:

Outros estados brasileiros, como Santa Catarina (Lei Estadual nº 17533 de 19/06/2018), Mato Grosso (Lei Estadual nº 10.824, de 05/02/2019) e Rio de Janeiro (Lei Estadual nº 8366, de 02/04/2019) também instituíram legislações específicas sobre a AUP, porém ainda são muito recentes quando comparadas a de Minas Gerais (ROSA, 2020, p. 75).

No Distrito Federal também existe uma legislação específica para a AUP, a Lei nº 3.495, de 08 de dezembro de 2004, segundo a qual o Distrito Federal implementará ações no sentido de incentivar as diversas formas de cultivo, de origem predominantemente orgânica na zona urbana e incumbirá o Poder Público de definir espaços urbanos onde serão permitidas atividades de AUP (ROSA, 2020).

Também existem no Brasil algumas iniciativas municipais de apoio à AUP, como é o caso do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do município de São Paulo (PROAURP)

instituído em 2004 pela Lei n. 13.727/2004, que tem por objetivo incentivar e apoiar a produção agroecológica e a comercialização na cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2004 *apud*. GIACCHÈ; PORTO, 2015). Rosa (2020) salienta que a AUP está presente no Plano Diretor Estratégico do referido município, no qual estão previstos a legitimação e incentivos às hortas urbanas, que constituem uma atividade muito frequente da AUP nos municípios brasileiros.

No município de Americana/SP existe a Lei nº 3.189, de 27 de julho de 1998, que autoriza o Poder Executivo a conceder redução da tarifa de água e no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para produtores de hortaliças:

Artigo 1.º Fica o poder executivo autorizado a conceder uma redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da taxa de consumo de água e a redução de 50% sobre o valor a ser pago do Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU dos terrenos destinados ao cultivo de hortas comunitárias ou particulares (ROSA, 2020, p. 76).

No Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte e Governador Valadares são municípios tidos como exemplos no incentivo e apoio à AUP. Belo Horizonte integra, desde 2006, o Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro (CCF), e o município de Governador Valadares participou do Projeto Cidade Verde, ambos visando o conhecimento e o desenvolvimento da AUP nos municípios (ROSA, 2020). O Projeto Cidade Verde é um programa de otimização de espaços vazios para a AUP, e objetivou:

[...] sensibilizar os diversos atores locais em torno do tema da agricultura urbana e para a importância da sua inserção nos instrumentos legais de planejamento e ordenação do espaço urbano, identificar meios de inserir a agricultura no planejamento e criar normas facilitadoras do acesso à terra urbana (LOVO, 2006, *apud*. COUTINHO, 2010, p. 52).

No município de Natal – RN foi recentemente instituída a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (Lei nº 7.018, de 16 de março de 2020), integrada à política urbana e de segurança alimentar e nutricional da população. Dentre os objetivos de tal política estão: “aumentar a produção agrícola no território municipal; ampliar as condições de acesso à alimentação, aumentar a disponibilidade e diminuir os custos de alimentos, inclusive para autoconsumo; gerar empregos e renda, especialmente por meio da agregação de valor aos produtos; estimular a criação de hortas nas escolas municipais como prática educativa de valorização da soberania alimentar, entre outros” (NATAL/RN, 2020, n.p).

No geral, percebe-se que as ações de apoio à AUP no Brasil, tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal, ainda são relativamente recentes e avançaram muito pouco em relação ao potencial e as necessidades da AUP, apesar de algumas políticas instituídas nos últimos anos, a exemplo da Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana de Natal, demonstrarem muito potencial de ganhos futuros em relação à extração de benefícios desta prática. Além disto, a estrutura das cidades em geral também não favorece o desenvolvimento da AUP, já que o IPTU, aplicado à propriedade da terra no perímetro urbano, é bem mais elevado do que o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), aplicado na zona rural. O acesso à água para irrigação também costuma ser mais difícil e as tarifas de energia elétrica são mais elevadas nas cidades do que nas zonas rurais. Isso evidencia que há um confronto entre o desenvolvimento da AUP e o modelo de desenvolvimento das cidades, o que dificulta o avanço deste tipo de agricultura.

Para que esta modalidade de agricultura se desenvolva é necessário investir em políticas públicas que garantam e facilitem o acesso à terra, à água e aos recursos necessários, e que possibilitem e estimulem a capacitação técnica dos produtores. Além disso, políticas públicas que promovam a disponibilidade de crédito às famílias mais pobres podem ser muito importantes para o avanço da AUP em um de seus principais propósitos, que é melhorar a SAN.

CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DA AUP EM REGENTE FEIJÓ/SP

Neste capítulo serão apresentadas as principais características identificadas na AUP de Regente Feijó. A pesquisa, de caráter exploratório com abordagem qualitativa, foi feita a partir da realização de entrevistas semiestruturadas desenvolvidas com a intenção de levantar dados a respeito dos seguintes aspectos:

1 - Perfil dos agricultores responsáveis pelas unidades produtivas pesquisadas e caracterização da produção da AUP em Regente Feijó: informações relacionadas à idade dos agricultores; sexo; grau de escolaridade; tempo de dedicação diária à AUP; razões que o levaram a iniciar o cultivo; local de origem do principal responsável pela unidade de produção; bem como informações a respeito do tempo de existência dos cultivos; dos gêneros produzidos e do destino da produção.

2 - Infraestrutura das unidades produtivas e organização da produção: dados a respeito do local onde a produção é realizada; se a localização da unidade é no espaço urbano ou periurbano; qual o tipo de unidade (e.g.: chácara, quintal de casa, área pública); se o terreno é do próprio agricultor ou se é arrendado/alugado/cedido e informações relacionadas às relações de trabalho na unidade de produção, se conta com a ajuda de outras pessoas e, neste caso, se estas pessoas são membros da família ou funcionários.

3 - Técnicas, recursos e insumos utilizados nos cultivos: dados sobre a origem da água utilizada na irrigação dos cultivos; técnicas de irrigação empregadas; utilização ou não de equipamentos para preparação do solo e de canteiros; origem das sementes ou mudas utilizadas; utilização ou não de adubos e métodos de controle de pragas e, em caso positivo, os tipos de produtos utilizados e onde eles são adquiridos.

4 - Principais dificuldades e desafios encontrados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Regente Feijó: informações sobre a existência de alguma interferência do poder público municipal nos cultivos, e se ela é positiva, contribuindo com o desenvolvimento dos cultivos, ou negativa, atrapalhando de alguma forma; sobre o acesso dos agricultores à cursos, palestras ou outras fontes de capacitação técnica e sobre a participação dos agricultores em mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou outros, além das principais dificuldades mencionadas pelos agricultores para a realização da AUP.

A seleção destes aspectos para serem investigados por meio das pesquisas com os agricultores foi feita buscando abranger e revelar o máximo de características da AUP do município estudado, possibilitando, por meio de suas análises, a confirmação ou refutação das características da AUP apresentadas no Quadro 1, exposto no capítulo anterior, que foi elaborado com base em pesquisas sobre o tema realizadas por vários autores.

Foram entrevistados 20 agricultores urbanos/periurbanos de Regente Feijó. Este número foi obtido a partir de uma averiguação preliminar, feita na fase de elaboração do projeto de pesquisa, com a ajuda do engenheiro agrônomo responsável pela Secretaria da Agricultura do município e de alguns agricultores urbanos/periurbanos previamente identificados. Nesta averiguação preliminar, o engenheiro agrônomo e os agricultores previamente identificados indicaram outros agricultores urbanos/periurbanos conhecidos e solicitaram que eles também fizessem indicações, e assim sucessivamente, até que os dados e informações começassem a se repetir. Obteve-se um número total aproximado de 50 agricultores urbanos/periurbanos no município estudado, e a partir deste número, a amostra de estudo foi definida em 20 agricultores urbanos/periurbanos, que compõem aproximadamente 40% do total.

Após a elaboração dos roteiros de entrevista, foi feita uma consulta prévia com os agricultores identificados para conhecimento e identificação dos que se dispunham a participar da pesquisa. Com base nesta disponibilidade e na localização da unidade produtiva, buscando abranger diferentes bairros da cidade e abrangendo áreas urbanas e periurbanas, foram selecionados os 20 agricultores que seriam pesquisados e foram agendadas as entrevistas de acordo com a disponibilidade dos participantes.

Em virtude da pandemia de Covid-19⁴, apenas 55% das entrevistas puderam ser feitas de forma presencial (11 agricultores). Recorreu-se à telefonemas e videochamadas para a realização das entrevistas faltantes, e, portanto, o registro fotográfico que pode ser feito das unidades produtivas também foi limitado.

O registro das informações e dos dados obtidos através das entrevistas foi feito por meio de anotações. Posteriormente, os dados foram digitalizados e sistematizados, dando origem às tabelas e gráficos apresentados e analisados adiante.

⁴ A doença “Covid-19”, causada pelo vírus “SARS-CoV-2”, foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia em março de 2020, quando a doença já havia se espalhado por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

3.1. Perfil dos agricultores responsáveis pelas unidades produtivas pesquisadas e caracterização da produção da AUP em Regente Feijó

Um dos objetivos da pesquisa foi caracterizar os agricultores urbanos e periurbanos e a produção da AUP realizada em Regente Feijó, buscando identificar padrões e heterogeneidades no grupo de agricultores pesquisados e aspectos marcantes deste tipo de agricultura no município estudado.

Primeiramente, no que diz respeito à caracterização por sexo dos agricultores responsáveis pelas unidades produtivas pesquisadas, constatou-se que 55% dos agricultores são homens e 45% são mulheres. Este dado, que evidencia uma ligeira predominância do sexo masculino na liderança das produções de AUP, difere dos resultados encontrados por Santandreu e Lovo (2007) sobre a AUP no Brasil, que mostraram uma presença predominante de mulheres nesta atividade no país.

Esta relação entre gênero e a agricultura praticada nas cidades também foi objeto de estudo de Delgado (2017), que analisou o protagonismo das mulheres na AUP de Portugal. Os resultados do estudo de caso mostraram que, novamente, ao contrário do que acontece em Regente Feijó, existe uma predominância das mulheres na AUP no país em diversas esferas, como por exemplo na gestão das hortas comunitárias e das chamadas “quintas urbanas” produtivas, que são organizações residenciais rodeadas de cultivos, muito comuns no país em questão.

Tabela 1 – Grau de escolaridade dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Regente Feijó/SP

Grau de escolaridade	Número	%
Analfabeto	1	5,0
Ensino fundamental incompleto	7	35,0
Ensino fundamental completo	1	5,0
Ensino médio completo	6	30,0
Ensino superior incompleto	1	5,0
Ensino superior completo	4	20,0
Total	20	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Em relação ao nível de escolaridade, constatou-se que dentre os agricultores entrevistados, apenas 20% possuem ensino superior completo; 5% possuem o ensino superior

incompleto; 30% possuem o ensino médio completo; 5% concluíram o ensino fundamental; 30% deles possuem apenas o ensino fundamental incompleto e 5% nunca frequentaram a escola e não foram alfabetizados. Estes dados, que podem ser visualizados de forma mais clara na Tabela 1, demonstram que de forma geral o nível de escolaridade dos praticantes da AUP é baixo, apesar de a maioria ter demonstrado grande conhecimento prático sobre a atividade durante as entrevistas. Também foi constatado que todos os agricultores que possuem ensino superior completo são formados em outras áreas não relacionadas à agricultura, sendo que três deles exercem a AUP como uma atividade secundária e um como atividade de tempo integral.

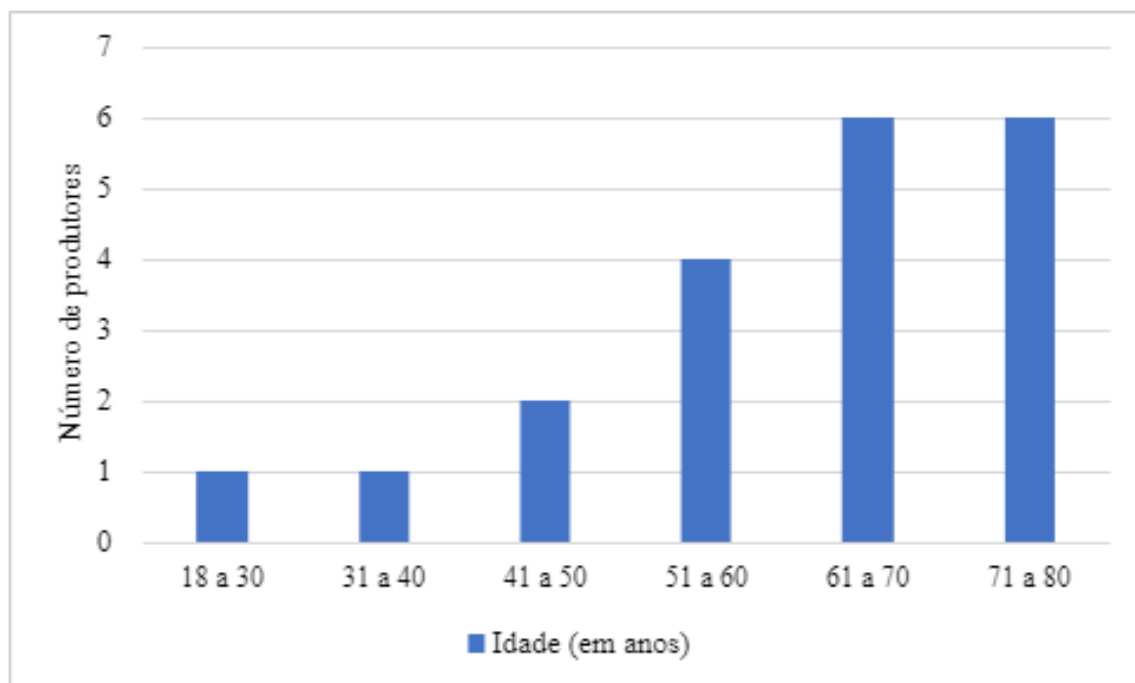
Quanto ao tempo de dedicação diária à AUP, 75% dos produtores entrevistados mantêm os cultivos como uma atividade secundária ou complementar, e apenas 25% praticam a AUP como uma atividade de tempo integral. Dentre os agricultores que praticam a AUP como uma atividade secundária, 86,7% são aposentados e 13,3% ainda trabalham em outras áreas.

Estes dados estão de acordo com os apresentados no Quadro 1, analisado no item 2.1.: “O que é a AUP? Definições e Características”, que busca diferenciar a AUP da agricultura praticada no meio rural. Assim como foi apresentado no Quadro 1, as informações que foram obtidas a respeito do tempo de dedicação diária à AUP dos produtores mostram que normalmente esta atividade não é praticada em tempo integral, mas sim de forma secundária/complementar. Este é um ponto importante de diferenciação da AUP para a agricultura praticada no campo, que normalmente é realizada como atividade principal e em tempo integral.

Outro aspecto analisado diz respeito à faixa etária dos produtores. Dentre os 20 agricultores entrevistados, 60% possuem mais de 60 anos; 30% possuem entre 41 e 60 anos e apenas 10% possuem menos de 40 anos, como pode ser observado no Gráfico 4. Estes dados demonstram que no município a AUP é predominantemente praticada por pessoas de idade mais avançada, o que é algo comum nesta modalidade de agricultura. Cabe ressaltar ainda que os agricultores pesquisados com menos de 40 anos são oriundos da área rural e filhos de produtores rurais, o que os levou a continuar produzindo quando se deslocaram para a cidade.

Apesar da predominância de pessoas com idade mais avançada na liderança dos cultivos, não se acredita que isto seja um sinal de que a prática esteja sendo descontinuada ou deixando de existir, principalmente porque ela é praticada no seio da família na maioria dos casos, envolvendo a participação de crianças e pessoas mais jovens também, que tendem a seguir a tradição familiar.

Gráfico 4 – Faixa etária dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados no município de Regente Feijó/SP



Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Quanto à origem dos agricultores entrevistados, 75% vieram de áreas rurais e 25% já nasceram na área urbana. Este dado evidencia a estreita relação, também identificada por Martins e Vilhoni (2012), entre a AUP e o êxodo rural. Durante as entrevistas, principalmente com esta parcela de agricultores oriundos do campo, percebeu-se a familiaridade com as atividades agropecuárias relacionadas ao ambiente rural, e muitos deles relataram, inclusive, que praticam a AUP como uma forma de manter viva a tradição e os costumes que tinham na infância, relacionados à agricultura e ao cultivo dos próprios alimentos. Estes dados também confirmam o que foi apresentado no Quadro 1, exposto no capítulo anterior, sobre normalmente os praticantes da AUP serem migrantes da zona rural que já tiveram certo contato com a agricultura naquele meio e que agora voltam a praticá-la na área urbana por diversos motivos.

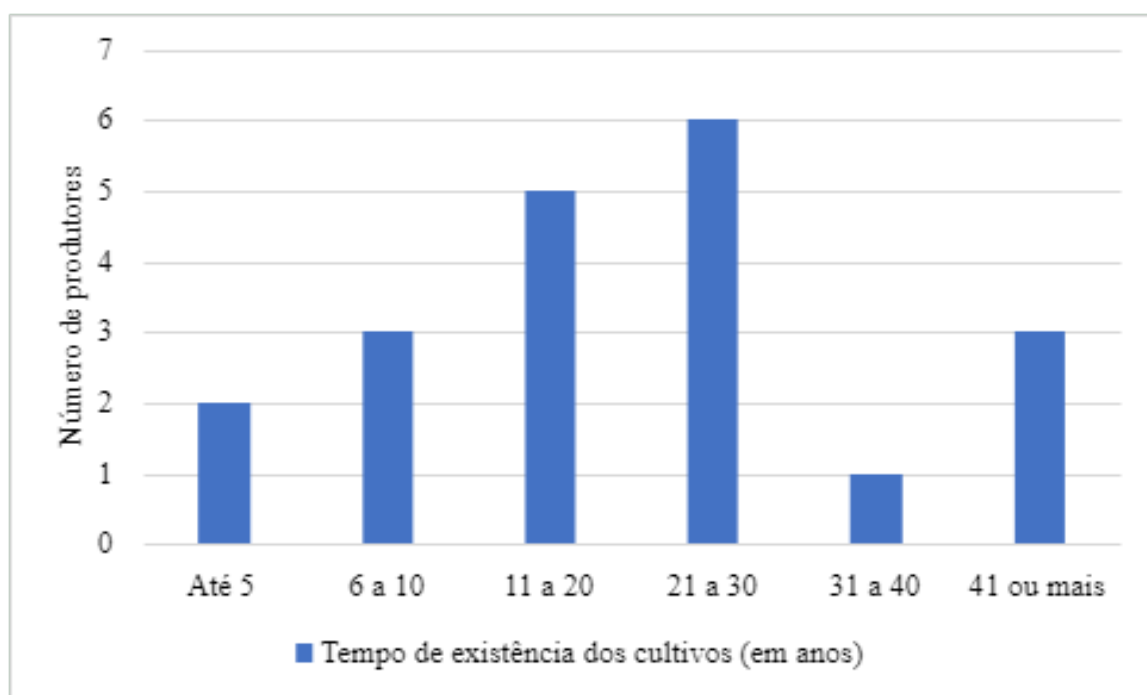
Buscou-se entender, a partir disto, as principais motivações que levaram os agricultores a iniciarem os cultivos, permitindo que fosse apontada mais de uma razão. 70% dos agricultores entrevistados mencionaram praticar a AUP como uma forma de manter a tradição familiar, o que, como visto, vai ao encontro ao fato de boa parte dos agricultores pesquisados terem nascido no meio rural. 25% dos entrevistados mencionaram a necessidade de complementação da

alimentação como uma de suas motivações para o cultivo dos alimentos, e 25% mencionaram a necessidade de obtenção de renda com a venda dos produtos.

Assim como afirma Zaar (2015), apesar de ambas as finalidades serem comuns, o levantamento realizado nesta pesquisa demonstrou que a obtenção de renda é a finalidade da minoria dos cultivos de AUP pesquisados em Regente Feijó, onde o autoconsumo prevalece, como será evidenciado mais adiante.

Buscando caracterizar a produção de AUP em Regente Feijó, o primeiro aspecto que buscou-se compreender foi em relação à longevidade dos cultivos existentes. A AUP é, em sua maioria, uma atividade que já possui certa tradição nas unidades pesquisadas, visto que em 75% delas esta modalidade de agricultura é desenvolvida há mais de 10 anos, e em 50% das unidades produtivas pesquisadas ela é realizada há mais de 20 anos, conforme se verifica no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Longevidade dos cultivos de AUP em Regente Feijó/SP



Fonte: Pesquisa de campo (2021)

No Quadro 2 apresentam-se os principais produtos cultivados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados, bem como sua incidência nas unidades produtivas. No total amostrado, foram identificadas, ao todo, 63 espécies cultivadas com finalidades alimentares, classificadas

nos seguintes grupos: verduras (folhosas); legumes e leguminosas; tubérculos; condimentares; plantas medicinais e frutíferas. A riqueza de biodiversidade nas áreas de cultivo urbanas e periurbanas é uma característica frequente, constatada também nos estudos de Pessoa (2005), que estudou a AUP no município de Santa Maria/RS e nos estudos de Ricarte, Ferraz e Borges (2011), que analisaram a AUP no município de Porto Ferreira/SP, por exemplo.

Quadro 2 - Variedade e incidência de produtos cultivados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Regente Feijó/SP

Tipo	Produto	Incidência nos cultivos
Verduras (folhosas)	Couve	55%
	Rúcula	30%
	Alface	25%
	Almeirão	25%
	Acelga	15%
	Couve-flor	15%
	Repolho	15%
	Brócolis	5%
Legumes e leguminosas	Quiabo	10%
	Feijão	10%
	Milho	5%
	Abobrinha	5%
Tubérculos	Mandioca	40%
	Batata-doce	10%
	Cenoura	5%
Condimentares	Cebolinha	50%
	Salsinha	25%
	Açafrão	10%
	Colorau	10%
	Cravo	5%
	Gengibre	5%
	Louro	5%
	Manjerição	5%
	Pimenta	5%
	Alho	5%
	Canela	5%
Plantas medicinais	Boldo	30%
	Erva-cidreira	15%
	Hortelã	10%
Frutíferas	Limão	65%
	Jabuticaba	40%
	Banana	40%
	Acerola	30%
	Gabiroba	30%
	Amora	20%
	Coco	20%

	Goiaba	20%
	Mamão	20%
	Uva	15%
	Pitanga	15%
	Maracujá	15%
	Mexerica	15%
	Manga	15%
	Laranja	15%
	Caqui	15%
	Abacaxi	15%
	Abacate	10%
	Café	10%
	Caju	10%
	Cereja	10%
	Figo	10%
	Graviola	10%
	Jaca	10%
	Tomate cereja	10%
	Cajá-manga	5%
	Nêspora	5%
	Pêra	5%
	Pêssego	5%
	Pinha	5%
	Ingá	5%
	Seriguela	5%
	Lichia	5%
	Carambola	5%

Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Os resultados obtidos demonstram que as espécies frutíferas aparecem em maior quantidade e variedade nas hortas, sendo que o limão, que foi a espécie mais mencionada, está presente em 65% dos cultivos pesquisados. Além do limão, estão entre as espécies mais cultivadas a jabuticaba e a banana, presentes em 40% das plantações estudadas. As verduras também foram bastante mencionadas nas entrevistas realizadas, com destaque para a couve, presente em 55% dos cultivos. Conforme veremos mais adiante, as verduras (folhosas) são cultivadas, principalmente, com a finalidade comercial, apesar de também terem sido encontrados alguns casos em que elas são produzidas para consumo próprio. Este é um ponto que precisa ser destacado quando se enfatiza a importância da AUP no abastecimento alimentar do município, pois constatou-se que a maioria das verduras folhosas dos principais supermercados e de uma das principais quitandas de Regente Feijó tem como origem a AUP.

Por outro lado, também foi notada a predominância dos cultivos de frutíferas nas produções que são destinadas majoritariamente ao autoconsumo. A Figura 4 mostra um pé de

jabuticaba com frutos, que foi encontrado durante a realização do trabalho de campo em um quintal produtivo do município, e representa a presença das frutíferas na AUP de Regente Feijó.

Figura 4 – Jabuticabeira em quintal de um dos agricultores entrevistados em Regente Feijó/SP



Fonte: Registrada pela autora durante pesquisa de campo (2021)

Também foi constatado que é frequente o cultivo de plantas condimentares, como a cebolinha, presente em 50% dos cultivos, e a salsinha, presente em 25% dos cultivos. Na Figura 5 pode-se observar uma plantação de cebolinha, feita em um canteiro no quintal da casa de um dos agricultores pesquisados. A mandioca se destaca entre os tubérculos, estando presente em 40% das hortas pesquisadas. Os legumes e leguminosas e as plantas medicinais também compuseram a diversidade agrícola urbana e periurbana, apesar de aparecerem com menor frequência e em

menor variedade. Santandreu, Perazzoli e Dubbeling (2002) atribuem grande importância à presença das plantas medicinais nas hortas urbanas, especialmente no caso das populações mais pobres, cujo acesso aos medicamentos convencionais é restrito. Além disto, o cultivo de plantas medicinais também está associado a uma tendência atual de procurar por medicações cada vez mais naturais, com menos produtos industrializados e químicos. A presença destas plantas medicinais nas unidades produtivas estudadas no município revela que este resgate cultural da medicina e dos tratamentos naturais, que são tão antigos quanto o gênero humano, vem acontecendo de forma intensa. No caso de Regente Feijó, a principal planta medicinal identificada nos cultivos pesquisados é o boldo, presente em 30% deles.

Figura 5 – Cebolinha plantada em canteiro no quintal de um dos agricultores entrevistados em Regente Feijó/SP



Fonte: Registrada pela autora durante pesquisa de campo (2021)

A criação animal, por outro lado, não se mostrou tão relevante quanto a biodiversidade vegetal constatada. Em 85% das unidades produtivas não foi identificada nenhuma criação animal, excluídos os animais domésticos como cães e gatos. 15% dos agricultores entrevistados relataram a criação de frangos para o fornecimento de ovos e carne, e houve apenas um registro da criação de vacas para o fornecimento de leite.

Quanto ao destino dos produtos cultivados, 75% dos agricultores entrevistados disseram que a principal finalidade da produção é o autoconsumo, e 25% afirmaram que a principal finalidade é a comercialização. Dentre os agricultores que disseram produzir principalmente para o autoconsumo, não foi identificado nenhum caso em que os excedentes da produção são comercializados regularmente. Por outro lado, destes 75% que consomem a maior parte de sua produção, 53,3% disseram que têm o costume de compartilhar seus excedentes através de trocas e doações com seus familiares, amigos e vizinhos, demonstrando que a AUP é também uma forma de estreitar laços de solidariedade.

Ainda em relação aos agricultores que informaram ter o autoconsumo como principal finalidade da produção, buscou-se compreender qual o impacto da produção da AUP em suas despesas com alimentação. De acordo com os dados obtidos, que estão apresentados na Tabela 2, 60% dos referidos agricultores afirmaram que os alimentos obtidos através da AUP representam uma economia significativa em seus gastos com alimentação, enquanto 26,6% afirmaram representar uma pequena economia e 13,3% disseram que os produtos advindos da AUP não representam economia alguma. Ressalta-se que estes dados são subjetivos, ou seja, os conceitos de “economia significativa” e “pequena economia” podem variar de acordo com a percepção e as experiências de cada agricultor entrevistado.

Tabela 2 – Economia nas despesas com alimentação dos agricultores que produzem para autoconsumo decorrente da AUP

Grau de economia	Número	%
Economia significativa	9	60,0
Pequena economia	4	26,6
Nenhuma economia	2	13,3
Total	15	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Além disto, este grupo de agricultores também foi interrogado a respeito do impacto da produção dos próprios alimentos em seus hábitos alimentares. Os resultados mostraram que

86,6% deste grupo de agricultores, que produz majoritariamente para o autoconsumo, acreditam que há uma melhora em seus hábitos alimentares derivada da AUP. Durante as entrevistas, os principais argumentos utilizados pelos agricultores para explicar esta melhora estão ligados à ideia de consumir produtos mais frescos e naturais e de ter acesso à alimentos que eles não poderiam consumir com frequência caso não os produzissem, seja pelo preço ou pela indisponibilidade nos mercados e quitandas.

Um exemplo desta situação foi mencionado por um dos agricultores durante a entrevista. O entrevistado, que possui um pomar no quintal de casa, com grande variedade de espécies frutíferas, disse que a partir das frutas produzidas em sua casa, ele e sua esposa podem beber sucos naturais todos os dias, evitando o consumo de refrigerantes e outros produtos industrializados.

Estes dados reforçam a importância da AUP na garantia e na melhoria da SAN da população, uma vez que ela representa, na maioria dos casos, uma economia nas despesas com a alimentação, assim como ressaltado no estudo de Cribb e Cribb (2009), e uma fonte de alimentação mais saudável e natural. Além disto, nos casos em que a produção da AUP é destinada à comercialização, como nas situações que serão analisadas a seguir, esta modalidade de agricultura contribui com a SAN gerando renda e empregos.

Tabela 3 – Formas de comercialização adotadas pelos agricultores pesquisados em Regente Feijó/SP

Formas de comercialização	Número
Mercados de bairro e pequenos sacolões	3
Supermercados regionais	2
Feira livre do município	2
Bancas no próprio local de produção	1
CEAGESP	1
Total	9

Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Em relação aos agricultores que afirmaram comercializar a maior parte de sua produção, buscou-se entender quais são suas estratégias de comercialização dos alimentos, e foram encontradas diferentes situações. Como exposto na Tabela 3, os locais de venda mencionados foram os mercados de bairro e os sacolões de pequeno porte; os supermercados do município e da região; as feiras livres realizadas em Regente Feijó, que ocorrem duas vezes por semana aos domingos de manhã e às quartas-feiras à tarde; o próprio local de cultivo dos alimentos, que foi

mencionado por apenas um dos entrevistados e, por fim, mencionado por um agricultor como local de venda dos excedentes que não conseguiram ser comercializados em sacolões e em seu local de produção, a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) de Presidente Prudente. Ressalta-se que o número total da Tabela não corresponde ao número total de agricultores que comercializam a produção, já que os entrevistados utilizam mais de um canal de comercialização.

A Figura 6 foi registrada em um pequeno sacolão localizado no centro da cidade. As verduras que aparecem na foto são produzidas pela AUP, e são cultivadas pelo próprio dono do estabelecimento.

Figura 6 - Produção da AUP sendo comercializada em um sacolão localizado no centro de Regente Feijó/SP



Fonte: Registrada pela autora durante pesquisa de campo (2021)

Em diversas destas situações temos a formação dos chamados “circuitos curtos de comercialização” que, como destacado anteriormente, são caracterizados pela proximidade entre o produtor e o consumidor, e por uma redução no número de intermediários no processo de

comercialização. Em relação aos dados coletados no município de Regente Feijó, nota-se que em muitos casos ocorre a venda direta dos produtos, ou seja, o próprio produtor faz a comercialização. A exemplo disto temos os casos em que os alimentos são comercializados nas feiras livres do município, o caso em que são comercializados no próprio local de produção e também no caso do produtor que é também dono de um sacolão no município, onde ele mesmo vende seus alimentos produzidos.

Esta proximidade entre as áreas de cultivo e os locais de comercialização valorizam a produção local e as relações de solidariedade, como afirmam Ferreira; Ferreira e Leão (2020), além de diminuir os custos relacionados ao transporte, permitindo a entrega de produtos de qualidade a preços menores aos consumidores, quando comparados aos alimentos produzidos na área rural.

Apesar de boa parte da produção da AUP dos pesquisados em Regente Feijó ser voltada ao autoconsumo, a comercialização dos produtos oriundos desta modalidade de agricultura é uma parte importante da dinâmica econômica de Regente Feijó, principalmente por ela ser responsável pelo abastecimento da maior parte das verduras folhosas de um dos principais supermercados do município e do principal sacolão, localizado no centro da cidade.

3.2. Infraestrutura das unidades produtivas e organização da produção

A AUP, conforme explicado, é a produção de alimentos que ocorre dentro das cidades, no espaço urbano, e em seus entornos, no espaço periurbano. A localização das unidades produtivas de AUP pesquisadas em Regente Feijó está indicada no Mapa 3.

Diversos tipos de unidades produtivas foram encontrados, como exposto na Tabela 4. Dentre eles, o tipo predominante foram os quintais produtivos, ou seja, os cultivos realizados em quintais de residências, que podem ser feitos em canteiros, vasos e pequenos pedaços de terra, correspondendo a 55% dos cultivos pesquisados. Também foram pesquisados cultivos realizados em chácaras (20%) e em outras áreas privadas sem edificação (25%). No caso das chácaras, foram encontradas diferentes situações, pois algumas delas eram o próprio local de moradia dos agricultores e outras eram apenas um local de lazer ou uma segunda residência. Um fato que chamou a atenção, porém, foi que em 100% das unidades produtivas pesquisadas o terreno é do próprio agricultor, ou seja, não foi identificado nenhum caso em que as áreas cultivadas são

alugadas ou cedidas. Este pode ser um dos fatores responsáveis pela longevidade dos cultivos que foi constatada no município, e também deve ser considerado na elaboração de políticas públicas para esta modalidade de agricultura, pois demonstra que, além da atividade já estar consolidada, já existe o espaço disponível para sua realização e a experiência e interesse dos produtores que já exercem a atividade há anos.

Também foi identificada uma relação entre os tipos de unidades produtivas e suas localizações, conforme pode ser observado no Mapa 3. No caso dos quintais produtivos, nota-se que estão localizados na área urbana do município; enquanto as chácaras e as áreas privadas sem edificação localizam-se, majoritariamente, na área periurbana.

Mapa 3 - Localização das unidades produtivas de AUP pesquisadas em Regente Feijó/SP

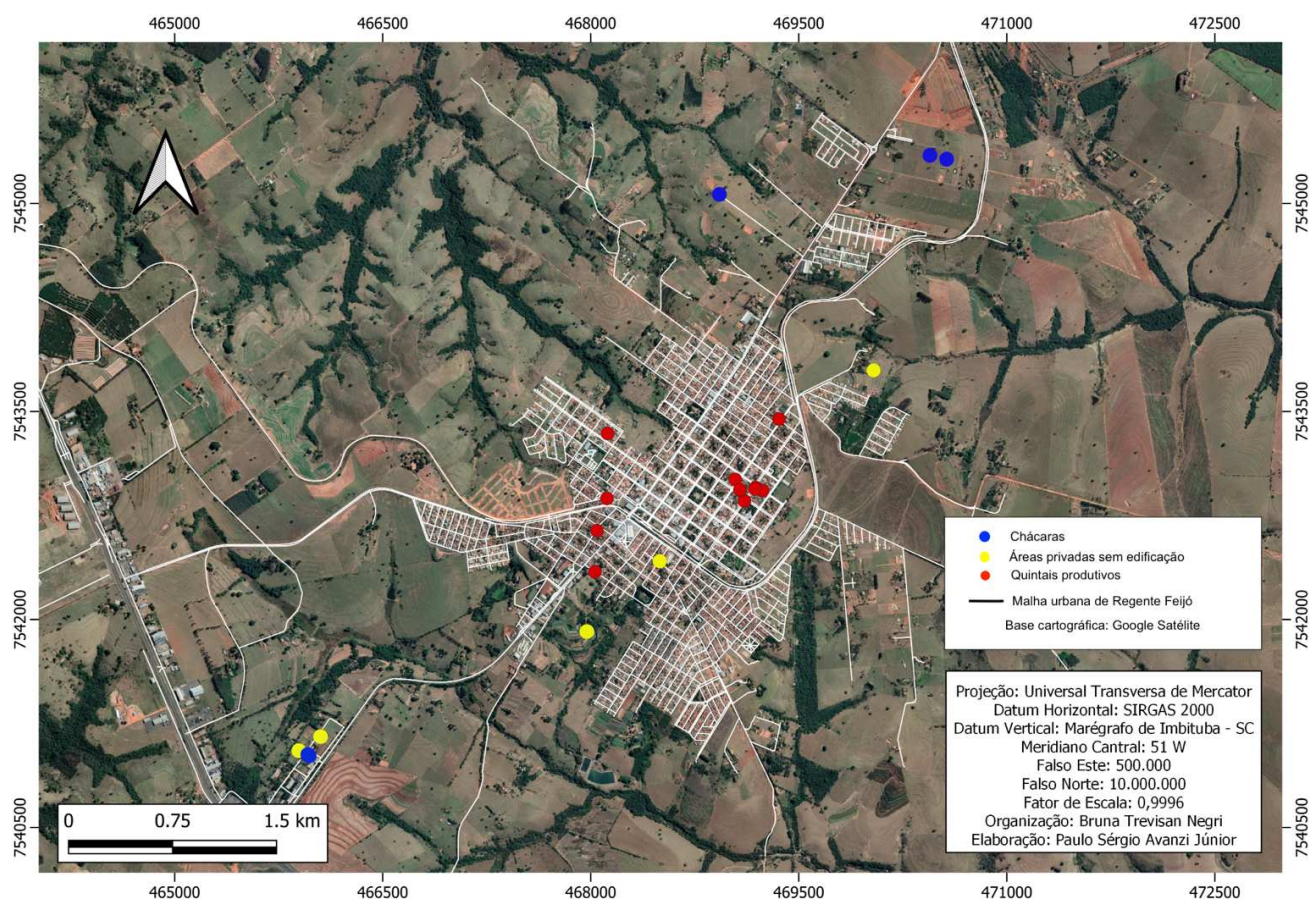


Tabela 4 – Tipos de unidades produtivas pesquisadas no município de Regente Feijó/SP

Tipos de unidade	Número	%
Quintais produtivos	11	55,0
Área privadas sem edificação	5	25,0
Chácaras	4	20,0
Total	20	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Em relação à organização social da produção, percebeu-se que, assim como afirma Rosa (2011), a AUP é majoritariamente familiar, ou seja, é realizada no seio da família. Dentre os agricultores entrevistados, 70% afirmaram receber a ajuda de outras pessoas e apenas 30% afirmaram exercê-las de forma solitária. Dentre os que disseram que praticam a atividade de forma compartilhada, 71,4% declararam que só recebem ajuda de pessoas da própria família e apenas 28,6% citaram a presença de funcionários, seja de forma temporária ou permanente. Ressalta-se, porém, que em todos os casos em que foi constatada a contratação de funcionários, foi constatada também a presença de membros da família nas atividades, ainda que em menor número.

De acordo com os dados coletados, percebe-se que a prática da AUP é de grande importância para as famílias que estão diretamente envolvidas no processo produtivo. Isto ficou explícito, especialmente, em uma das entrevistas realizadas. Nela, o agricultor responsável relatou ser filho de agricultores e ter aprendido a profissão desde criança, e a vontade de continuar seguindo a tradição dos pais o levou a escolher a profissão para si. Hoje, além de dar continuidade às atividades de AUP desenvolvidas pelos pais, junto com a sua esposa, o produtor também é dono de um sacolão localizado na área central da cidade estudada, onde comercializa seus próprios produtos e de outros agricultores.

3.3. Técnicas, recursos e insumos utilizados nos cultivos

De acordo com Santos (2006), o desenvolvimento da história vai de par com o desenvolvimento das técnicas, sendo que a cada evolução técnica uma nova etapa histórica de torna possível. O autor reforça que as técnicas se desenvolvem em grupos, que são verdadeiros sistemas, como, por exemplo, a foice, a enxada e o ancinho, compondo uma família de técnicas. Ao surgir um novo conjunto destas técnicas, no entanto, as outras mais antigas não desaparecem.

O que acontece é que os sistemas de técnicas mais novos passam a ser utilizados pelos novos atores hegemônicos, enquanto os não hegemônicos continuam utilizando técnicas arcaicas.

A modernização e mecanização da agricultura, por exemplo, instalando o que conhecemos hoje como uma “agricultura científica”, é um exemplo que se aplica ao nosso contexto. Nesta situação, os atores hegemônicos, ou seja, os que fazem uso do sistema de técnicas mais moderno (inseticidas, fertilizantes, corretivos, sementes transgênicas), são representados pelos agricultores de grande porte, que investem grandes somas de capitais em suas monoculturas para exportação e que compõem o que chamamos de agronegócio. Os pequenos agricultores ou “agricultores familiares”, grupo no qual os agricultores urbanos e periurbanos pesquisados se encaixam, por outro lado, representam os atores não hegemônicos, fazendo uso de técnicas menos modernas e menos eficientes.

Neste contexto, faz-se necessário destacar o papel das tecnologias sociais no desenvolvimento da AUP. As tecnologias sociais são, de acordo com Barretto e Piazzalunga (2012, p.1): “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social”. Em outras palavras, as tecnologias sociais são alternativas tecnológicas e produtivas desenvolvidas em cenários de vulnerabilidade social e econômica.

Dentro do cenário de AUP encontrado no município de Regente Feijó, percebe-se a presença de algumas tecnologias sociais, como, por exemplo, a captação de água da chuva, feita por alguns dos agricultores pesquisados, a adaptação de sistemas de irrigação e gotejamento com garrafas pet e a reutilização de embalagens de leite, manteiga e de garrafas pet para a plantação de mudas. Estas ações demonstram que, mesmo em meio à escassez de recursos, esta classe de agricultores é resiliente e se reinventa a cada dia para manter a produção de alimentos que, na maioria dos casos, é requisito fundamental para a manutenção e sobrevivência de suas famílias.

Quanto aos resultados obtidos por meio das entrevistas, o primeiro ponto a ser ressaltado é em relação ao tipo de manejo praticado pelos agricultores. Ao contrário do que foi constatado em Presidente Prudente por Rosa (2020), por exemplo, onde foram pesquisados produtores que desenvolvem sistemas de cultivos hidropônicos e orgânicos, no município de Regente Feijó todos os agricultores pesquisados praticam o cultivo convencional, em canteiros, vasos, pequenos ou grandes terrenos e, ainda que alguns deles não utilizem insumos químicos, nenhum produtor entrevistado possui a certificação de produção orgânica.

Quando questionados a respeito da utilização de adubos e métodos de controle de pragas, 75% dos entrevistados afirmaram não utilizar nenhum tipo ou utilizar produtos orgânicos, enquanto 25% dos produtores pesquisados declararam utilizar adubos químicos e biocidas (agrotóxicos).

Os adubos orgânicos mais utilizados pelos produtores são esterco de galinha e compostagem feita com restos de frutas, verduras, legumes, sementes, borra de café, sobras de alimentos cozidos, cascas de ovos, entre outros. Dentre os adubos químicos utilizados, foram citados o adubo de ureia, o sulfato de amônio e a formulação de Nitrogênio (N), Fósforo (P) e Potássio (K) em diferentes proporções. Em relação aos métodos utilizados para controle de pragas, foram mencionados pelos agricultores o uso de caldas naturais de preparo caseiro e alguns mencionaram a utilização de glifosato.

É importante que seja apontada a relação identificada entre a utilização de insumos químicos e a finalidade da produção. Ao analisar os dados coletados, percebeu-se que os 25% de agricultores que alegaram utilizar adubos químicos e biocidas são os mesmos que compõem o grupo dos 25% de produtores que comercializam a maior parte dos alimentos produzidos. Um dos agricultores deste grupo de entrevistados relatou, inclusive, que já analisou a possibilidade de produzir de forma orgânica, ou seja, sem a utilização de insumos químicos. Segundo ele, o custo alto para a obtenção da certificação orgânica - que é obrigatória no Brasil para que um produto seja rotulado e vendido como “orgânico” - foi um dos motivos que o levaram a desistir da ideia e continuar produzindo da forma convencional.

Esta certificação “tradicional” é chamada de certificação por auditoria, e é realizada por empresas certificadoras através de inspeções periódicas, tendo um custo bastante elevado. Ressalta-se, no entanto, que no Brasil existe também a possibilidade de se fazer a certificação através do Sistema Participativo de Garantia (SPG). Neste sistema, os agricultores se organizam em grupos, e juntamente com técnicos e consumidores trocam experiências em reuniões e encontros frequentes para garantir a qualidade orgânica dos produtos, participando de forma ativa nas discussões e respondendo caso haja qualquer irregularidade. Em alguns casos esta modalidade de certificação não tem custo algum e em outros casos pode ter um pequeno custo, muito menor em comparação à certificação por auditoria. Por outro lado, existem limitações em relação à exportação dos produtos certificados através deste sistema, já que a maioria dos países ainda trabalha exclusivamente com o sistema de certificação por auditoria. Notou-se, em relação

aos agricultores pesquisados, uma expressiva falta de conhecimento em relação à produção de orgânicos e às possibilidades de certificação. Possuir a certificação orgânica agrega mais valor aos produtos e passa segurança ao consumidor, e, apesar de acrescentar custos ao produtor, o valor comercial do produto orgânico é maior comparado ao produto convencional.

Também foi constatado que os cultivos são baseados majoritariamente na plantação de mudas, apesar de alguns agricultores também haverem relatado o uso de sementes. Em relação à origem das mudas e sementes, foram identificadas algumas situações diferentes. De acordo com os dados coletados, 60% dos produtores pesquisados utilizam majoritariamente mudas e sementes próprias, que eles mesmos vão produzindo e replantando, ou doadas e trocadas com amigos e familiares. Esta prática, de compartilhar as sementes e mudas, foi algo muito mencionado durante as entrevistas, especialmente entre o grupo de agricultores que produzem majoritariamente para autoconsumo.

Foi descoberto também que 40% dos agricultores costumam, majoritariamente, comprar as mudas e sementes utilizadas. Dentre os locais que foram mencionados como fornecedores das mudas e sementes utilizadas, os principais foram as lojas agropecuárias do município, principalmente no caso das sementes, e as feiras livres do município estudado, os viveiros Brambilla, do município de Piacatu/SP, e o viveiro NH, do município de Álvares Machado/SP, no caso das mudas.

Em relação à utilização de equipamentos para a preparação da terra e de canteiros, constatou-se que 20% dos agricultores possuem e fazem uso de algumas máquinas, notadamente agricultores cuja principal finalidade da produção é a comercialização. Dentre os equipamentos citados estão pequenos tratores; plataformas de descarga (“tombadores”) e encanteiradores de solo.

Por fim, foram buscadas informações sobre a origem da água utilizada para irrigação, considerando-a como um fator importante para a produção. De acordo com os dados obtidos, 60% dos agricultores entrevistados utilizam majoritariamente a água encanada distribuída pela rede pública; 30% extraem água de poços e 10% de açudes. O método de irrigação mais utilizado é a irrigação manual, com mangueiras, baldes e regadores, tendo sido mencionado por 80% dos agricultores pesquisados, além de sistemas de irrigação e gotejamento improvisados com garrafas pet, que são utilizados por alguns agricultores. O restante dos agricultores (20%) utiliza o sistema de aspersão.

Conforme foi pontuado anteriormente, de acordo com Aquino e Assis (2007), o acesso à água para agricultura nas áreas urbanas muitas vezes é limitado por fatores geográficos e econômicos, e com o crescimento populacional e das atividades industriais, a tendência é a poluição dos rios aumentar cada vez mais. Por tais razões, os autores apontam que a utilização de águas residuais na AUP é uma realidade em muitas regiões áridas e semiáridas, e apesar de ser algo bastante interessante, a falta de tratamento adequado destas águas pode acarretar problemas de saúde.

Como será exposto no próximo item, a disponibilidade de água não foi apontada entre as dificuldades enfrentadas pelos agricultores na AUP pesquisados em Regente Feijó, mas a elevada tarifa da água encanada distribuída pela rede pública é um fator limitante. Um dos agricultores entrevistados relatou, inclusive, que o preço da água é um dos principais fatores que o impedem de aumentar a sua plantação, que é destinada ao autoconsumo. O agricultor afirmou que tem o costume de coletar a água da chuva com tambores e bacias para irrigar os cultivos posteriormente, diminuindo o valor de sua tarifa mensal de água.

A partir da análise dos dados obtidos foi constatado que, de forma geral, os agricultores que comercializam suas produções são os que utilizam técnicas e equipamentos mais modernos no processo produtivo, e são também os que utilizam insumos químicos. Isto é normal, se levarmos em consideração que a escala de produção destas unidades é, na maioria dos casos, maior do que aquela das unidades cuja maioria da produção é voltada ao autoconsumo.

No caso dos agricultores que consomem a maior parte dos alimentos produzidos, a não utilização de muitos equipamentos e de insumos químicos também se explica de diversas outras formas. Primeiramente, muitos agricultores deste grupo demonstraram durante as entrevistas bastante interesse em expandir suas produções e em comercializá-las, mas a falta de recursos econômicos é um dos grandes impedimentos em muitos casos. Por outro lado, no caso dos insumos químicos, percebeu-se que, na maioria das vezes, a não utilização está relacionada principalmente ao interesse em consumir produtos mais saudáveis e livres de contaminantes.

Nesse sentido, a disponibilização de linhas de crédito através de políticas públicas específicas à esta modalidade de agricultura seria uma forma de oferecer a oportunidade aos produtores de expandir e aprimorar seus cultivos, adquirir equipamentos que ajudem a aumentar a eficiência da produção, e, possivelmente, contribuiria para o aumento da produção de alimentos orgânicos certificados no município.

3.4. Principais dificuldades e desafios encontrados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Regente Feijó

Na Tabela 5 estão expostas as informações coletadas acerca das principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores pesquisados na prática da AUP. Durante esta parte da entrevista, foi solicitado que os produtores elencassem os principais impedimentos, obstáculos e dificuldades que enfrentam durante o processo produtivo, podendo mencionar mais de um. Foi descoberto que a falta de espaço e a falta de dinheiro são os problemas mais recorrentes entre os agricultores.

Tabela 5 – Dificuldades enfrentadas pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Regente Feijó/SP

Dificuldade	Número
Falta de espaço	9
Falta de dinheiro	9
Falta de conhecimento técnico	7
Falta de tempo	7
Preço da água	7
Preço da energia elétrica	2
Falta de água	0

Fonte: Pesquisa de campo (2021)

A falta de dinheiro, como foi mencionado no tópico anterior, é uma dificuldade que poderia ser minimizada através da criação de políticas públicas adequadas que forneçam crédito aos produtores e que facilitem a comercialização dos produtos. Os dados coletados e a conversa com os agricultores durante a realização das entrevistas explicitaram não apenas a necessidade de políticas que atendam às demandas destes produtores, mas também a necessidade de sua divulgação e simplificação. Quando foram questionados a respeito da participação em mercados institucionais tais como o PNAE e o PAA, todos os agricultores afirmaram que não participam e nunca participaram dos programas, e os motivos, na maioria dos casos, estão relacionados à falta de informação, ao excesso de burocracia e à não posse da DAP, que é um dos documentos exigidos para participar dos programas.

Em relação à falta de espaço, percebeu-se que, no geral, a estrutura das cidades não favorece o desenvolvimento da AUP. Esta modalidade de agricultura produz mudanças no uso do espaço urbano e periurbano, e, apesar de não ser uma prática nova, não está presente no plano

diretor das cidades e contrasta com os modelos de planejamento urbano. Esta inadequação fica explícita, por exemplo, através dos impostos relativos à propriedade da terra, que são mais caros na cidade do que no campo. Ainda que isto seja normal, seria importante para o desenvolvimento da AUP que fossem pensadas leis e políticas que permitissem a cobrança de menores taxas nas áreas urbanas que se dedicam à produção de alimentos.

A implementação de políticas públicas que legalizem e estimulem a prática da AUP em espaços públicos não utilizados também seria uma alternativa relevante, que poderia contribuir não somente na resolução dos empecilhos enfrentados pelos agricultores urbanos e periurbanos relacionados à falta de espaço, mas também na conservação e limpeza de terrenos públicos. De acordo com Giacchè e Porto (2015), algo parecido já foi implementado na cidade de São Paulo em 1980, “quando o então governador Franco Montoro implantou projetos de hortas em espaços públicos não utilizados, como os terrenos da ELETROPAULO, da TRANSPETRO e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) na zona leste de São Paulo” (GIACCHÈ; PORTO, 2015, p. 50).

Outra dificuldade apontada pelos agricultores pesquisados, de acordo com os dados coletados, é a falta de conhecimento técnico. Isto ficou evidente quando foi identificado que apenas 20% dos agricultores pesquisados afirmaram ter acesso a algum tipo de capacitação/orientação técnica e já terem participado de cursos e palestras informativas. Os meios de capacitação ou orientação técnica mencionados pelos agricultores foram cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e algumas palestras esporádicas promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. A capacitação técnica dos produtores urbanos e periurbanos, como demonstrado através dos resultados obtidos, é outro ponto que carece de atenção e apoio do Estado, pois junto ao interesse demonstrado pelos agricultores em melhorar e expandir suas produções, ainda coexistem limitações e empecilhos.

Junto à falta de conhecimento técnico, também foram apontadas como dificuldades pelos agricultores entrevistados a falta de tempo, principalmente pelos agricultores mais jovens; o preço da água, conforme mencionado no tópico anterior, e o preço da energia elétrica, no caso dos agricultores que produzem para comercialização.

Por fim, buscou-se entender se há algum tipo de intervenção da prefeitura municipal nos cultivos. Os dados coletados indicam que em 95% dos cultivos pesquisados a prefeitura não intervém de forma alguma, é indiferente. Apenas um agricultor entrevistado, que produz para

comercialização em uma área privada, porém aberta, disse que a prefeitura contribui fazendo a gradagem do solo esporadicamente, sem custo algum para o proprietário.

CAPÍTULO 4 – AUP NO CANADÁ: CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E PERIURBANAS DO MUNICÍPIO DE *CENTRE WELLINGTON/ON*

Uma das etapas da pesquisa foi a realização de um estágio de seis meses na *University of Guelph*, no Canadá, com o objetivo de caracterizar a AUP praticada no município de *Centre Wellington*, na província de Ontário. O principal objetivo almejado com a realização do estágio foi incorporar uma nova perspectiva ao tema estudado, buscando entender, principalmente, as particularidades da AUP em um país desenvolvido e renomado pelo incentivo e apoio ao desenvolvimento desta modalidade de agricultura.

Neste capítulo serão expostos os resultados obtidos por meio da pesquisa realizada em *Centre Wellington*, e serão apontadas as principais diferenças observadas em relação ao que foi encontrado em Regente Feijó.

Assim como foi feito na parte da pesquisa realizada no Brasil, o primeiro passo da pesquisa realizada em *Centre Wellington* foi a seleção de uma bibliografia voltada ao entendimento do desenvolvimento e da caracterização da AUP no Canadá. Foram selecionados, lidos, sistematizados e analisados textos de autores relevantes para a temática estudada, tais como Heather (2012); Koc *et al.*, (1999); Levenston (2016); Mougeot (2000); Smit, Nasr e Ratta (2001); Veenhuizen (2006), entre outros.

Uma etapa importante desta análise bibliográfica foi a visita realizada à biblioteca *DG Ivey Library*, localizada na *University of Toronto – New College*. A biblioteca abriga a “*Urban Agriculture and Food Policy Collection*”, que é uma coleção exclusiva de materiais (livros, artigos, relatórios de pesquisas, dentre outros) sobre as temáticas de AUP e políticas públicas voltadas à alimentação.

Também foram realizadas buscas em *sites* oficiais, trabalhos acadêmicos, livros, e outros materiais *online* a respeito da existência de políticas públicas e projetos voltados à AUP no município estudado. Entender qual é o suporte governamental destinado à AUP no município analisado no Canadá é um passo importante para que se estabeleça uma comparação com o que é feito no Brasil e para que, a partir de então, se pense em como é possível melhorar o desenvolvimento deste tipo de agricultura, principalmente no âmbito das políticas públicas e do apoio do Estado.

A coleta dos dados primários que serão apresentados a seguir foi feita por meio da realização de entrevistas com seis agricultores urbanos e periurbanos do município estudado. Os agricultores entrevistados foram aqueles que se identificaram como os principais responsáveis pela unidade produtiva pesquisada, e a seleção destas pessoas ocorreu principalmente por meio de indicações: os próprios entrevistados foram indicando outros agricultores conhecidos dentro do município. De acordo com o tempo disponível para a realização da pesquisa, e conforme os resultados começaram a se repetir, foi chegado ao número final de seis agricultores pesquisados, representando, portanto, seis unidades produtivas de AUP em *Centre Wellington*.

Após a elaboração dos roteiros de entrevista, que buscaram abranger os mesmos tópicos abordados com os agricultores entrevistados em Regente Feijó, os agricultores identificados em *Centre Wellington* foram convidados por e-mail para participarem da pesquisa. Com base em sua disponibilidade, as entrevistas foram agendadas. Em virtude da pandemia de Covid-19 todas as entrevistas ocorreram de forma remota, por meio de chamadas de vídeo e telefonemas, e o registro das informações e dos dados obtidos através das entrevistas foi feito por meio de anotações e gravações.

Além dos agricultores, também foi feita uma entrevista com uma das pessoas responsáveis pela rede de organização dos *community gardens* – cujo termo correspondente em português, e que será utilizado ao longo deste trabalho, é “hortas comunitárias” - que foram identificadas na área urbana de *Centre Wellington*. Também foram realizadas visitas a três destas hortas do município, a fim de entender e visualizar seu funcionamento.

As informações obtidas por meio das entrevistas e do trabalho de campo foram organizadas, analisadas e sistematizadas em forma de quadros, tabelas e gráficos, e foram correlacionadas com a bibliografia estudada no Brasil e no Canadá, compondo os resultados que serão apresentados a seguir.

4.1. Contextualizando o desenvolvimento da AUP no Canadá e caracterizando a área de estudo

O Canadá é considerado um país referência e um grande líder em AUP. De acordo com Levenston (2016), durante a Segunda Guerra Mundial o Governo Canadense estimulou a população urbana a cultivar alimentos em casa para contribuir com o esforço de guerra. Estas

plantações, feitas nos quintais das casas, foram chamadas de “*Victory Gardens*”, ou seja, “Jardins da Vitória” e além de diminuir os problemas de escassez de alimentos existentes durante a Guerra, era também uma forma de unir a comunidade e promover uma ideia de resiliência e patriotismo, já que as pessoas estariam, por meio do cultivo de alimentos, contribuindo com o esforço de guerra (AHRENS, 2020; LEVENSTON, 2016).

Ao incentivar esta prática, o Governo Canadense enfatizava os benefícios que ela poderia trazer para a saúde da população, tanto mental quanto física. Primeiramente, o cultivo de alimentos seria uma distração para os praticantes, ajudando-os a focar em outra coisa além da Guerra e de suas consequências. Além disso, as plantações seriam um meio de contribuir com a saúde da população suplementando sua alimentação com os alimentos cultivados, e isto era essencial na época, já que as rejeições de candidatos ao exército estavam em alta devido à desnutrição. Em 1944, no auge da Guerra, foi estimado que havia mais de 209 mil “Jardins da Vitória” em funcionamento no Canadá, produzindo um total de 57 mil toneladas de vegetais (AHRENS, 2020; LEVENSTON, 2016).

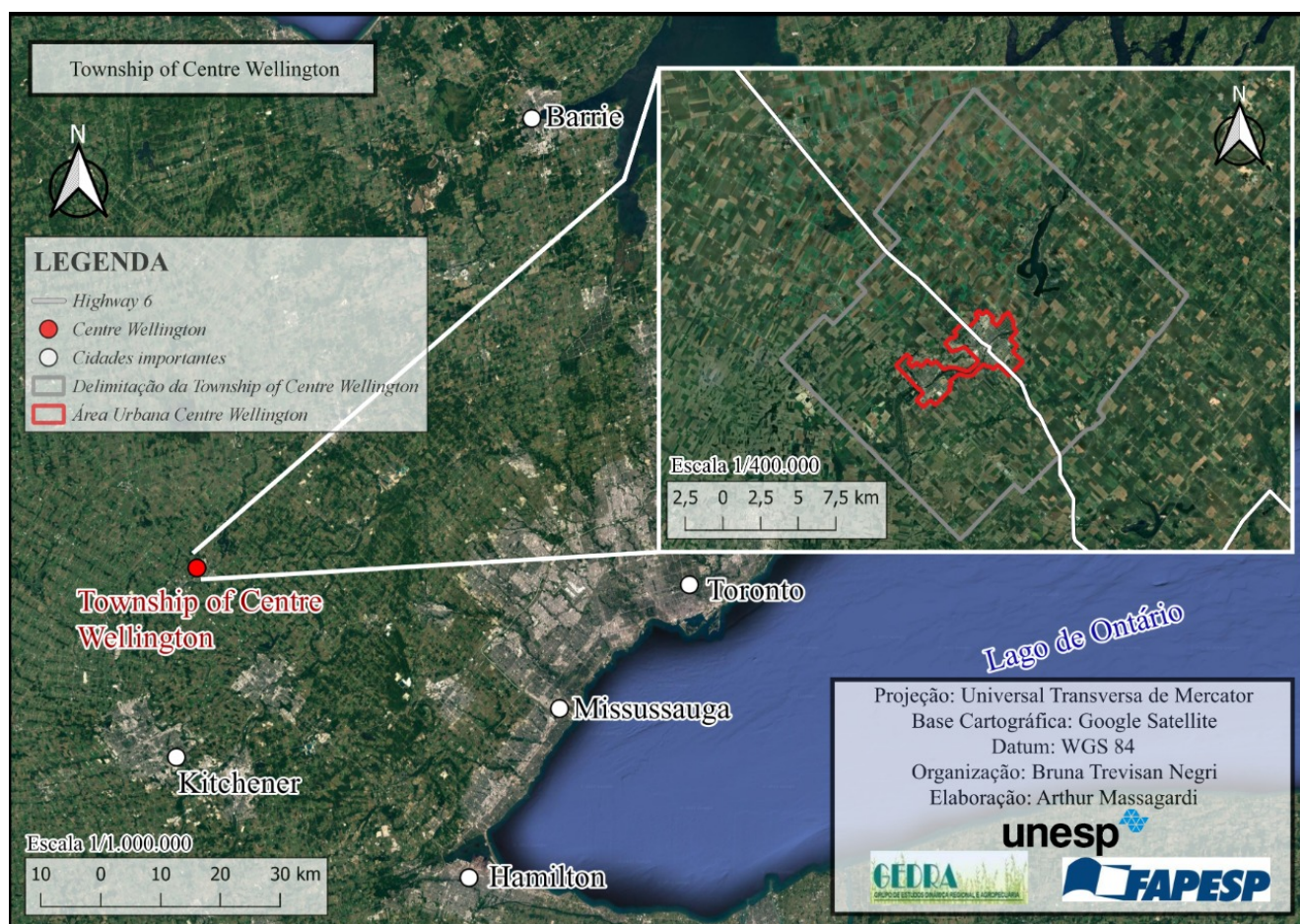
Desde então, a prática da AUP é muito comum no país, tanto por meio de iniciativas individuais, de pessoas que ainda cultivam alimentos em seus quintais, por exemplo, quanto por meio de iniciativas comunitárias. Uma destas iniciativas comunitárias é o “*Not far from the tree*”, que é um projeto de colheita e compartilhamento de frutas na cidade de Toronto e que funciona conectando moradores, que registram suas árvores frutíferas, a voluntários em sua comunidade que estão dispostos a colher e compartilhar os frutos (NOT FAR FROM THE TREE, 2020). Outro exemplo é a “*Ryerson Urban Farm*”, que é um projeto desenvolvido dentro da *Ryerson University*, em Toronto. O projeto opera produzindo alimentos em diversos espaços dentro da Universidade, utilizando métodos ecológicos e envolvendo a comunidade dentro e fora do Campus (RUF, 2022).

O Canadá também é referência nas pesquisas de AUP. O *International Development Research Centre* (IDRC), que é um centro de pesquisas localizado na cidade de *Ottawa*, desempenha um papel de liderança no avanço e conscientização da AUP em todo o mundo, de acordo com Levenston (2016), principalmente por meio de sua iniciativa de pesquisa denominada “*Cities Feeding People*”, que foi realizada de 1996 a 2005 e deu origem a uma série de documentos e relatórios de pesquisas sobre AUP.

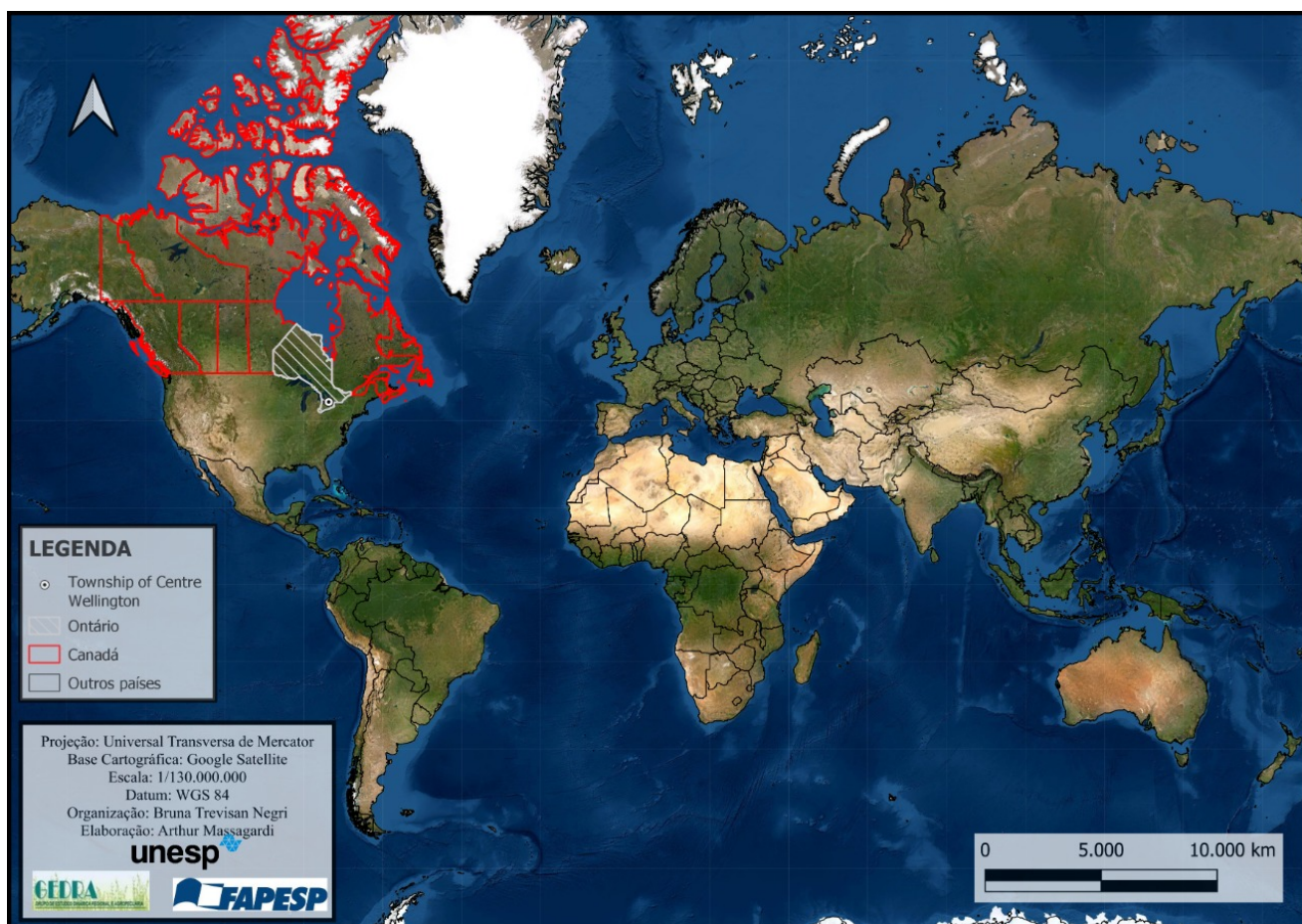
O município de *Centre Wellington*, que foi escolhido para a análise da AUP no Canadá, e que é conhecido em inglês como “*Township of Centre Wellington*”, localiza-se no Sudoeste da província de Ontário. As localizações do município e da província podem ser visualizadas nos Mapas 4 e 5. De acordo com Nelson, Knezevis e Landman (2013), esta área é naturalmente propícia para a produção de alimentos, sendo uma das áreas mais férteis do Canadá, com grande disponibilidade de água e clima relativamente ameno.

Ao analisar a província de Ontário como um todo, nota-se que a diversidade e quantidade de alimentos cultivados nesta localidade, abrangendo as áreas rurais, periurbanas e urbanas, é muito grande. Mais de 125 espécies diferentes de frutas e hortaliças são cultivadas em 245.000 hectares de terra nesta província, sendo algumas das principais culturas: uva, pêssigo, mirtilo, batata, milho doce e ervilha (OFVGA, 2021).

Mapa 4 – Localização de *Centre Wellington* na província de Ontário



Mapa 5 – Localização de *Centre Wellington* e da província de Ontário no Canadá



Centre Wellington foi formado no ano de 1999 como resultado da fusão do município de *Fergus*, da vila de *Elora* e de porções dos municípios de *Nichol*, *Pilkington*, *West Garafraxa* e *Eramosa* (CENTRE WELLINGTON, 2022). O município contava com aproximadamente 28.191 habitantes no último Censo, realizado em 2016 (STATISTICS CANADA, 2016).

As características acima apresentadas justificam o motivo pelo qual o município de *Centre Wellington* foi escolhido para a realização desta parte da pesquisa. Como foi exposto, em diversos aspectos *Centre Wellington* se aproxima de Regente Feijó, sendo os principais: ambos são municípios de pequeno porte, com volume populacional próximo e com certa tradição em relação à agricultura, tanto em áreas rurais quanto urbanas e periurbanas.

4.2. Políticas públicas e projetos voltados à AUP em *Centre Wellington*

Conforme tem sido discutido, uma parte relevante do desenvolvimento da AUP e da maximização de seus benefícios está relacionada ao apoio recebido por parte do Estado, por meio de projetos e políticas públicas direcionadas a este tipo de agricultura.

Não foi encontrada nenhuma política pública diretamente focada em AUP que se aplicasse aos agricultores urbanos e periurbanos de *Centre Wellington*. Constatou-se, no entanto, a existência de uma Lei denominada “Lei de Alimentos Locais” (“*Local food Act*”), que é válida em toda a província de Ontário. A Lei, que está em vigor desde 2013, foi pensada para fortalecer os sistemas alimentares locais, oferecendo novas oportunidades de inserção no mercado para produtores locais, elevando o perfil dos alimentos locais e garantindo que o governo da província informe e divulgue o progresso em relação ao consumo de alimentos locais (GOVERNMENT OF ONTARIO, 2013).

A Lei tem os seguintes objetivos:

1. Promover economias e sistemas alimentares locais bem-sucedidos e resilientes em toda a província de Ontário;
2. Aumentar a conscientização sobre os alimentos locais em Ontário, inclusive sobre a sua diversidade;
3. Incentivar o desenvolvimento de novos mercados para alimentos locais (GOVERNMENT OF ONTARIO, 2013, n.p).

Apesar da Lei não focar diretamente no estímulo à AUP, ela é de grande importância para os pequenos agricultores no geral, pois colabora com o fortalecimento da indústria alimentícia local, aumenta a oferta de empregos e estimula a população a consumir os alimentos locais.

Além disto, também é importante mencionar que existe no município uma organização social denominada “*The Centre Wellington Community Garden Network*”, que é formada por um grupo de voluntários e por algumas igrejas municipais que têm como objetivo estimular o desenvolvimento de hortas comunitárias no município. Como será apresentado mais adiante, estas hortas são uma parte importante da AUP de *Centre Wellington*.

4.3. Perfil dos agricultores responsáveis pelas unidades produtivas pesquisadas e caracterização da produção da AUP em *Centre Wellington*

Primeiramente, em relação à caracterização por sexo dos agricultores pesquisados em *Centre Wellington*, constatou-se uma predominância feminina na liderança das unidades produtivas. Dentre os seis agricultores entrevistados, quatro são mulheres, e apenas dois são homens. Estes dados diferem do que foi encontrado no município de Regente Feijó, onde constatou-se uma predominância masculina à frente dos cultivos. Esta predominância feminina na AUP tem grande significado do ponto de vista social, já que por vezes a produção de alimentos representa, para as mulheres envolvidas, um meio de conquistar sua independência financeira.

Tabela 6 – Grau de escolaridade dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em *Centre Wellington/ON*

Grau de escolaridade	Número
Analfabeto	0
Ensino fundamental incompleto	0
Ensino fundamental completo	0
Ensino médio incompleto	0
Ensino médio completo	0
Ensino superior incompleto	0
Ensino superior completo	4
Pós-graduação	2
Total	6

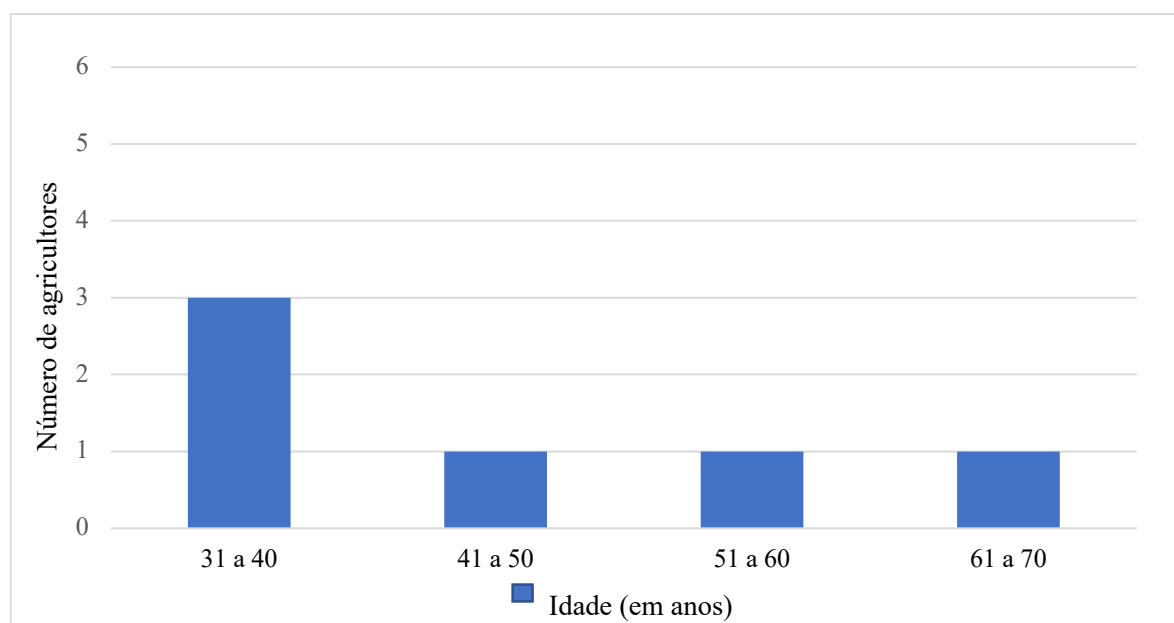
Fonte: Pesquisa de campo (2022)

A Tabela 6 traz informações relacionadas ao nível de escolaridade dos agricultores pesquisados. Conforme pode ser constatado, o grau de escolaridade dos entrevistados é alto: dentre os seis pesquisados, quatro possuem ensino superior completo e dois possuem pós-graduação. Um fator importante a ser mencionado é que dois dos agricultores que afirmaram ter ensino superior completo, são formados na área de agronomia. Apesar disto, todos os entrevistados demonstraram terem muito conhecimento técnico sobre a profissão durante as entrevistas, e todos afirmaram trabalhar em tempo integral como agricultores atualmente.

Estes dados diferem do que foi constatado em Regente Feijó, onde apenas 20% dos produtores pesquisados possuem ensino superior completo e nenhum possui pós-graduação.

Além disto, conforme apresentado, não foi identificado nenhum agricultor em Regente Feijó com formação em áreas correlatas à agricultura, o que pode estar relacionado ao fato de a maior parte dos entrevistados terem seus cultivos como uma atividade secundária, enquanto em *Centre Wellington* todos os pesquisados exercem a AUP como atividade de tempo integral.

Gráfico 6 – Faixa etária dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em *Centre Wellington/ON*



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Em relação à faixa etária dos agricultores, também foram identificadas diferenças significativas entre os municípios de Regente Feijó e *Centre Wellington*. Enquanto em Regente Feijó a maior parte dos pesquisados são de um grupo etário mais avançado, estando acima dos 60 anos de idade, em *Centre Wellington* metade dos entrevistados estão abaixo dos 40 anos, como pode ser observado no Gráfico 6. Estas informações podem revelar particularidades da prática da agricultura em ambos os países: enquanto no Brasil é uma prática mais popular entre as pessoas mais velhas, no Canadá ela é também procurada pelos mais jovens, que em muitos casos seguem carreira na profissão.

Também é relevante mencionar que, conforme foi explicado anteriormente, estes dados se referem às pessoas que se intitularam as principais responsáveis pelas produções. O que se percebeu durante as entrevistas foi que, assim como em Regente Feijó, a AUP em *Centre*

Wellington é uma atividade realizada no seio da família, envolvendo na prática todos os membros, inclusive crianças, que ficam responsáveis pelas atividades mais simples e leves.

Estes dados mantêm estreita relação com o próximo aspecto analisado: a origem dos agricultores pesquisados. As entrevistas realizadas com os agricultores em *Centre Wellington* revelaram que dos seis pesquisados, cinco nasceram e foram criados em áreas urbanas, e apenas um deles é oriundo da área rural. Estas informações também são opostas às que foram obtidas a respeito dos agricultores de Regente Feijó, que são, em sua grande maioria, oriundos de áreas rurais.

Isto se associa diretamente às motivações que levaram os agricultores a começarem a produzir alimentos. Enquanto em Regente Feijó a motivação para início dos cultivos mais mencionada pelos entrevistados foi o desejo de manter uma tradição familiar, relacionada às suas origens no campo, em *Centre Wellington* constatou-se que as motivações mencionadas pelos agricultores para iniciarem na AUP estão relacionadas aos seguintes aspectos:

- a) Razões financeiras: necessidade de obter renda com a venda dos alimentos – mencionada por dois agricultores, sendo uma mulher que iniciou os cultivos como forma de alcançar sua independência financeira e ter seu próprio trabalho;
- b) Razões ambientais: desejo de fazer algo positivo pelo mundo, de mudar a visão “tradicional” que prevalece da agricultura voltada ao agronegócio – mencionada por dois agricultores;
- c) Identificação com o campo e com as atividades relacionadas à agricultura associada à vontade de se alimentar melhor: mencionada por dois agricultores.

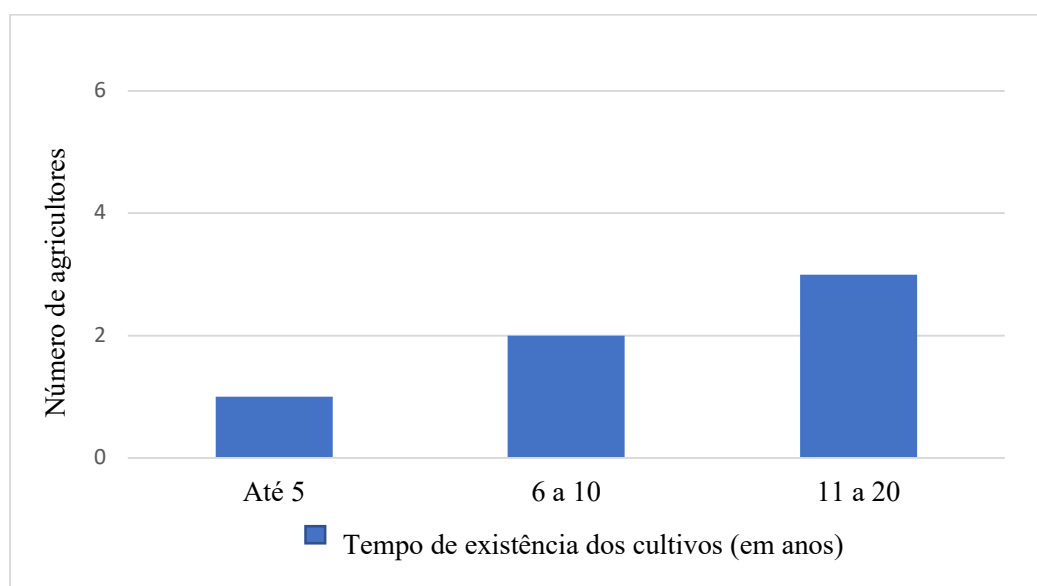
Percebeu-se também, por meio das entrevistas, que no caso dos agricultores pesquisados em *Centre Wellington* a decisão de começar a cultivar alimentos partiu de iniciativas próprias, já na idade adulta, enquanto a maioria dos agricultores pesquisados em Regente Feijó já foram criados tendo a agricultura como parte de suas atividades diárias, ou seja, conviveram com esta prática boa parte de suas vidas, desde a infância.

Outro aspecto analisado diz respeito à longevidade dos cultivos estudados. Conforme os dados apresentados no Gráfico 7, constata-se que, assim como em Regente Feijó, a produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas é uma atividade consistente em *Centre Wellington* e que pode ser considerada uma tradição no município. Dentre os seis cultivos pesquisados, três já

existem há mais de 11 anos, dois deles existem há pelo menos seis anos, e apenas um tem até cinco anos de existência.

Esta consistência é uma característica relevante a ser analisada, ela demonstra que a AUP não é uma atividade passageira, mas sim permanente, que faz parte da história do município e, no caso de *Centre Wellington*, também da dinâmica econômica, como será apresentado adiante.

Gráfico 7 – Longevidade dos cultivos de AUP em *Centre Wellington/ON*



Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Assim como em Regente Feijó, identificou-se em *Centre Wellington* uma grande variedade de alimentos produzidos em áreas urbanas e periurbanas. No Quadro 3 são apresentados os tipos de alimentos encontrados nas unidades produtivas pesquisadas, que totalizam mais de 50, e sua incidência nos cultivos.

No geral, há um equilíbrio entre os tipos de alimentos encontrados, não havendo predominância de um tipo em relação ao outro. Alguns alimentos, no entanto, se destacam em relação à sua incidência nos cultivos, tais como a abobrinha, o pepino, o milho doce, a cenoura, o rabanete, o alho, o tomate e o mirtilo. Em relação à criação animal, destaca-se a criação de frangos, presente em 50% das unidades produtivas pesquisadas.

Neste aspecto, as principais diferenças notadas em relação ao que foi encontrado em Regente Feijó dizem respeito à menor variedade de frutas identificadas nos cultivos em *Centre*

Wellington e à maior variedade de animais que são criados, já que em Regente Feijó a única criação identificada foi a de frango, que também não é tão expressiva no município.

Além disto, outra grande diferença é que em *Centre Wellington* não foram identificadas plantas medicinais nos cultivos estudados. Neste caso, atribui-se este fato a questões culturais, já que mesmo durante as entrevistas, o interesse por plantas e ervas medicinais e por uma “medicação natural” foi mais evidente com os agricultores de Regente Feijó.

Quadro 3 - Variedade e incidência de produtos cultivados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em *Centre Wellington/ON*

Tipo	Produto	Número	%
Verduras (folhosas)	Couve de Bruxelas	3	50
	Rúcula	2	33.33
	Acelga chinesa (“ <i>Bok Choy</i> ”)	2	33.33
	Couve	2	33.33
	Espinafre	2	33.33
	Alface	2	33.33
	Repolho	2	33.33
	Brócolis	2	33.33
	Couve-flor	2	33.33
	Salsão	2	33.33
Legumes, raízes e outros vegetais	Abobrinha	4	66.66
	Pepino	4	66.66
	Milho doce	4	66.66
	Cenoura	4	66.66
	Rabanete	4	66.66
	Beterraba	3	50
	Cebola	3	50
	Pimentão verde	3	50
	Pimentão vermelho	3	50
	Berinjela	3	50
	Batata	2	33.33
	Feijão verde	2	33.33
	Cebola roxa	2	33.33
	Grão de bico	2	33.33
	Abóbora	2	33.33
	Inhame	1	16.66
	Batata doce	1	16.66
	Amendoim	1	16.66
Ervas e temperos	Alho	4	66.66
	Cominho	3	50
	Salsinha	2	33.33
	Alecrim	1	16.66
	Pimenta do reino	1	16.66
	Orégano	1	16.66

	Cebolinha	1	16.66
Frutas	Tomate	4	66.66
	Mirtilo	4	66.66
	Tomate cereja	3	50
	Morango	3	50
	Amora	3	50
	Framboesa	3	50
	Uva	1	16.66
	Maçã	1	16.66
	Pêssego	1	16.66
	Noz chilena	1	16.66
Nozes	Avelã	1	16.66
	Noz pecã	1	16.66
	Amêndoa	1	16.66
	Frango	3	50
Criação animal	Ovelha	1	16.66
	Pato	1	16.66
	Peru	1	16.66

Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Além dos alimentos apresentados no Quadro, também foi identificado um caso específico de produção de mel e de extração de “*maple sap*”, uma espécie de seiva que é processada e transformada em “*maple syrup*”, ou “xarope de bordo” em português, que é um alimento muito consumido na América do Norte, especialmente no Canadá.

Quanto ao destino destes alimentos, constatou-se que dentre os seis agricultores pesquisados, cinco têm como a principal finalidade para suas produções a comercialização, apesar de todos eles também terem afirmado consumir os alimentos produzidos. Ainda que um dos entrevistados produza majoritariamente para autoconsumo, ele também afirmou comercializar seus excedentes regularmente.

Sendo assim, pode-se considerar que 100% dos agricultores pesquisados comercializam suas produções – ainda que esta não seja a principal finalidade de um deles – e 100% dos agricultores consomem os alimentos produzidos – mesmo que, na maioria dos casos, esta seja uma finalidade secundária para os cultivos.

Estes dados relevam uma realidade diferente da que foi relatada por Zaar (2015), que afirma que o autoconsumo é priorizado ante a comercialização dos produtos na AUP, e vão também no sentido oposto do que foi encontrado em Regente Feijó, onde 75% dos agricultores produzem majoritariamente para o autoconsumo.

Tendo estes resultados como base, buscou-se entender como a AUP impacta as despesas com alimentação das famílias envolvidas. Conforme apresentado na Tabela 7, dentre os seis entrevistados, cinco afirmaram que os alimentos advindos da AUP, por meio do autoconsumo, representam uma economia significativa em seus gastos com alimentação, enquanto apenas um dos entrevistados afirmou que eles representam uma pequena economia em suas despesas. Ressalta-se novamente que estes dados são subjetivos, ou seja, os conceitos de “economia significativa” e “pequena economia” podem variar de acordo com a percepção e as experiências de cada agricultor entrevistado.

Tabela 7 – Economia nas despesas com alimentação dos produtores de AUP pesquisados em *Centre Wellington/ON*

Grau de economia	Número
Economia significativa	5
Pequena economia	1
Nenhuma economia	0
Total	6

Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Além disto, constatou-se que, assim como em Regente Feijó, os agricultores entrevistados em *Centre Wellington* também consideram, em sua maioria, que houve melhoras em seus hábitos alimentares relacionadas ao início dos cultivos de AUP. Dentre os seis entrevistados, cinco afirmaram ter notado estas melhoras, e dentre as justificativas mencionadas estão: terem começado a ingerir uma variedade maior de alimentos, geralmente mais frescos do que seria possível encontrar nas quitandas e supermercados, e, em alguns casos, livres de contaminantes químicos.

Estes resultados revelam a importância da AUP na melhoria da SAN de *Centre Wellington*. De acordo com os dados apresentados, este tipo de agricultura permite que os agricultores e suas famílias se alimentem de forma mais saudável e economizem em suas despesas com alimentos, permitindo que os recursos que seriam aplicados na quitanda e no supermercado, sejam utilizados em outros setores básicos, e, contribuindo assim, com a diminuição da pobreza.

Nos casos em que as produções são destinadas à comercialização, como nas situações que serão analisadas abaixo, a AUP também apresenta contribuições à SAN por meio da geração de renda e de postos de trabalho.

A Tabela 8 descreve os canais de comercialização utilizados pelos produtores entrevistados. Nota-se que os canais mais utilizados são as lojas/bancas no próprio local de produção e os “*farmers’ markets*” locais, que são, genericamente falando, o mesmo que conhecemos no Brasil por “feiras livres”, ou seja, são um ponto de venda dos produtores locais, onde os encontros normalmente ocorrem semanalmente. Em ambos os canais de comercialização ocorre a venda direta do produtor para o consumidor, integrando os chamados “circuitos curtos de comercialização”.

Tabela 8 – Canais de comercialização utilizados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em *Centre Wellington/ON*

Canais de comercialização	Número de agricultores
Lojas/bancas no próprio local de produção	5
<i>Farmers’ markets</i> locais	4
Pequenos mercados locais	3
<i>Community Supported Agriculture (CSA)</i>	3
Restaurantes locais	1
Total⁵	16

Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Os outros dois canais de comercialização utilizados por um número expressivo de agricultores são os pequenos mercados locais e a *Community Supported Agriculture (CSA)*, conhecida no Brasil como “Comunidade que Sustenta a Agricultura”. Esta iniciativa, de acordo com Melo, Freitas e Calbino (2020), surgiu no Japão, na década de 1960, e desde então se expandiu pelo mundo, começando pela Europa em 1970 e pelos Estados Unidos em 1985. Este canal de comercialização, que foi implementado no Brasil a partir de 2011 e vem se expandindo desde então, é muito comum no Canadá.

A CSA no Canadá funciona da seguinte forma: estabelece-se uma parceria direta entre agricultores e consumidores, e estes últimos, normalmente, compram uma parcela da produção do agricultor antes do início da “*growing season*”, que é o período do ano com as condições climáticas ideais para iniciar os cultivos, geralmente no começo da primavera. Em troca, o

⁵ *O número total da tabela não corresponde ao número total de agricultores que comercializam suas produções, já que alguns deles utilizam mais de um canal de comercialização.

consumidor recebe uma caixa de alimentos – na maioria dos casos produzidos de forma orgânica – toda semana, durante todo o período das produções (MORGAN *et al.*, 2018).

Este sistema, que também propicia as vendas diretas do produtor para o consumidor, é benéfico para ambos os participantes: o consumidor passa a ter acesso semanalmente a verduras, frutas e legumes frescos e variados, possibilitando, por vezes, contato com alimentos novos e diferentes do habitual, além de permitir que ele conheça e desenvolva um relacionamento com a pessoa que produz sua comida. Para o agricultor, por sua vez, o CSA contribui para que não haja a preocupação de, após a produção, ter que procurar meios de comercializar seus alimentos, e permite que o pagamento, que é feito antes das produções terem início, ajude-o a investir no custeio dos cultivos.

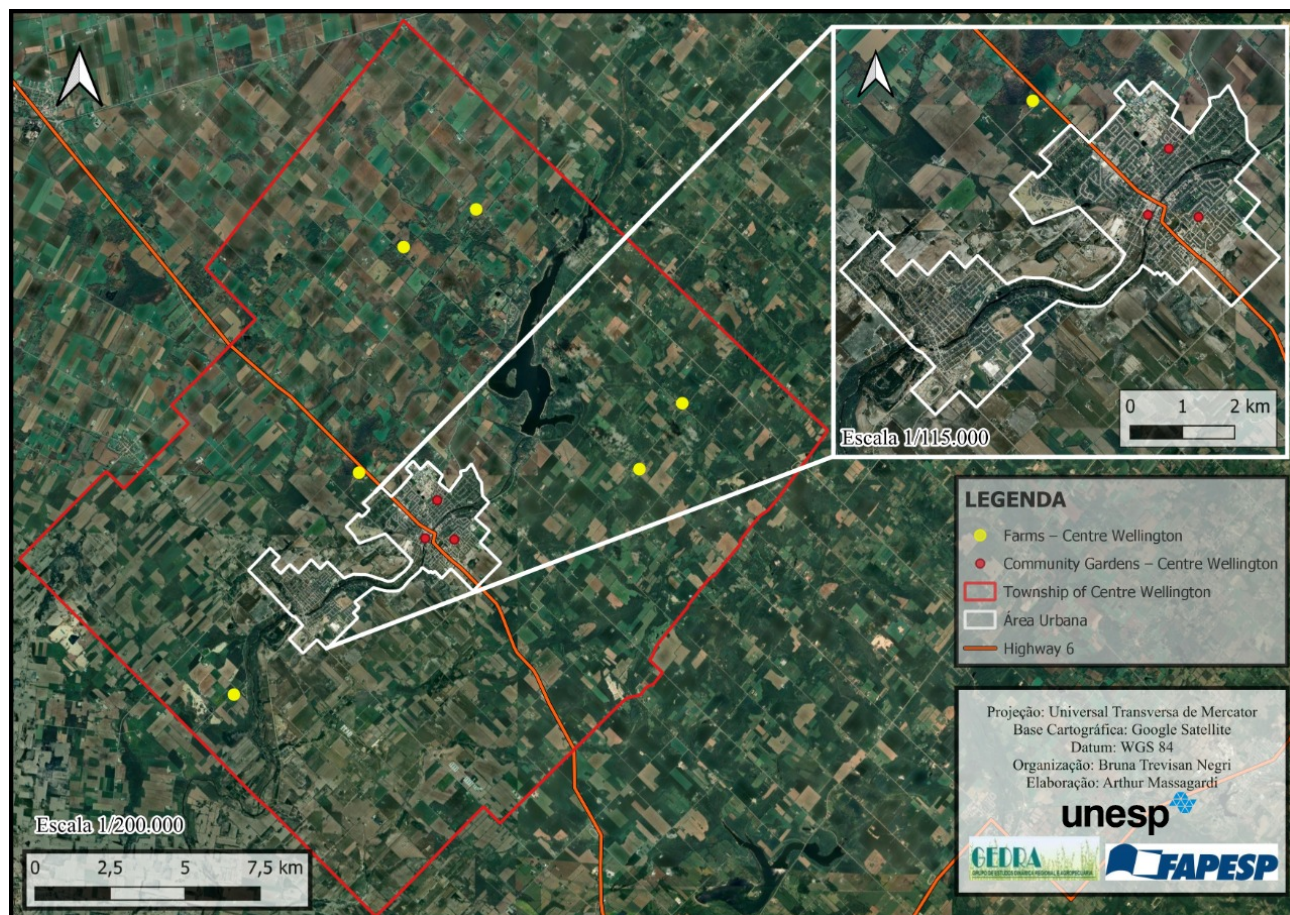
Estes dados demonstram o papel exercido pela AUP para o abastecimento alimentar local de *Centre Wellington*: ela contribui com o abastecimento dos “*farmers’ markets*” e pequenos mercados locais, assim como fornece alimentos por outros meios de venda direta como o CSA e as bancas e lojas nos próprios locais de produção. Além de abastecer, este tipo de agricultura fortalece e ajuda na valorização do sistema alimentar local, estreitando os laços entre produtores e consumidores e aquecendo a economia regional.

4.4. Infraestrutura das unidades produtivas e organização da produção

O Mapa 6 apresenta a localização das unidades produtivas e das hortas comunitárias – das quais falaremos mais adiante - pesquisadas em *Centre Wellington*. Conforme nota-se no Mapa 6, algumas das unidades de produção estudadas localizam-se distantes da área urbana do município. Neste sentido, é importante ressaltar que a escolha destas unidades para compor a pesquisa está relacionada às suas proximidades com elementos tipicamente urbanos, tais como centros comerciais, empreendimentos e distritos industriais, caracterizando a existência de uma área periurbana.

Em relação aos tipos de unidades produtivas pesquisadas, ao contrário do que ocorreu na pesquisa em Regente Feijó, foi identificado apenas um tipo: as “*farms*”. O termo correspondente em português, que será utilizado neste trabalho é “fazendas”.

Mapa 6 - Localização das unidades produtivas de AUP e das hortas comunitárias pesquisadas em *Centre Wellington/ON*



As “fazendas” urbanas e periurbanas que foram encontradas no município pesquisado são muito parecidas com as chácaras que foram identificadas em Regente Feijó, exceto pelo fato de que em *Centre Wellington* as produções realizadas nestes espaços têm um caráter mais profissional, no sentido de que elas ocorrem com certa constância e garantia todos os anos e, em Regente Feijó, o que foi notado é que as produções realizadas nas chácaras são mais informais, e constituem, na maior parte dos casos, apenas uma forma de lazer e distração, sendo algo menos profissional.

Este é um dos principais pontos de diferenciação entre a AUP encontrada em Regente Feijó e em *Centre Wellington*, já que no município canadense não foram identificadas iniciativas de AUP em quintais e em outras áreas privadas não edificadas, por exemplo. Pode-se associar este fato à fatores climáticos, já que é muito difícil manter os cultivos fora da *growing season*, ou

seja, durante os meses mais frios do ano, e isto demandaria recursos, técnicas e equipamentos mais avançados, o que provavelmente não seria viável para manter produções em quintais, por exemplo, destinadas apenas ao consumo familiar.

Também foi constatado que, dentre os seis entrevistados, cinco moram no próprio local de produção com suas famílias, e apenas um deles mora em outro local e vai à fazenda todos os dias cuidar das plantações. Além disto, assim como em Regente Feijó, constatou-se que todos os agricultores pesquisados no Canadá são donos dos terrenos onde as produções ocorrem, ou seja, não foi identificado nenhum caso em que as áreas cultivadas são alugadas ou cedidas. Este fator também pode ser responsável pela longevidade e constância das produções encontradas, características que levaram esta modalidade de agricultura a fazer, hoje, parte fundamental da dinâmica econômica do município estudado.

Quanto à organização social das produções, o que se constatou em *Centre Wellington*, conforme já explicado, foi que, assim como em Regente Feijó, a AUP é uma agricultura familiar, praticada no seio da família e envolvendo todos os membros nas atividades de produção. Dentre os seis agricultores entrevistados, cinco afirmaram que suas famílias estão envolvidas nas atividades de agricultura, e apenas um deles afirmou ser o único membro da família que pratica a AUP. Apesar desta predominância da mão de obra familiar, cinco dos seis entrevistados afirmaram que eles contratam funcionários em período integral durante a *growing season* para ajudar nas atividades.

4.5. Técnicas, recursos e insumos utilizados nos cultivos

Ao iniciar este tópico, é importante retomarmos o que foi discutido no capítulo anterior em relação à técnica. Na medida em que se desenvolvem sistemas técnicos mais modernos e avançados, novas etapas históricas vão surgindo e se tornando possíveis. O domínio e o uso destas técnicas mais avançadas, no entanto, normalmente ficam restritos aos atores hegemônicos, que detêm mais poder, enquanto os atores não-hegemônicos continuam empregando técnicas mais atrasadas e menos eficientes.

Nesta situação, assim como já foi mencionado, podemos associar os atores hegemônicos, que usufruem das técnicas mais eficientes e avançadas, aos agricultores mais capitalizados, que investem grandes somas de capitais em suas monoculturas para exportação, enquanto os não-

hegemônicos são representados pelos pequenos agricultores ou “agricultores familiares”, grupo no qual os agricultores urbanos e periurbanos pesquisados se encaixam.

Deve-se destacar, no entanto, que, apesar dos agricultores pesquisados em *Centre Wellington* produzirem em pequena escala, sendo considerados agricultores familiares, o número de agricultores que utilizam máquinas e equipamentos nos cultivos é muito maior do que foi constatado em Regente Feijó. Enquanto no município pesquisado no Brasil apenas 20% dos agricultores afirmaram utilizar equipamentos para a preparação da terra e de canteiros, como pequenos tratores, plataformas de descarga e encateiradores de solo, no município canadense foi constatado que dentre os seis pesquisados, quatro fazem uso destes equipamentos, além de ter sido mencionado o uso de estufas, que existem em duas das unidades produtivas pesquisadas e são utilizadas principalmente para proteger as plantações do frio. Além disto, em *Centre Wellington* não foi identificado o uso de tecnologias sociais como observado em Regente Feijó, onde elas acabam “coexistindo” com as tecnologias convencionais, apesar destas últimas existirem em menor densidade na agricultura pesquisada no município.

O fato dos agricultores pesquisados em *Centre Wellington* utilizarem mais equipamentos do que os pesquisados em Regente Feijó pode estar ligado a diversos fatores. Primeiramente, apesar de, assim como no Brasil, não existirem em *Centre Wellington* políticas para a AUP incisivas o suficiente a ponto de permitir altos investimentos nas produções, o poder aquisitivo no Canadá, em geral, é consideravelmente maior do que no Brasil. Também é importante considerar que o clima do município canadense exige que, para que os cultivos sejam mantidos durante as estações mais frias do ano, sejam utilizadas algumas tecnologias que não são necessárias no Brasil.

Em relação ao manejo utilizado pelos agricultores de *Centre Wellington*, foi constatado que quatro dos seis pesquisados utilizam o cultivo convencional e dois deles produzem de forma orgânica, com a certificação. Não foi identificado nenhum cultivo baseado nas técnicas de hidroponia, aquaponia ou permacultura, por exemplo.

Apesar de apenas dois produtores de *Centre Wellington* possuírem a certificação de produção orgânica, todos os entrevistados afirmaram que não utilizam nenhum tipo de insumo químico em suas plantações. Os quatro que não possuem a certificação orgânica, porém, mencionaram o uso de métodos alternativos de controle de pragas e de adubos orgânicos. Os produtos mencionados foram o estrume compostado para adubação dos cultivos e os chamados

“row covers”, que são coberturas, normalmente feitas com um tipo de pano, colocadas em cima das fileiras de plantações para protegê-las do frio, do sol em excesso e de insetos.

Em Regente Feijó identificou-se uma relação entre a utilização de insumos químicos e a finalidade da produção: os agricultores que produzem majoritariamente para comercialização são os principais utilizadores destes produtos. Em *Centre Wellington*, por outro lado, apesar de cinco dos seis agricultores produzirem principalmente para comercialização, não foi identificada a utilização de insumos químicos em nenhum dos casos pesquisados.

Por meio destas informações assim como das percepções obtidas durante as entrevistas, nota-se uma diferença entre a mentalidade dos agricultores e consumidores de ambos os países. O que se percebeu no Canadá foi que os produtores entrevistados têm mais preocupações relacionadas ao meio ambiente, em produzir de forma sustentável e sem agredir a natureza, e as razões ambientais foram inclusive apontadas por alguns dos entrevistados como a motivação principal para o início dos cultivos. Além disto, percebeu-se, por meio da convivência no país durante o período da pesquisa, que existe maior valorização por parte dos consumidores dos alimentos produzidos de forma orgânica, e estes são muito mais presentes nas quitandas e supermercados em comparação com o Brasil.

A agroecologia, conseqüentemente, também assume um papel mais relevante nas produções realizadas no Canadá em relação ao Brasil. Embora estudos como o de Laforge *et al.* (2020) demonstrem que a agricultura capitalista está fortemente enraizada no sistema produtivo canadense, assim como sabe-se que ela está no Brasil, o que foi percebido durante a realização da pesquisa é que os princípios agroecológicos estão mais presentes na AUP praticada no município estudado no Canadá em relação à Regente Feijó, estudado no Brasil. De acordo com Laforge *et al.* (2020), a agroecologia pode desempenhar um papel importante em transformar os sistemas alimentares canadenses mais igualitários e sustentáveis, tornando-se, inclusive, o único caminho viável no contexto da atual crise climática. Os autores reforçam, no entanto, que os principais desafios para o aumento das práticas agroecológicas no Canadá e em muitos outros países, são profundamente políticos.

Neste sentido, destaca-se a importância da criação e implementação de leis e políticas que regulamentem e estimulem a produção agroecológica nas cidades e em seu entorno, garantindo que os produtores da AUP, principalmente, tenham recursos e apoio para produzir de forma saudável e sem contaminar o ambiente.

Quanto à água utilizada nos cultivos, quatro agricultores afirmaram que eles usam exclusivamente água retirada de poços que existem em suas unidades de produção, um deles utiliza uma combinação de água retirada de poços e coleada da chuva, e um deles usa somente água retirada de dois lagos existentes em sua propriedade. Cinco dos seis entrevistados utilizam sistemas de aspersão para a irrigação dos cultivos e apenas um deles faz a irrigação de forma manual.

Também foi constatado que em cinco unidades produtivas pesquisadas os cultivos são baseados na plantação de sementes, que são parcialmente compradas de fornecedores locais e parcialmente produzidas pelos próprios agricultores. Apenas um dos entrevistados relatou utilizar uma combinação de mudas e sementes em seus cultivos. Ao contrário do que foi constatado em Regente Feijó, o compartilhamento de mudas e sementes entre família e amigos não foi uma prática identificada entre os agricultores pesquisados em *Centre Wellington*.

4.6. Principais dificuldades e desafios encontrados pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em *Centre Wellington*

Na Tabela 9 são apresentadas as dificuldades mencionadas pelos agricultores pesquisados em *Centre Wellington* para o desenvolvimento dos cultivos de AUP. Os entrevistados foram instruídos a mencionar os principais obstáculos que os impedem de melhorar e expandir suas produções, podendo mencionar mais de um.

Tabela 9 – Dificuldades enfrentadas pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em *Centre Wellington/ON*

Dificuldade	Número
Falta de dinheiro	5
Falta de tempo	4
Falta de espaço	3
Falta de conhecimento técnico	1

Fonte: Pesquisa de campo (2022)

Os dados da Tabela mostram que as principais dificuldades mencionadas pelos entrevistados foram a falta de dinheiro, a falta de tempo e a falta de espaço. Conforme foi exposto no item “4.2. Políticas públicas e projetos voltados à AUP em *Centre Wellington*”, não existe nenhuma política pública que se aplique aos agricultores urbanos e periurbanos do município

estudado voltada à disponibilidade de crédito e de financiamentos para este tipo de agricultura, assim como também foi constatado em Regente Feijó.

Durante as entrevistas, esta falta de apoio por parte do governo pareceu ser uma angústia de todos os agricultores. Quando interrogados sobre o que eles acham que poderia ser feito por parte dos órgãos governamentais para facilitar e melhorar o desenvolvimento de suas produções, a principal reivindicação dos produtores é que sejam reduzidos os privilégios concedidos aos produtores rurais de grande escala, para que a “competição” no momento de comercializar seus produtos seja mais justa. Assim como no Brasil, a desigualdade de oportunidades oferecidas a grandes e pequenos produtores no Canadá também parece ser um problema relevante.

Há também uma associação entre a quantidade de agricultores que mencionaram como problema a falta de tempo para se dedicar aos cultivos e a predominância feminina na liderança das produções. Ao apontarem a falta de tempo como um obstáculo, principalmente por parte das mulheres entrevistadas, foi perceptível a dificuldade de conciliação entre as atividades de agricultura, as atividades domésticas e a maternidade, em alguns casos. O desgaste físico e emocional das mulheres tende a ser muito maior em relação aos homens, principalmente pois a responsabilização do sexo feminino pelas atividades do cuidado – da casa, dos filhos, do parceiro – está presente na história da sociedade patriarcal, tornando a rotina das mulheres muito mais desgastante.

Deve-se destacar que este desgaste se tornou ainda maior durante a pandemia de Covid-19. O estudo de Silva *et al.* (2020) demonstrou que o isolamento social, que foi necessário principalmente durante os primeiros meses da pandemia, e que culminou com o fechamento de creches, escolas e empresas, concentrando todos os membros da família dentro de casa, levou a uma sobrecarga feminina muito grande. As autoras ressaltam que o *home office*, que foi a alternativa encontrada para a continuidade das atividades durante a pandemia, transferiu as obrigações do escritório para dentro do lar, rejeitando a ideia de que as questões do ambiente doméstico interferem no cotidiano do trabalho.

No caso das mulheres entrevistadas, que se dedicam às atividades de AUP em tempo integral e que moram em seu próprio ambiente de trabalho, estas questões são uma preocupação constante. Uma das agricultoras pesquisadas mencionou, inclusive, a dificuldade em cuidar dos filhos pequenos e se dedicar aos cultivos diariamente, apontando este como seu principal impedimento para melhor desenvolvimento da AUP.

Um dos pontos positivos encontrados na AUP realizada em *Centre Wellington* em comparação com o que foi encontrado em Regente Feijó está relacionado à oportunidade de assistência e capacitação técnica. Conforme observa-se na Tabela 9, a falta de conhecimento técnico foi apontada como dificuldade por apenas um dos agricultores pesquisados.

No geral, o que foi notado é que existem muitas oportunidades de capacitação técnica e de acesso à informação para os agricultores. Dentre os seis entrevistados, cinco afirmaram participarem e/ou já terem participado de cursos e palestras relacionados à agricultura. Os exemplos mencionados incluem cursos da “*Ecological Farmers Association of Ontario*” (EFAO), que é a Associação de Agricultores Ecológicos de Ontário, da qual alguns dos entrevistados fazem parte, além de alguns cursos sobre AUP oferecidos a distância pela *University of Guelph*, que é a Universidade que acolheu a realização desta pesquisa.

Os preços da água e da energia elétrica que foram problemas apontados por alguns dos agricultores pesquisados em Regente Feijó, parecem não constituir um obstáculo para os agricultores da AUP de *Centre Wellington*. Uma das razões para isto pode ser que, ao contrário do que foi constatado no município estudado no Brasil, nenhum agricultor afirmou utilizar a água encanada distribuída pela rede pública no município canadense. Em ambos os municípios foi notado que a falta de água não é um problema, apesar de estudos como o de Aquino e Assis (2007) apontarem este como um dos principais desafios da AUP.

4.7. *Community gardens* em *Centre Wellington*

Outro componente importante da AUP em *Centre Wellington* são os *community gardens* presentes na área urbana do município, que conforme mencionado anteriormente correspondem, em português, ao que conhecemos por “hortas comunitárias”.

As hortas comunitárias são espaços coletivos para o cultivo de alimentos. Em *Centre Wellington* esta iniciativa começou em 2012 e, atualmente, existem sete destas hortas, de acordo com a representante que foi entrevistada do “*The Centre Wellington Community Garden Network*”, o grupo que organiza estes espaços no município.

Qualquer cidadão pode ter um pedaço de terra nas hortas e contribuir com o cultivo de alimentos, basta apresentar-se em uma delas e demonstrar interesse. No município estudado, as hortas comunitárias se localizam majoritariamente nos fundos de igrejas, e apenas uma delas fica

no pátio de uma escola, com o objetivo de educar ambientalmente os estudantes e familiarizá-los com o solo e a natureza.

Os alimentos cultivados nestes espaços são variados, principalmente durante a *growing season*, ou seja, o período do ano com condições climáticas mais propícias para a agricultura. Dentre estes alimentos destacam-se o tomate, a cenoura, a salsinha, a cebolinha, e, principalmente, os temperos e ervas.

Figura 7 – *St. James Community Garden – Township of Centre Wellington/ON*



Fonte: Registrada pela autora durante pesquisa de campo (2022)

Durante a pesquisa, foram realizadas visitas a três das sete hortas comunitárias existentes no município estudado, e as localizações dos espaços que foram visitados estão no Mapa 6,

apresentado anteriormente. As Figuras 7, 8 e 9 são registros fotográficos feitos durante as visitas às hortas.

Conforme observa-se nas Figuras 7 e 8, das hortas *St. James Community Garden* e *Thyme with God Community Garden*, os cultivos ainda se encontravam em estágio inicial de preparação no momento da visita, que ocorreu bem no início da primavera, ou seja, bem no início da *growing season* no Canadá.

Nas Figuras é possível observar algumas das repartições feitas nas hortas, dividindo-as em pequenos pedaços para todos os participantes, que são livres para escolherem seus cultivos.

Figura 8 – *Thyme with God Community Garden* – Township of Centre Wellington/ON



Fonte: Registrada pela autora durante pesquisa de campo (2022)

Na Figura 9, registrada na horta denominada *Faith Lutheran Community Garden*, é possível observar que neste espaço a produção já se encontrava mais avançada que nos outros

dois no momento da visita. Pela Figura nota-se que uma plantação de cenouras havia acabado de ser colhida.

Vale ressaltar que todos os alimentos produzidos nas hortas comunitárias de *Centre Wellington* são livres de produtos químicos, já que existe uma proibição na província de Ontário para a utilização de agrotóxicos para fins cosméticos em: “gramados, hortas ornamentais ou de alimentos, pátios, calçadas, cemitérios e em parques e pátios escolares em áreas urbanas” (GOVERNMENT OF ONTARIO, 2009).

De acordo com a representante da rede de organização das hortas que foi entrevistada, um dos propósitos das hortas é que elas sejam o mais sustentáveis possível. Assim, além das produções serem feitas de forma orgânica, a maior parte da água utilizada nos cultivos é coletada da chuva. As sementes utilizadas são em parte doadas e em parte compradas pelos próprios participantes, que também costumam fazer trocas entre si.

Figura 9 – *Faith Lutheran Community Garden – Township of Centre Wellington/ON*



Fonte: Registrada pela autora durante pesquisa de campo (2022)

As hortas comunitárias são mais que um espaço de produção de alimentos. Elas representam, para os participantes, um espaço de socialização com outros membros da comunidade, de troca de conhecimentos e de reconexão com a natureza. Isto ficou claro durante as visitas realizadas, em que foi possível observar os agricultores em ação, compartilhando técnicas e recursos.

Os alimentos produzidos nestas hortas podem ser consumidos pelos produtores e suas famílias, mas seu destino principal é o *food bank* municipal. Os *food banks*, muito comuns na América do Norte, são organizações de caridade onde alimentos são depositados e distribuídos a pessoas carentes, que não têm dinheiro suficiente para adquirir os alimentos.

Os alimentos advindos das hortas comunitárias representam uma contribuição importante para o abastecimento do *food bank* de *Centre Wellington*, melhorando, assim, a SAN da população mais carente do município.

A representante entrevistada também foi questionada a respeito das dificuldades que são enfrentadas pelo grupo que organiza estas hortas, o “*The Centre Wellington Community Garden Network*”. De acordo com ela, o principal desafio está relacionado à instalação de novas hortas comunitárias no município. Apesar de haver uma demanda de pessoas interessadas em terem as hortas comunitárias dentro de seus bairros, e muitos cidadãos procurando por mais espaços para cultivar alimentos, a representante afirmou que existe uma grande resistência por parte do governo municipal neste sentido, principalmente quando se trata de ceder novos espaços públicos para a instalação das hortas, como parques, por exemplo.

A entrevistada ainda sugeriu que esta resistência para a disponibilização de espaços públicos abertos para a instalação das hortas parte de certo preconceito em relação a elas, e um equívoco de que, com a presença destes espaços de produção coletiva de alimentos, as áreas públicas parecerão sujas e bagunçadas. O acesso à terra para a produção urbana de alimentos é, de fato, um problema. De acordo com Tornaghi (2019):

[...] As hortas comunitárias mais recentes, no entanto, são o resultado de outros tipos de arranjos, pois as autoridades locais não estão interessadas em congelar terras potencialmente lucrativas para desenvolvimento, dentro de longos arrendamentos para fornecimento de loteamento. Isto significa que as hortas comunitárias são muitas vezes o resultado de acordos privados de curto prazo

com os proprietários de terras (por exemplo, regulados por “usos temporários”) com ou sem pagamento de aluguel [...] (p. 3, tradução nossa⁶).

Isto ficou claro no caso de *Centre Wellington*, onde constatou-se que a maior parte das hortas comunitárias ficam em quintais de igrejas, e não em locais públicos abertos. A entrevistada disse ainda que, em geral, não há apoio por parte do governo municipal para o desenvolvimento das hortas, ainda que elas sejam de grande importância para o município.

⁶ [...] *The newest community gardens, however, are the results of other types of arrangements, as local authorities are not keen in freezing potentially profitable land for development, within long leases for allotment provision. This means that community gardens are often the results of private, short-term agreements with landowners (for example regulated by “meanwhile uses”) with or without payment of a rent [...]* (TORNAGHI, 2019, p. 3).

CAPÍTULO 5 – PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DESENVOLVIMENTO DA AUP

Os capítulos anteriores evidenciaram, por meio dos estudos de caso de Regente Feijó, no Brasil, e de *Centre Wellington*, no Canadá, as potencialidades da AUP no que diz respeito, principalmente, ao abastecimento alimentar local e à melhoria da SAN. Os resultados obtidos com as pesquisas em ambos os municípios revelaram, também, que não há políticas públicas ou apoio governamental adequados que sejam direcionados a este tipo de agricultura, e que as principais dificuldades enfrentadas pelos praticantes da AUP, em ambos os casos estudados, estão relacionadas a isto.

Estas constatações, ao longo da pesquisa, foram gerando indagações e inquietações no que diz respeito ao papel das instituições públicas municipais no apoio ao desenvolvimento desta prática. Assim, para a coleta dos dados que serão apresentados neste capítulo, foram entrevistados representantes de instituições públicas municipais de ambos os municípios: Em Regente Feijó, foram entrevistados o presidente da Câmara Municipal e o engenheiro agrônomo responsável pela Casa da Agricultura do município; enquanto, em *Centre Wellington*, foi realizada uma entrevista com o Diretor Geral de Planejamento e Desenvolvimento do município estudado.

A seguir, são apresentadas as informações obtidas por meio das entrevistas realizadas com tais representantes em ambos os municípios, e logo em seguida é feita uma reflexão a respeito dos resultados obtidos, buscando entender a inserção da AUP dentro das perspectivas da financeirização do território e do direito à cidade.

5.1. O caso de Regente Feijó

Conforme relatado, a análise dos resultados obtidos por meio das entrevistas com os produtores, especialmente a partir da análise das principais dificuldades apontadas pelos entrevistados, suscitou a necessidade de buscar entender as possibilidades de apoio aos trabalhadores desta modalidade de agricultura por parte de instituições públicas municipais, como a Casa da Agricultura e a Câmara Municipal.

Primeiramente, buscou-se averiguar o entendimento dos entrevistados sobre a AUP e seu envolvimento com projetos e políticas voltados para esta modalidade de agricultura. Ambos os entrevistados demonstraram conhecimento da AUP e de suas características.

O responsável pela Casa da Agricultura alegou já ter participado de um projeto relacionado à AUP que foi realizado no município há anos, que foi o desenvolvimento de uma horta comunitária na área periurbana. O entrevistado atuou na parte técnica do projeto, auxiliando no processo de plantação, cultivo e colheita. De acordo com ele, o projeto era muito apreciado pela comunidade local, e era destinado a todas as pessoas maiores de idade que estivessem interessadas em aprender a cultivar seus próprios alimentos. Infelizmente não foi dada continuidade ao projeto.

O presidente da Câmara Municipal afirmou ter participado de projetos relacionados à AUP no município apenas como expectador, em palestras e cursos voltados aos agricultores locais. O entrevistado alegou não ter participado como representante político em políticas públicas voltadas a esta modalidade de agricultura.

Ambos os entrevistados disseram que consideram importante o apoio da prefeitura e de instituições públicas, como a Casa da Agricultura, às práticas de AUP que ocorrem em Regente Feijó. De acordo com o presidente da Câmara, em Regente Feijó a prática desta modalidade de agricultura contribui com o desenvolvimento local a partir da geração de empregos e renda, além de ser uma fonte de alimentos saudáveis e variados para muitas famílias. Apesar de aparentemente ser uma prática considerada importante pelas instituições públicas locais, quando se compara as afirmações destes representantes com as informações coletadas nas entrevistas com os produtores da AUP percebe-se que, de acordo com os agricultores, há pouco apoio por parte destas instituições.

Além do projeto da horta comunitária que foi implementado no município há tempos atrás, as duas pessoas entrevistadas mencionaram que outros programas similares de curta duração já foram desenvolvidos em Regente Feijó, como um curso de horta orgânica; um curso específico de plantação de tomates orgânicos e uma outra horta orgânica desenvolvida em estufas que era utilizada como instrumento pedagógico para os alunos da rede pública municipal, todos os projetos ocorridos na área urbana do município. Com exceção da horta orgânica, que era destinada aos estudantes, os cursos foram abertos à população do município, e qualquer cidadão interessado poderia se inscrever e participar.

Além disso, o presidente da Câmara disse que a Prefeitura Municipal possui uma agenda anual de oferecimento de cursos relacionados à agricultura em parceria com o SENAR. Alguns exemplos dos cursos oferecidos são os de olericultura, plantio de uva e de gerenciamento de propriedade rural. Nenhum dos cursos oferecidos é voltado especificamente à AUP.

Conforme os dados analisados no tópico anterior, apenas 20% dos agricultores pesquisados afirmaram ter acesso a algum tipo de capacitação/orientação técnica e já terem participado em cursos e palestras informativas. Apesar do número ser baixo, a maior parte dos agricultores entrevistados demonstrou interesse em aprender mais e se capacitar melhor para a atividade, o que nos leva a entender que, para além da criação de novas oportunidades de capacitação técnica, um trabalho maior de divulgação destes cursos existentes no município e de incentivo à participação dos agricultores se faz necessário.

O responsável pela Casa da Agricultura ressaltou um outro ponto importante, que está relacionado à necessidade de uma orientação mais específica, por parte das instituições públicas, a respeito do uso de adubos e defensivos químicos pelos produtores das áreas urbanas e periurbanas, com o intuito de conscientizar os agricultores de possíveis contaminações ao meio ambiente e de estimular uma agricultura mais orgânica e menos poluente.

Quando interrogados a respeito das iniciativas de AUP existentes no município, tanto aquelas voltadas para a comercialização quanto aquelas em menor escala, produzidas para o autoconsumo, os dois entrevistados demonstraram conhecimento a respeito. O objetivo ao interrogá-los sobre isto era o de averiguar a possibilidade de implementação de ações de apoio ou políticas públicas voltadas a estas iniciativas de AUP no município. Neste sentido, ambos os entrevistados se mostraram bastante abertos a esta possibilidade. O presidente da Câmara Municipal relatou, inclusive, que o município está sempre atento aos programas estaduais e federais que possam ser implementados em Regente Feijó, e também destacou a importância da realização de estudos que avaliem as condições da AUP no município para que possíveis projetos sejam criados e implementados.

Também se buscou, por meio das entrevistas com estes representantes de instituições públicas, investigar a possibilidade da criação de projetos que reduzam ou isentem do pagamento do IPTU os terrenos com cultivo de alimentos na cidade e em seu entorno imediato. Em relação a isto, o presidente da Câmara Municipal não se mostrou otimista e relatou que, no cenário atual,

de crise econômica e política, isto não seria algo simples ou fácil de acontecer, dependendo não apenas da Câmara e dos vereadores, mas também do Poder Executivo.

Quanto à possibilidade de redução das tarifas de água/esgoto das unidades produtivas de AUP no município, com o objetivo de reduzir os custos com irrigação, ambos os entrevistados foram bastante pessimistas. Segundo eles, esta seria uma questão que envolveria muitos órgãos públicos, inclusive a SABESP e a Vigilância Sanitária, pela questão dos agrotóxicos e suas possíveis contaminações ao ambiente.

5.2. O caso de *Centre Wellington*

Assim como em Regente Feijó, também foi notado que em *Centre Wellington* os principais desafios e dificuldades enfrentados pelos trabalhadores da AUP poderiam ser amenizados com apoio adequado por meio de políticas públicas e ações de incentivo do Estado.

O primeiro aspecto que se buscou analisar por meio da entrevista com o Diretor Geral de Planejamento e Desenvolvimento de *Centre Wellington* foi o nível de conhecimento do entrevistado a respeito das práticas de agricultura nas áreas urbanas e periurbanas existentes no município, tanto as iniciativas particulares, como as que foram pesquisadas, quanto iniciativas coletivas e sociais, como as hortas comunitárias, por exemplo. Notou-se que há conhecimento por parte do governo municipal das práticas de AUP existentes em *Centre Wellington*, o entrevistado inclusive mencionou algumas das fazendas pesquisadas e afirmou conhecer um pouco sobre as hortas comunitárias e seu funcionamento.

Constatou-se também que o representante entrevistado entende a importância destas iniciativas de AUP para a dinâmica do município, tanto do ponto de vista econômico quanto social, especialmente no caso das hortas comunitárias que ajudam a abastecer o *food bank* local.

Em relação às hortas comunitárias, foi confirmado por meio da entrevista que não há grande envolvimento do governo municipal. O entrevistado relatou, no entanto, que caso houvesse um grupo de pessoas interessadas em operar e instalar novas hortas em espaços públicos, como parques, algum tipo de acordo com a prefeitura poderia ser analisado.

Neste sentido, fica evidente uma contradição em relação ao que foi constatado por meio da entrevista com a representante do grupo que organiza as hortas, que afirmou existir certa

resistência por parte do poder público municipal para a instalação de novos espaços coletivos de produção de alimentos nos parques da cidade.

O representante do governo municipal entrevistado afirmou ainda que considera essencial o apoio do governo a este tipo de iniciativa, se referindo não apenas às hortas comunitárias, mas também às iniciativas individuais de AUP que foram identificadas em *Centre Wellington*. Sua justificativa para tal afirmação foi que o papel exercido por este tipo de agricultura para a SAN e para o abastecimento alimentar são relevantes no município.

O entrevistado reconheceu, no entanto, que não há atualmente muito apoio para estas práticas de AUP por parte do governo municipal, e que isto precisa ser melhorado. Um dos pontos destacados para “justificar” tal deficiência foi que as políticas da província de Ontário são fortemente direcionadas ao uso da terra para moradia e desenvolvimento, mas que, com uma união de esforços, provavelmente seria possível encontrar espaço para políticas que objetivem, principalmente, facilitar a implementação de mais práticas de AUP no município.

5.3. Comparação entre os casos e análise teórica: A AUP na perspectiva do direito à cidade

Em sua obra “O Direito à Cidade”, Lefebvre (2006) faz uma crítica à propagação do sistema capitalista na cidade, especialmente à mercantilização do espaço urbano, apontando o conflito existente entre o valor de troca e o valor de uso da cidade: a dimensão mercantil e financeira, de compra e venda de espaços urbanos, consumo de lugares, bens e serviços, em contraposição à dimensão da vida na cidade, do tempo urbano, dos encontros nas ruas e praças.

Esta ideia do “direito à cidade”, propagada pelo autor, seria, de forma simplificada, a não exclusão dos cidadãos dos benefícios e vantagens da vida urbana. Aplicando este conceito à nossa sociedade atual, pode-se pensar, por exemplo, na diminuição das desigualdades sociais e no direito de todos – classe trabalhadora, negros, imigrantes, homossexuais – à moradia de qualidade, educação, transporte, segurança, alimentação com constância e qualidade, e tudo que a vida na cidade pode oferecer.

A AUP se apresenta, neste contexto, como uma alternativa à esta produção capitalista do espaço centrada principalmente na reprodução dos capitais envolvidos com a atividade imobiliária nas áreas urbanas, conforme destacam Almeida e Costa (2014). As autoras propõem,

assim, cultivar o conceito de AUP como uma via de afirmação da diversidade em contraposição à padronização de modos de pensar, de ser e estar na sociedade urbana contemporânea.

Os estudos de caso em ambos os municípios demonstram que as possibilidades de utilização de instrumentos de planejamento urbano, com o objetivo de incorporar o uso do solo urbano para práticas agrícolas, ainda são pouco exploradas pelo poder público municipal.

Em *Centre Wellington*, por exemplo, as entrevistas realizadas com os produtores da AUP e com a representante da rede de organização das hortas comunitárias evidenciaram que existe uma necessidade de incorporação, na agenda urbana, das necessidades específicas das práticas de AUP – tanto as privadas e individuais quanto as coletivas, como as hortas comunitárias – para que esta atividade se desenvolva adequadamente no município. A entrevista com o representante do poder público municipal, por outro lado, mostrou que isto está bem longe de acontecer, principalmente quando ele menciona que o direcionamento das políticas da província de Ontário está voltado ao uso da terra para moradia e desenvolvimento.

A falta de apoio do governo municipal de *Centre Wellington* para a instalação de novas hortas comunitárias, relatada pela representante da organização destes espaços, retrata uma exclusão e segregação espacial, especialmente quando ela sugere que esta resistência do governo para disponibilizar novos espaços públicos e abertos para a instalação de hortas parte de certo preconceito em relação a estes espaços, como se eles tornassem o ambiente sujo e desorganizado.

Esta invisibilização social de interesses – neste caso, dos agricultores urbanos e periurbanos – denuncia as desigualdades resultantes da expansão do capitalismo no espaço urbano e da mercantilização da terra. Neste sentido, Almeida e Costa (2014) apontam que, para que haja a incorporação destas práticas agrícolas urbanas e periurbanas na agenda da reforma urbana e no planejamento dos municípios, é necessário que seja superada a visão de que a permanência destes espaços no tecido urbano é, necessariamente, uma distorção do processo de produção do espaço. De acordo com as autoras, nesta perspectiva:

[...] uma maior atenção para as conexões existentes entre o valor de uso do espaço urbano, a função social da terra e o debate sobre a qualidade de vida nas cidades possibilitaria considerar se a definição na legislação urbanística do uso agrícola de parcelas do solo metropolitano ampliaria as possibilidades de acesso e uso do solo urbano por segmentos da população que não detém a posse da terra e nem tem recursos para pagar pelo seu uso. Ou mesmo quais seriam os efeitos de amplas políticas de incentivo à produção agrícola em espaços públicos na

segurança alimentar da população (COSTA; ALMEIDA, 2012 *apud*. ALMEIDA; COSTA, 2014, p. 10).

Esta busca pelo “direito à cidade”, pela garantia do valor de uso do solo urbano a todos os segmentos sociais, inclusive aos agricultores, vai contra a política neoliberal ditada pelo mercado financeiro, na qual os usos do solo são ditados pelo poder do capital. O fato das iniciativas de AUP encontradas em *Centre Wellington* serem em terrenos particulares, ou no caso das hortas comunitárias, nos fundos de igrejas, diz muito sobre a falta de interesse do governo municipal em acolher e apoiar o desenvolvimento destas práticas em espaços públicos e abertos.

Em Regente Feijó, em que a maior parte da produção da AUP é voltada ao autoconsumo, e acontece em uma escala muito pequena, com pouco ou nenhum investimento de capital, também é notável a falta de ação do governo municipal para apoiar o desenvolvimento destas práticas. Apesar dos discursos dos representantes das instituições públicas municipais que foram entrevistados, que demonstram certa abertura e interesse ao subsídio e apoio das práticas agrícolas que ocorrem no espaço urbano e periurbano do município, o que se nota, na prática, é que este suporte é quase nulo.

O “direito à cidade” pelo qual se luta vai além do direito aos espaços para realização das produções, ele diz respeito também ao direito de consumir alimentos frescos e saudáveis, que são provenientes destas práticas, e ao direito de comercializar tais alimentos, já que esta tem se provado ser a etapa mais difícil do processo produtivo para os agricultores de pequeno porte.

A dificuldade de inserção dos agricultores familiares no mercado, para comercializar seus produtos, advém principalmente da iniquidade de oportunidades oferecidas a esta classe de agricultores quando comparadas às oportunidades dadas aos agricultores de grande porte, que produzem para o agronegócio, principalmente no âmbito das políticas públicas. Estas políticas, que oferecem oportunidades de crédito e de financiamentos, tornam a competição no momento de comercialização dos alimentos muito desigual, sendo esta, inclusive, a indignação relatada por muitos dos agricultores pesquisados em *Centre Wellington*, conforme foi apresentado no capítulo anterior.

O que se percebe é que, mesmo em um país desenvolvido como o Canadá, as dificuldades enfrentadas pelos agricultores urbanos/periurbanos e pelos agricultores familiares, em geral, são inúmeras, e em boa parte são fruto da mercantilização e dominação das terras produtivas em prol do sistema capitalista, representado, neste cenário, pelo agronegócio. Neste sentido, políticas

como o PRONAF, o PAA e o PNAE, no Brasil, e como a “Lei de Alimentos Locais”, no Canadá, representam uma contra-hegemonia, uma possibilidade de resistência.

A necessidade de enfatizar a importância e o significado destas políticas se destaca principalmente no cenário atual do Brasil, que há alguns anos vem sofrendo um desmonte e uma espécie de “corrosão” das políticas e das instituições públicas. Perin (2021) aponta que a janela que havia sido aberta para a agricultura familiar ocorrida após as eleições e a troca de governo em 2003, que refletiu na criação de políticas e estruturas institucionais voltadas para este segmento, fechou-se com a mudança brusca de governo ocorrida em 2016, após o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, diminuindo o apoio governamental e o orçamento voltados a esta categoria.

De acordo com a autora, este desmonte se iniciou:

[...] com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, seguida pela redução do papel das secretarias e órgãos responsáveis pela implementação e gestão de diversas políticas em execução voltadas à promoção da agricultura familiar, acabando também por desestruturar equipes técnicas que atuavam na implementação de ações locais. Adicionalmente, houve uma redução drástica de repasses orçamentários e financeiros para todas as políticas analisadas de forma contínua no período em questão, sob a narrativa de contenção de gastos alinhada a uma política neoliberal (PERIN, 2021, p. 51).

Este desmonte representa grande preocupação em relação ao futuro desta categoria de agricultores no Brasil, especialmente no contexto de crise econômica com aumento da pobreza e desigualdade, que apontam uma crescente demanda por tais políticas.

Esta tendência dos governos atuais de implementação de agendas políticas focadas exclusivamente em médios e grandes produtores rurais, inseridos em mercados de *commodities*, fragiliza ainda mais o segmento da agricultura familiar brasileira, que exerce papel fundamental no abastecimento alimentar do país e que é responsável pelo sustento de tantas famílias trabalhadoras da área.

Este trabalho de caracterização da AUP, que faz parte da categoria de agricultura familiar, demonstrou o papel exercido por esta atividade na vida das famílias que nela estão envolvidas, e apontou suas contribuições para a sociedade em geral. Espera-se que, com tais apontamentos, possam ser pensadas políticas que ajudem a superar as adversidades que impedem seu desenvolvimento e que os resultados aqui apresentados contribuam de alguma forma com a

construção de um cenário mais justo para a AUP e para todo o segmento da agricultura familiar no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AUP é uma atividade consolidada em Regente Feijó, constituindo certa tradição local. A realização deste trabalho possibilitou identificar as particularidades da produção agrícola urbana e periurbana no município estudado, incluindo suas contribuições e desafios. O estudo realizado em *Centre Wellington*, no Canadá, permitiu incorporar uma nova perspectiva à pesquisa, por meio da caracterização das práticas da AUP em um município localizado em um país desenvolvido e com grande tradição neste tipo de agricultura.

Entende-se que o desenvolvimento da AUP no Brasil é uma consequência, principalmente, do aprofundamento dos processos de modernização da agricultura e de urbanização. A prática da agricultura nas cidades e em seu entorno, neste cenário, se desenvolveu como um símbolo de resistência e resiliência frente às más condições de vida da população migrante do campo para as cidades, propiciando alimentos para o autoconsumo. Dentre as características deste tipo de agricultura destacam-se sua multifuncionalidade e multidimensionalidade. O fato de ser possível realizar a AUP com diversos propósitos e das mais diversas maneiras, a torna rica em benefícios e contribuições para diversas esferas: social, econômica e ambiental, por exemplo. Dentre suas vantagens, destacam-se principalmente suas contribuições para a melhoria da SAN.

Buscando caracterizar o município de estudo no Brasil, foi realizado um levantamento de informações a respeito de sua área periurbana. Foi identificada notória plurifuncionalidade neste espaço, destacada por España (1991) como característica típica desta área, com elementos tipicamente urbanos coexistindo com elementos tipicamente rurais, dentre eles a AUP.

As entrevistas realizadas com agricultores urbanos e periurbanos de Regente Feijó possibilitaram coletar dados a respeito de diversos aspectos da AUP do município. Em relação ao perfil dos agricultores, notou-se uma ligeira predominância da liderança masculina nos cultivos de AUP, o que se percebeu, através da revisão de literatura, não ser algo muito comum em outras localidades, onde as mulheres normalmente exercem um papel mais significativo. Além disto, foi constatado que esta atividade é desenvolvida majoritariamente por pessoas de idade mais avançada, principalmente acima dos 60 anos, e que normalmente os praticantes têm origens em áreas rurais. Isto explica o fato de 70% dos agricultores terem declarado que uma de suas

motivações para o início dos cultivos de AUP é a vontade de manter esta tradição familiar, relacionada ao cultivo dos próprios alimentos e ao contato com a natureza.

Quanto aos produtos cultivados, deve-se destacar a grande diversidade encontrada nas áreas urbanas e periurbanas do município, totalizando 63 espécies com finalidades alimentares encontradas nos cultivos estudados. As frutíferas aparecem em maior quantidade e variedade nas hortas, mas também são produzidas plantas condimentares, medicinais, tubérculos, legumes e leguminosas e verduras folhosas. A criação animal, por outro lado, é pouco expressiva nas unidades produtivas pesquisadas.

Outro ponto importante a ser destacado é que a produção de AUP do município é majoritariamente voltada ao autoconsumo. Apenas 25% dos entrevistados declararam que o principal destino dos alimentos produzidos é a comercialização. Em ambas as situações, a AUP se faz importante na garantia e melhoria da SAN da população. Quando os produtos são consumidos pelos próprios agricultores, eles representam uma economia nos gastos com alimentação e uma fonte de alimentos mais saudável e variada, estimulando estas pessoas a terem uma dieta mais natural e com menos produtos industrializados. Por outro lado, a comercialização dos produtos da AUP se faz muito importante para o abastecimento alimentar local, sendo as feiras livres do município e os mercados e sacolões locais os seus principais canais de comercialização.

Também foi percebido que esta é uma agricultura majoritariamente familiar, que, apesar de também gerar postos de trabalho, é realizada predominantemente no seio familiar, e é de grande importância para as famílias participantes, sendo passada de geração para geração.

Foi notada uma direta relação entre a finalidade da produção e a utilização de insumos químicos, sendo estes utilizados apenas pelos agricultores que afirmaram comercializar a maior parte dos alimentos produzidos. No caso dos agricultores que produzem para autoconsumo, nenhum deles afirmou utilizar insumos químicos, apenas adubos orgânicos e métodos naturais de controle de pragas – ainda que nenhum dos entrevistados possua a certificação de produção orgânica.

É necessário, também, enfatizar as práticas de solidariedade existentes dentro desta atividade. Seja no compartilhamento dos alimentos produzidos, com familiares, amigos e vizinhos, ou na troca e doação de mudas e sementes, ou ainda nas relações diretas entre produtores e consumidores durante a comercialização dos alimentos em feiras livres, por

exemplo, é notável que a AUP exerce um papel relevante no estreitamento de laços de solidariedade e das relações humanas, constituindo um ponto bastante positivo da prática.

De forma geral, conclui-se que a prática da AUP é relevante em Regente Feijó e traz muitas contribuições para o município, tanto do ponto de vista da garantia e melhoria da SAN quanto do ponto de vista econômico e de abastecimento alimentar local. A ausência de projetos e políticas públicas específicas, no entanto, que ofereçam as bases necessárias para o fomento à produção e ao comércio local de alimentos, é um ponto que precisa ser aprimorado. As entrevistas com os produtores mostraram que, apesar do interesse de boa parte deles em expandir suas produções, empecilhos como a falta de espaço, falta de recursos financeiros e falta de conhecimento técnico ainda estão presentes.

Os principais desafios e obstáculos que estão no caminho para a plena e máxima extração das contribuições proporcionadas pela AUP estão relacionados, principalmente, à falta de políticas públicas adequadas que visem apoiar seu desenvolvimento. Constatou-se que, no Brasil, as ações de apoio à AUP tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal, ainda são relativamente recentes e avançaram muito pouco em relação ao potencial e às necessidades deste tipo de agricultura.

O estágio de pesquisa realizado no Canadá ampliou os horizontes da pesquisa ao possibilitar o estudo das características da AUP em *Centre Wellington*. Os dados obtidos por meio das entrevistas com produtores urbanos e periurbanos mostraram que há pontos de convergência e de divergência entre os municípios estudados no Brasil e no Canadá. Primeiramente, ao contrário do que foi constatado no município estudado no Brasil, há uma ligeira predominância das mulheres na liderança dos cultivos estudados no município canadense, e os agricultores entrevistados são, em geral, mais jovens.

Além disto, em *Centre Wellington* os pesquisados têm um nível de escolaridade mais avançado do que os agricultores entrevistados em Regente Feijó, e alguns deles, inclusive, têm formação em áreas correlatas à agricultura, o que pode ser um dos motivos pelos quais a maioria dos pesquisados no município canadense tem a AUP como uma atividade de tempo integral.

Em relação à diversidade dos cultivos, assim como em Regente Feijó notou-se uma variedade muito grande de produtos cultivados no município estudado no Canadá, com mais de 50 espécies identificadas. Um grande ponto de divergência entre a AUP praticada nos municípios

estudados, no entanto, é o destino dos alimentos, que em *Centre Wellington* é majoritariamente voltado à comercialização.

Apesar disto, o autoconsumo também está entre as finalidades dos alimentos produzidos, fazendo com que a AUP contribua com a SAN local de diversas formas: por meio da economia nas despesas dos agricultores e suas famílias com alimentos; da disponibilização de alimentos mais frescos e variados, melhorando os hábitos alimentares destas famílias envolvidas; das contribuições com o abastecimento alimentar local; da geração de postos de trabalho, dentre outras formas.

Quanto ao tipo de unidades produtivas pesquisadas, a grande diferença notada entre os municípios é que enquanto em Regente Feijó o tipo mais encontrado foram os quintais produtivos, em *Centre Wellington* não foram identificadas unidades deste tipo, apenas as chamadas “fazendas”, que são como as chácaras identificadas no Brasil, mas com um caráter de produção mais profissional e constante, e menos relacionado ao lazer.

É possível apontar uma relação, portanto, entre a finalidade das produções e os tipos de unidades produtivas encontrados. Em Regente Feijó, onde o principal tipo de unidades produtivas identificado foram os quintais produtivos, as produções são voltadas principalmente para o autoconsumo, enquanto em *Centre Wellington*, onde o único tipo de unidade produtiva identificado foram as “*farms*”, que entendemos como “fazendas”, a principal finalidade das produções é a comercialização. Pode-se atribuir esta relação identificada ao espaço disponível para a realização das produções, que normalmente é bem limitado no caso dos quintais produtivos, não sendo suficiente para a produção em maior escala para a comercialização, por exemplo.

Assim como em Regente Feijó, a AUP encontrada no município canadense é predominantemente familiar. Uma diferença que pode ser apontada é que em *Centre Wellington* não foi identificado o uso de produtos químicos nas produções pesquisadas, apesar de apenas dois produtores possuírem a certificação orgânica. Além disto, por meio das entrevistas notou-se que há uma preocupação maior por parte dos agricultores em relação à questão ambiental, um desejo de produzir alimentos mais saudáveis e de uma forma a não agredir o meio ambiente.

Outro ponto que merece destaque é a presença das hortas comunitárias no município estudado no Canadá, que são uma fonte de alimentos principalmente para o abastecimento do

food bank local e que representam um espaço de socialização para as pessoas envolvidas nos cultivos.

Por fim, foram realizadas entrevistas com representantes de instituições públicas de ambos os municípios pesquisados. Tais entrevistas possibilitaram compreender que, no geral, não há apoio governamental adequado por meio de políticas públicas em nenhum dos municípios, e o apoio do governo municipal também é insignificante nos dois casos. No caso de *Centre Wellington* esta questão ficou ainda mais evidente pela falta de suporte por parte do governo municipal para as hortas comunitárias, principalmente para a instalação de novas hortas em espaços públicos abertos, como os parques da cidade. Ao analisar-se a AUP na perspectiva do direito à cidade, é válido ressaltar que a batalha enfrentada por este tipo de agricultura não diz respeito somente à busca por espaços físicos nas áreas urbanas e periurbanas, mas por reconhecimento no âmbito institucional e de políticas públicas.

A AUP poderia, em outro cenário político e com mais políticas a seu favor, tornar-se uma alternativa à produção capitalista de alimentos. Os resultados obtidos mostraram que este tipo de agricultura é relevante e desempenha papel importante tanto para o abastecimento alimentar quanto para a melhoria da SAN local, em ambas as localidades estudadas.

Ressalta-se, portanto, que trabalhos como este, de caracterização das práticas de AUP em diferentes localidades, se fazem necessários no sentido de permitirem o entendimento das necessidades dos produtores das áreas urbanas e periurbanas locais e mostrarem, de forma clara e objetiva, as contribuições que advêm de tal prática, tornando-se, assim, uma fonte de informações importante que pode servir de subsídio à elaboração de políticas públicas e projetos que visem suprir tais necessidades com a finalidade de multiplicar seus benefícios e contribuições.

REFERÊNCIAS

AGRA, Nadine Gualberto; SANTOS, Rogério Ferreira dos. **Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento**. In: XXXIX CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais do XXXIX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia**. Recife, PE, Brasil, 2001.

AHRENS, Adam. **Victory Garden food history**. Heritage Toronto, 2020. Disponível em: <<https://www.heritagetoronto.org/explore-learn/victory-garden-food-history/>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura Urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. In: III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO. **Anais do III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo**. Belém, set. 2014.

ALVES, Flamarion Dutra.; VALE, Ana Rute do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 33-41, 2013. Disponível em: <10.5654/actageo2013.0003.0002>. Acesso em 28 ago. 2022.

ANDRADES, Tiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução Verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/16317873-Revolucao-verde-e-a-apropriacao-capitalista.html>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ARRUDA, Juliana. **Agricultura Urbana e Periurbana em Campinas/SP: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas – SP, 2006. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_b402ab205ebac9ef516b85b238e2e098>. Acesso em: 28 ago. 2022.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Revista Ambiente e Sociedade [online]**, vol. 10, n. 1, p. 137-150, jun. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2007000100009>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; PERXACS, Helena; ALIÓ, Maria Àngels. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, e19005, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4215/rm2020.e19005>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos; RAOUL, Marine Dubos. Quintais Produtivos para a Soberania Alimentar dos Agricultores do Cinturão Verde, Três Lagoas/MS. **Cadernos de**

Agroecologia, vol. 13, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <<https://www.cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/2362/2125>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BARRETTO, Saulo Faria Almeida; PIAZZALUNGA, Renata. Tecnologias sociais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol. 64, n. 4, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252012000400002>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BERKELEY FOOD INSTITUTE. Instituto de Alimentação da Universidade da Califórnia, Berkeley. **Urban Agriculture**. Disponível em: <<https://food.berkeley.edu/priorities/agroecology/urban-agriculture/>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH – USP, 2017.

BOSCOLI, Daniel; HENARES, Maria Eduarda; RIBEIRO, Gabriela; ALBANO, Mayara Pissuti. Estação ferroviária de Regente Feijó - SP: história e arquitetura. **Colloquium Humanarum**, vol. 11, n. especial, p. 163-170, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.5747/ch.2014.v11.nesp.000523>>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL, Ministério da Cidadania. **Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**. Disponível em: <<https://bit.ly/33vXhsZ>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Revista Estudos Avançados** (Universidade de São Paulo), São Paulo, vol. 20, n. 57, p. 221-236, ago. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200017>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BUENO, Chris. Crise impulsionou criação de modelo sustentável na agricultura de Cuba. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol. 67, n. 2, p. 14-16, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602015000200007>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CAMPOS, Jaqueline de Arruda. **Entre o urbano e o rural: uma análise da periurbanização na região metropolitana de Natal - RN**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Natal, RN, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25797>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CANO, Wilson. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 9, n. 1, p. 62-82, 1989. Disponível em: <<https://centrodeeconomiapolitica.org/repos/index.php/journal/article/view/1600/1586>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CENTRE WELLINGTON. **Heritage**. Centre Wellington. Disponível em: <<https://www.centrewellington.ca/en/explore-cw/heritage.aspx#>> Acesso em: 03 ago. 2022.

COELHO, Roicles. **Agricultura urbana e segurança alimentar no pós-covid**. Núcleo Camaleão, 2020. Disponível em: <<https://nucleocamaleao.eco.br/2020/07/12/agricultura-urbana-e-seguranca-alimentar-no-pos-covid/>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/MPBB-87YHD5>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CRIBB, Sandra Lucia de Souza Pinto; CRIBB, André Yves. Agricultura urbana: alternativa para aliviar a fome e para a educação ambiental. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais: Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócios no contexto de integração das nações**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/662290>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

DELGADO, Cecília. Agricultura urbana, espaço de protagonismo feminino – Dinâmicas e potencialidades. **Revista Faces de Eva**, n. 37, p. 63-81, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3IewIXU>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y perirurbanización, ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, Francisco Javier (org.). **La ciudad dispersa**. Suburbanización y nuevas periferias, Barcelona, CCCB, 1998, p. 17-34.

ESPAÑA, Elisabeth Delios. **La agricultura en espacios periurbanos en el municipio de Alboraya**. Valencia: Universidad de Valencia, Conselleria d'Agricultura i Pesca, 1991.

FERREIRA, Jaqueline; FERREIRA, Marcela Alonso; LEÃO, Vitória. **Agricultura urbana faz a diferença em tempos de pandemia**. Nexo Jornal, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3fFmJPd>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

GIACCHÈ, Giulia; PORTO, Lya. Políticas públicas de agricultura urbana e periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 45-60, nov./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ica.sp.gov.br/ftpica/publicacoes/ie/2015/tec3-1215.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

GIANEZINI, Kelly; BARRETO, Letícia Manique; GIANEZINI, Miguelangelo; LAUXEN, Sirlei de Lourdes; BARBOSA, Gabriel Dario; VIEIRA, Reinaldo de Souza. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 21, n. 2, p. 1065-1084, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.18764/2178-2865.v21n2p1065-1084>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

GOVERNMENT OF ONTARIO. **Local Food Act**, chapter 7, 2013. Disponível em: <<https://www.ontario.ca/laws/statute/13l07>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

GOVERNMENT OF ONTARIO. **Newsroom: Ontario's Cosmetic Pesticides Ban**, 2009. Disponível em: <<https://news.ontario.ca/en/backgrounder/3562/ontarios-cosmetic-pesticides-ban>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

GRAZIANO DA SILVA, José. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 7, n. 2, p. 2-10, jul./set. 1993.

GUIMARÃES, Leandro da Silva. O modelo de urbanização brasileiro: notas gerais. **GeoTextos**, Salvador, vol. 12, n. 1, p. 13-35, jul. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v12i1.14084>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

HEATHER, Knizhnik. **The Environmental Benefits of Urban Agriculture on Unused, Impermeable and Semi-Permeable Spaces in Major Cities with a Focus on Philadelphia, PA**. 2012. Dissertação (Master of Environmental Studies Capstone Projects), University of Pennsylvania, Department of Earth and Environmental Science. Philadelphia, 2012. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/mes_capstones/46>. Acesso em: 15 ago. 2022.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A agricultura urbana em Camaguey e Cienfuegos – Cuba. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 13, n. 29, p. 29-57, abr. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/RCT132902>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes; MARQUES, Marta Inez Medeiro; SUZUKI, Júlio César. **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p.271-287.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: Regente Feijó. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/regente-feijo/panorama>>. Acesso em: 22 out. 2021.

IDRC - International Development Research Centre. Urban Agriculture (search results). Disponível em: <<https://www.idrc.ca/en/search?query=Urban+agriculture>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

IEA – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. **Novo grupo de estudos irá pesquisar agricultura urbana em São Paulo**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/grupo-de-estudos-ira-pesquisar-agricultura-urbana-em-sao-paulo>>. Acesso em: 09 ago. 2022.

KOC, Mustafa; MACRAE, Rod; MOUGEOT, Luc J. A.; WELSH, Jennifer. Introduction: Food security is a global concern. *In*: KOC, Mustafa; MACRAE, Rod; MOUGEOT, Luc J. A.; WELSH, Jennifer. **For Hunger-proof Cities – Sustainable Urban Food Systems**. Publicado pelo International Development Research Centre (IDRC). Ottawa, ON, Canada, em associação com o Centre for Studies in Food Security, Ryerson Polytechnic University Toronto, ON, Canadá, 1999, p. 1-7.

LAForge, Julia M. F.; DALE, Bryan; LEVKOE, Charles Z.; AHMED, Faris. The future of agroecology in Canada: Embracing the politics of food sovereignty. **Journal of Rural Studies**, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.10.025>>. Acesso em 23 jan. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**, Centauro Editora, 2006.

LEVENSTON, Michael. Canada: A national strategy for urban agriculture. **City Farmer Society**, 2016. Disponível em: <<http://www.cityfarmer.org/FinalSunnyDaysMiddle.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2022.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil** – Um guia para ação em defesa da vida. AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://biblioteca.consumoresponsavel.org.br/items/show/57>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Revista Estudos Avançados** (Universidade de São Paulo), São Paulo, vol. 17, n. 48, p. 151-167, ago. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MARTINS, Pedro; VINHOLI, Ana Carolina. Êxodo rural e a identidade dos agricultores urbanos em Itajaí/SC. *In*: MARTINS, Pedro; SÁNCHEZ, Héctor Ávila; WELTER, Tânia (Orgs.). **Território & sociabilidade: relatos latinoamericanos**. 1. ed., Florianópolis: UDESC, 2012, p. 55-77.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/500>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MELO, Angelina Moreira; FREITAS, Alair Ferreira de; CALBINO, Daniel. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): panorama das pesquisas brasileiras. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat**, Taquara/RS, v. 17, n. 2, p. 82-99, abr./jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.26767/1663>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MELO, Larissa. Os benefícios da agricultura urbana e periurbana para a sustentabilidade da cidade de Macapá - AP. *In*: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 7, 2016, Maceió. **Anais: 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável: Contrastes, Contradições e Complexidades**, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3GJ3YGh>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MORGAN, Emily H.; SEVERS, Michelle M.; HANSON, Karla L.; MCGUIRT, Jared; BECOT, Florence; WANG, Weiwei; KOLODINSKY, Jane; SITAKER, Marilyn; PITTS, Stephanie B. Jilcott; AMMERMAN, Alice; SEGUIN, Rebecca. Gaining and maintaining a competitive edge: Evidence from CSA members and farmers on local food marketing strategies. **Sustainability**, vol. 10, n. 7, jun. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.3390/su10072177>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MOUGEOT, Luc J. A. **Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges**. Cities Feeding People Series Report 31. Published by International Development Research Centre (IDRC), 2000. Disponível em: <<https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/26429/117785.pdf?sequence=12>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. **Um estudo sobre o processo de aglomeração urbana: Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, SP, Presidente Prudente/SP 2008.

NATAL/RN. Lei Nº 7.018, de 16 de março de 2020. Institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rn/n/natal/lei-ordinaria/2020/702/7018/lei-ordinaria-n-7018-2020-institui-a-politica-municipal-de-apoio-a-agricultura-urbana-e-periurbana-e-da-outras-providencias?r=p>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

NELSON, Erin; KNEZEVIS, Irena; LANDMAN, Karen. The uneven geographies of Community food initiatives in southwestern Ontario. **Local Environment**, vol. 18, n. 5, p. 657-577, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13549839.2013.788489>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

NOT FAR FROM DE TREE. **Site do projeto Not Far from the Tree**. Disponível em: <<https://notfarfromthetree.org/about-us/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

OFVGA - Ontario Fruit and Vegetable Growers' Association. **Sector overview: Produce Grown by Ontario's Farmers**. Ontário, 2021. Disponível em: <<https://www.ofvga.org/overview>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

PEREIRA, Claudinei da Silva. **Agricultura, abastecimento e consumo na aglomeração urbana de Presidente Prudente – SP**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, SP, Presidente Prudente/SP, mai. 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193344>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PERIN, Gabriela. O desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e a nova agenda governamental. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, vol. 15, n. 2, p. 33-55, jul./dez. 2021.

PESSÔA, Cristiane Cardoso. **Agricultura Urbana e Pobreza**: Um estudo no município de Santa Maria – RS. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8816/DIS_PPGER_2005_PESSOA_CRISTIANE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PESSÔA, Cristiane Cardoso; SOUZA, Marcelino de; SCHUCH, Ilaine. Agricultura urbana e Segurança Alimentar: estudo no município de Santa Maria – RS. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, vol. 13, n.1, p. 23-37, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/san.v13i1.1842>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PIRES, Vicente Chiaramonte. Agricultura Urbana como Fator de Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo na Região Metropolitana de Maringá. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, vol. 27, n. 2 (50), dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/21318>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PREFEITURA DE REGENTE FEIJÓ. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.regentefeijo.sp.gov.br/a-cidade>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

REIS, Thayrine Silva. **Agricultura urbana e periurbana e o enfoque da segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar**: olhares sobre trajetórias e iniciativas em Varginha – MG. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) – Universidade Federal de Alfenas, Varginha/MG, 2020. Disponível em: <<https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/bitstream/tede/1680/2/Dissertação%20de%20Thayrine%20Silva%20Reis.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2022.

RIBEIRO, Silvana Maria; AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi; BÓGUS, Cláudia Maria; PEREIRA, Isabel Maria Teixeira Bicudo. Agricultura urbana agroecológica: estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 25, n. 3, p. 381-388, jul./set. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/2269/2496>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

RICARTE, Juliana Duz; FERRAZ, José Maria Gusman; BORGES, Janice Rodrigues Placeres. Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, vol. 6, n. 3, p. 62-80, 2011. Disponível em: <<https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9998>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ROESE, Alexandre Dinnys. **Agricultura Urbana**. Embrapa Pantanal, Artigo de Divulgação na Mídia, 36. 2003. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=112&pg=1&n=3>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ROSA, Audrey Ferreira. **As particularidades da agricultura urbana e periurbana (AUP) em Presidente Prudente/SP**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente,

SP, Presidente Prudente/SP, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/193314>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ROSA, Pedro Paulo Videiro. Políticas Públicas em Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, Número Especial EGAL, vol. 2, p. 1-17, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820505.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/pt/revista/estudios-agrarios/articulo/periurbanizacion-y-espacios-rurales-en-la-periferia-de-las-ciudades>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

RUF – Ryerson Urban Farm. **Centre for Studies in Food Security**, Toronto Metropolitan University. Disponível em: <https://www.torontomu.ca/foodsecurity/projects/activity_ryerson_urban_farm/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SÁNCHEZ, Héctor Avila. Periurbanización y espacios rurales en la periferia de las ciudades. **Revista Estudios Agrarios**, v. 15, n. 41, p. 93-123, 2009. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/pt/revista/estudios-agrarios/articulo/periurbanizacion-y-espacios-rurales-en-la-periferia-de-las-ciudades>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SANTANDREU, Alain; PERAZZOLI, Alberto Gómez; DUBBELING, Marielle. Biodiversidade, Pobreza e Agricultura Urbana na América Latina. **Revista Agricultura Urbana [online]**, n. 6, 2002. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/11730508-Biodiversidade-pobreza-e-agricultura-urbana-na-america-latina.html>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção** - Identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. Documento referencial geral. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SANTOS, Maira dos; MACHADO, Mariana Campos Martins. Agricultura Urbana e Periurbana: Segurança Alimentar e Nutricional, comportamento alimentar e transformações sociais em uma horta comunitária. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 27, p. 1-20, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/san.v27i0.8650689>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEQUEIRA, Gisela Romariz. **Agricultura Urbana e Periurbana no Curuçambá em Ananindeua, região metropolitana de Belém: perspectivas e desafios**. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará – Núcleo de Meio Ambiente, Belém/PA, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6764>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SILVA, Juliana Marcia Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente; ABREU, Kamila Eulálio; SILVA, Lívia Souza. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos**, vol. 8, n. 3, p. 149-161, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SILVEIRA, Daniel Claudy da; WBATUBA, Berenice Beatriz Rossner; TIRELLI, Claudia; SILVA, Raiziane Cássia Freire da. Políticas públicas e Welfare State: O plano nacional de microcrédito produtivo orientado (PNMPO) no Brasil. **Revista de Gestão Estratégica de Organizações - GESTO**, Edição especial II CIGECO, Rio Grande do Sul, p. 84-95, 2015. Disponível em: <<https://doaj.org/article/59445134a69b41d28cf018423c4d24b7>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SMIT, Jac; NASR, Joe; RATTA, Annu. Urban Agriculture Yesterday and Today. In: **Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities**. The Urban Agriculture Network, Inc, 2001.

SOUSA, Diana; MADUREIRA, Helena. Padrões territoriais da agricultura urbana na cidade do Porto. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, n. 11, p. 309-325, jun. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17127/got/2017.11.014>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. Editora Contexto, 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS FILHO, Nestor. Goulart. (Org.). **Sobre dispersão urbana**. São Paulo: Via das Artes, 2009, p. 35-54.

STATISTICS CANADA. **Census Profile, Centre Wellington, Township**, 2016. Disponível em: <<https://abre.ai/eNR5>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

STEINBERG, Jean. La périurbanisation en France (1968-2002). **Revista GeoINova**, n.7, p. 75-86, 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

TORNAGHI, Chiara. Community gardening. In: ORUM, Anthony M. (Ed.), **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Urban and Regional Studies**, abr. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1002/9781118568446.eurs0057>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. **Mostra Universidade Cidade – Grupo Auê.** Minas Gerais. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/mostrauniversidadecidade/grupo-aue/>. Acesso em: 09 ago. 2022.

UNIVERSITÉ DE LIÈGE. **Centro de Pesquisas em Agricultura Urbana da Universidade de Lieja**, Bélgica. Disponível em: <https://www.gembloux.ulg.ac.be/agriculture-urbaine/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

UNIVERSITY OF NOTTINGHAM. **Centro para Agricultura Urbana da Universidade de Nottingham**, Inglaterra. Disponível em: <https://www.nottingham.ac.uk/urbanagriculture/aboutus/aboutus.aspx>. Acesso em: 24 abr. 2020.

VALE, Ana Rute do; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. (Org.) **Geografia: Ações e Reflexões**. Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp - Rio Claro/SP, 2006, p. 231-246.

VEENHUIZEN, René Van. **Cities Farming for the Future - Urban Agriculture for Green and Productive Cities**. Publicado por RUAF Foundation, International Development Research Centre (IDRC) e International Institute of Rural Reconstruction (IIRR), 2006. Disponível em: <https://www.idrc.ca/en/book/cities-farming-future-urban-agriculture-green-and-productive-cities>. Acesso em: 15 ago. 2022.

VILHONI, Ana Carolina; PEREIRA, Luzia; ABREU, Marcos José de. **Cartilha de Agricultura Urbana com Enfoque Agroecológico**. CEPAGRO, 2009. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/15646426/cartilha-de-agricultura-urbana-com-enfoque-agroecologico-cepagro>. Acesso em: 29 ago. 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, n. 5, p. 87-145, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ZAAR, Miriam Hermi. A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**, Natal, vol. 27, n. 3, p. 26-44, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7870/6137>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ZEZZA, Alberto; TASCIOITTI, Luca. Urban agriculture, poverty, and food security: Empirical evidence from a sample of developing countries. **Elsevier Journal**, vol. 35, n. 4, ago. 2010. Food Policy, p. 265–273. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2010.04.007>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS AGRICULTORES URBANOS E PERIURBANOS DE REGENTE FEIJÓ

Roteiro de Entrevista – Agricultura Urbana e Periurbana em Regente Feijó/SP

Apresentações, estabelecer confiança e uma atmosfera de empoderamento, explicar sobre o processo da entrevista	Apresentações: Apresentar a pesquisadora e explicar o objetivo da entrevista. Como agricultor(a) cuja fazenda/terra de cultivo está localizada na área urbana/periurbana do município de Regente Feijó, o(a) senhor(a) foi convidado(a) a participar desta entrevista. Meu objetivo é entender a agricultura urbana e periurbana em Regente Feijó e determinar como esse tipo de agricultura contribui para o desenvolvimento local e a segurança alimentar, além de entender as dificuldades e desafios enfrentados pelos agricultores urbanos e periurbanos. Esta pesquisa é parte de minha dissertação de mestrado, que está sendo desenvolvida na UNESP de Presidente Prudente. Durante a entrevista, farei perguntas sobre os alimentos que o senhor(a) cultiva; as técnicas e insumos utilizados no processo de cultivo; suas motivações para se tornar agricultor(a) e também as dificuldades e desafios dessa ocupação. O que o(a) senhor(a) precisa saber antes de começarmos: Para garantir que sua privacidade seja respeitada, peço que compartilhe apenas coisas com as quais se sinta confortável. Quaisquer identificadores pessoais serão mantidos em sigilo. Como pesquisadora, respeitarei as informações que o senhor(a) compartilhar comigo. Mantereí seu nome em sigilo, o que significa que ele não será compartilhado com ninguém, incluindo a Universidade e não aparecerá em nenhum dos meus resultados de pesquisa. Suas experiências como agricultor(a) são valorizadas e importantes para minha pesquisa. Antes de começarmos, o(a) senhor(a) tem alguma dúvida ou preocupação? • Responder a quaisquer perguntas ou preocupações.
Parte 1: Perfil do(a) agricultor(a)	• Nome e sexo do(a) agricultor(a): _____ () masculino () feminino • Qual sua idade? • Qual seu grau de escolaridade?

	☐ Ensino fundamental incompleto ☐ Ensino fundamental completo ☐ Ensino médio incompleto ☐ Ensino médio completo ☐ Ensino superior incompleto ☐ Ensino superior completo ☐ Sem escolaridade formal, mas lê e escreve ☐ Analfabeto - Onde se localiza sua fazenda/área de cultivo? ☐ Área urbana ☐ Área periurbana - Onde o(a) senhor(a) cresceu? Em uma área urbana ou rural? - Qual a principal razão que o/a levou a começar a cultivar alimentos? ☐ Tradição familiar ☐ Necessidade de complementar a alimentação e aumentar a disponibilidade de alimentos para consumo próprio ☐ Obter renda da comercialização dos alimentos ☐ Outra – Qual? - O(a) senhor(a) pratica a agricultura em tempo integral ou em períodos menores? O(a) senhor(a) vê a agricultura como uma profissão ou um hobby? No segundo caso, qual a atividade principal desenvolvida pelo(a) senhor(a)?
Parte 2: Caracterização da produção	- Há quanto tempo o(a) senhor(a) pratica a AUP nesta localidade? (Há quanto tempo a fazenda/área de cultivo existe?) - Quais alimentos são produzidos? Vegetais: Criação animal: Laticínios: Outros: - Qual o principal destino dos alimentos produzidos? ☐ Autoconsumo ☐ Comercialização ☐ Outro

	- O(a) senhor(a) consome ao menos parte dos alimentos produzidos? Se sim: A) O(a) senhor(a) considera que os alimentos produzidos representam uma economia em suas despesas com alimentação? Se sim, considera esta economia significativa? B) O(a) senhor(a) considera que houve melhora em seus hábitos alimentares derivada da produção de alimentos? - Alguma parcela dos alimentos é comercializada? Se sim, onde?
Parte 3: Estrutura e organização das unidades produtivas	- O(a) senhor(a) compartilha as atividades de agricultura com outras pessoas? Se sim, são família, amigos ou funcionários? Caso sejam família, quantas pessoas são, sua idade e sexo? - O(a) senhor(a) vive no mesmo lugar onde as atividades de AUP são desenvolvidas ou em outro local? - O terreno onde os alimentos são cultivados é próprio ou alugado/arrendado?
Parte 4: Técnicas, recursos e insumos utilizados nos cultivos	- Qual a origem da água utilizada nos cultivos: () Água da rede municipal (encanada) () Poço () Rio, riacho, açude () Reservatório () Outra – Qual? - Técnicas utilizadas: A) Irrigação (como é feita)? B) Utiliza tratores ou outros equipamentos para preparação do solo? - Quanto aos recursos utilizados na produção: A) Os cultivos são baseados majoritariamente na plantação de sementes ou mudas? B) As mudas ou sementes são:

	() Próprias (sementes guardadas e replantadas) () Compradas () Outra fonte – Qual? C) São utilizados adubos/fertilizantes nos cultivos? () Orgânicos – Quais? () Químicos – Quais? D) É utilizado algum método de controle de pragas? Se sim, qual? () Agrotóxicos () Produtos orgânicos e naturais – Quais? () Outros – Quais? E) Nos casos em que os insumos são comprados, onde é feita a compra? Ex: Agropecuária, loja online, etc.
Parte 5: Dificuldades e desafios enfrentados pelos(as) agricultores(as) urbanos e periurbanos	• O(a) senhor(a) enfrenta alguma das seguintes dificuldades relacionadas à prática da agricultura? Quais? () Falta de dinheiro () Falta de espaço () Falta de conhecimento técnico () Falta de água () Falta de tempo () Custo da energia elétrica () Outras – Quais? () Não há dificuldades • O governo municipal apoia o desenvolvimento dos cultivos de alguma forma? Se sim, como? • O(a) senhor(a) recebe algum tipo de suporte técnico? O(a) senhor(a) participa ou já participou de algum curso ou palestra relacionados à agricultura? • Participa de algum mercado institucional (PAA, PNAE)?
Parte 6: Informações adicionais	• Há algo mais que o(a) senhor(a) gostaria de adicionar?

Conclusão	Obrigada pela sua participação!
------------------	---------------------------------

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO ÀS PESSOAS-CHAVE EM REGENTE FEIJÓ

Roteiro de Entrevista – Agricultura Urbana e Periurbana em Regente Feijó/SP – Pessoas-chave (Responsável pela Secretaria da Agricultura e Presidente da Câmara Municipal)

Apresentações, estabelecer confiança e explicar sobre o processo da entrevista	Apresentações: Apresentar a pesquisadora e explicar o objetivo da entrevista. Como Responsável pela Secretaria da Agricultura/ Presidente da Câmara Municipal do município de Regente Feijó, o(a) senhor(a) foi considerado(a) uma pessoa-chave para a complementação da minha pesquisa de mestrado, e, portanto, foi convidado(a) a participar desta entrevista. Meu objetivo é entender a agricultura urbana e periurbana em Regente Feijó e determinar como esse tipo de agricultura contribui para o desenvolvimento local e a segurança alimentar, além de entender as dificuldades e desafios enfrentados pelos agricultores urbanos e periurbanos. Esta pesquisa é parte de minha dissertação de mestrado, que está sendo desenvolvida na UNESP de Presidente Prudente. Durante a entrevista, farei perguntas relacionadas ao seu conhecimento em relação à agricultura urbana e periurbana, à sua atuação em projetos voltados a este tipo de agricultura e às suas opiniões a respeito de aspectos gerais deste tema. O que o(a) senhor(a) precisa saber antes de começarmos: Para garantir que sua privacidade seja respeitada, peço que compartilhe apenas coisas com as quais se sinta confortável. Como pesquisadora, respeitarei as informações que o senhor(a) compartilhar comigo. Manterei seu nome em sigilo, o que significa que ele não será compartilhado com ninguém, incluindo a Universidade e não aparecerá em nenhum dos meus resultados de pesquisa. Antes de começarmos, o(a) senhor(a) tem alguma dúvida ou preocupação? • Responder a quaisquer perguntas ou preocupações.
Parte 1: Informações gerais	• Nome • Qual sua idade? • Qual seu cargo?

Parte 2: Questões voltadas à AUP	• O que o(a) senhor(a) entende por agricultura urbana e periurbana? • Já teve contato com programas e/ou projetos relacionados à agricultura urbana e periurbana? Em caso afirmativo, descreva quais foram e como foi sua participação. • O(a) senhor(a) considera importante o apoio da prefeitura e de instituições públicas (como a Secretaria da Agricultura) às práticas de agricultura urbana e periurbana no município? Por quê? • A Secretaria de Agricultura/Prefeitura do município tem ou já teve ações voltadas a práticas agrícolas nos ambientes urbano e periurbano? • O(a) senhor(a) tem conhecimento das iniciativas de agricultura urbana e periurbana que existem no município, sejam elas voltadas à comercialização ou ao consumo próprio? • No seu ponto de vista, é possível a implementação de ações de apoio/políticas públicas voltadas à agricultura urbana e periurbana em Regente Feijó? • Se sim, o(a) senhor(a) consegue imaginar, na prática, como estas políticas/ações poderiam ser elaboradas? De onde precisariam surgir as iniciativas.
Parte 3: Informações adicionais	• Há algo mais que o(a) senhor(a) gostaria de adicionar?
Conclusão	Obrigada pela sua participação!

**ANEXO 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS AGRICULTORES
URBANOS E PERIURBANOS DE *CENTRE WELLINGTON* – VERSÃO ORIGINAL EM
INGLÊS**

Interview Script - Urban and Peri-Urban Agriculture in Centre Wellington, Ontario

Introductions, establish trust and an atmosphere of empowerment, explain interview consent and process	Introductions: Introduce researcher, explain the purpose of the interview, and provide the consent letter for signature. As a farmer whose farm/cropland is located in the urban/peri-urban area of the Township of Centre Wellington, you have been invited to participate in this interview. I wish to understand urban and peri-urban agriculture in Centre Wellington and determine how this type of agriculture contributes to local development and food security, in addition to understanding the difficulties and challenges faced by urban and peri-urban farmers. This research is part of my master's thesis, which is being developed partially here, at the University of Guelph, and mostly in Brazil, at the State University of São Paulo. Please let me know if you would like to receive a summary of my research, which I can email to you when it is complete. During the interview I will ask you questions about the foods you grow; the techniques and inputs used in the growing process; your motivations for becoming a farmer and also the difficulties and challenges of this occupation. What you need to know before we start: If you agree, I would like to record our Zoom call, which will take likely 20 to 30 minutes. Recording the interview will allow me to ensure that it is accurate, and not simply rely on note-taking. Do not feel pressured to agree that the interview be recorded; this is your decision and the recording is not necessary if you are not comfortable with it. I can simply take notes during our interview. The interview recording will be deleted once we complete our analysis, which is expected to happen at the end of May 2022. Until then, the recording will be kept secure on a password-protected computer To ensure that your privacy is respected, I ask that you only share things that you are comfortable with. Again, any personal identifiers will be kept confidential. As the researcher, I will respect the information you share with me. I will keep your name confidential, which means that it will be kept private and will not be shared with anyone, including the University of Guelph or in any of my research results. It is your choice to participate in the research. You can change your mind at
--	---

	any time. If you decide you do not want to be part of the research, it will not affect your relationship with the University of Guelph. You will be able to remove your responses after the interview, but not after April 1, 2022, as it is expected that the data analysis will start at that time. You do not waive any legal claims, rights, or remedies because of your participation in this research study. This project has been reviewed by the Research Ethics Board at the University of Guelph for compliance with federal guidelines for research involving human participants. If you have any questions or concerns about your rights and welfare as a research participant in this study, you can contact the Director of Research Ethics by email or phone. Their contact information is on the first page of the Participant Consent form. You can also contact my faculty advisor, Dr. Karen Landman, by email. Karen's information can be found on the first page of the Participant Consent form. Your experiences as a farmer are valued and important to my research. Before we get started, do you have any questions or concerns? • Answer any questions or concerns • Ask interviewee whether they agree to be interviewed, agree to be recorded and whether they would like to receive a summary of the research findings.
Part 1: Farmer's profile	• Farmers' name and gender: _____ () male () female • How old are you? • What is your education level? () Less than high school diploma () High school diploma () Some college, no degree () College diploma () Bachelor's degree () Above Bachelor's degree • What is your farm/cropland location (address)? () Urban area () Peri-urban area • Where did you grow up? In an urban area or a rural area? • What was the main reason that led you to grow food? () Family tradition () Need to complement the diet and availability of food

	for own consumption ☐ Obtaining income from the marketing of food ☐ Other – which one? Do you practice agriculture as a full-time or part-time activity? Do you see it as a profession or a hobby?
Part 2: Characterization of food production:	- How long have agricultural activities been carried out in this location? (How old is the farm/cropland?) - What agricultural products are produced or grown? Crops: Livestock: Dairy: Others: - What is the main destination of the food produced? ☐ Own consumption ☐ Marketing ☐ Other - Do you consume at least part of the food produced? If so: A) Do you consider that the food produced represents some savings in your food expenses? If yes, is it a significant saving? B) Do you consider that there was some improvement in your eating habits resulting from the practice of agriculture? - Is any of the food marketed? If so, where?
Part 3: Farm/cropland infrastructure and organization:	- Do other people share the activities on the crops/farm? Are they family, friends or employees? - Do you live on farm/cropland or elsewhere? - Do you own farm/cropland or is the land rented?
Part 4:	What is the source of the water used for crops: ☐ Municipal water

Techniques, resources and inputs used in crops:	☐ Well water ☐ River, stream, dam ☐ Water reservoir ☐ Other – which one? - Techniques used: A) Irrigation (how is it done?): B) Are tractors or other equipment used for soil preparation? - Regarding the inputs used in production: A) Are crops based mostly on planting seedlings or seeds? B) The seeds or seedlings are: ☐ Own (seed saved and then replanted) ☐ Purchased ☐ Another source – from where? C) Are fertilizers used in the crops? If so, are they: ☐ Organic - which ones? ☐ Chemicals - which ones? D) Is any pest control method used? If so, which one? ☐ Pesticides ☐ Organic and natural products – which ones? ☐ Others – which ones? E) In cases where inputs are purchased, where is the purchase made? E.g., farmstore, online supplier, etc.
Part 5: Difficulties and challenges faced by urban and peri-urban farmers	Do you face any of the following difficulties related to the practice of agriculture? ☐ Lack of money ☐ Lack of space ☐ Lack of technical knowledge ☐ Lack of water ☐ Lack of time

	() Cost of electricity () Others – which ones? () There are no difficulties • Does the municipal government support the development of crop production in any way? If so, how? • Do you receive any kind of provincial or federal support for the production of crops? • Do you receive any kind of technical guidance? Do you participate or have participated in any educational course or lectures related to agriculture? • How do you think the municipal/province government could support food production in urban and peri-urban areas?
Part 6: Further Thoughts	• Is there anything else you might like to add? • Is there anything else you would like to say?
Conclusion	Thank you for your participation!

**ANEXO 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS AGRICULTORES
URBANOS E PERIURBANOS DE *CENTRE WELLINGTON* – VERSÃO TRADUZIDA
EM PORTUGUÊS**

Roteiro de Entrevista – Agricultura Urbana e Periurbana em *Centre Wellington*, Ontário

Apresentações, estabelecer confiança e uma atmosfera de empoderamento, explicar sobre o consentimento e o processo da entrevista	Apresentações: Apresentar a pesquisadora, explicar o objetivo da entrevista e fornecer a carta de consentimento para assinatura. Como agricultor(a) cuja fazenda/terra de cultivo está localizada na área urbana/periurbana do município de <i>Centre Wellington</i>, o(a) senhor(a) foi convidado(a) a participar desta entrevista. Meu objetivo é entender a agricultura urbana e periurbana em <i>Centre Wellington</i> e determinar como esse tipo de agricultura contribui para o desenvolvimento local e a segurança alimentar, além de entender as dificuldades e desafios enfrentados pelos agricultores urbanos e periurbanos. Esta pesquisa é parte de minha dissertação de mestrado, que está sendo desenvolvida parcialmente aqui, na <i>University of Guelph</i>, e principalmente no Brasil, na UNESP. Por favor, deixe-me saber se o(a) senhor(a) gostaria de receber um resumo da minha pesquisa, que eu posso enviá-lo por e-mail quando a pesquisa estiver completa. Durante a entrevista, farei perguntas sobre os alimentos que o(a) senhor(a) cultiva; as técnicas e insumos utilizados no processo de cultivo; suas motivações para se tornar agricultor(a) e também as dificuldades e desafios dessa ocupação. O que o(a) senhor(a) precisa saber antes de começarmos: Se o(a) senhor(a) concordar, gostaria de gravar nossa chamada no Zoom, que provavelmente levará de 20 a 30 minutos. Gravar a entrevista me permitirá garantir que ela seja precisa, não dependendo apenas de minhas anotações. Não se sinta pressionado(a) a concordar que a entrevista seja gravada; esta é sua decisão e a gravação não é necessária se o(a) senhor(a) não se sentir confortável com isso. Posso simplesmente tomar notas durante a nossa entrevista. A gravação da entrevista será excluída assim que concluirmos nossa análise, o que deve acontecer no final de maio de 2022. Até lá, a gravação será mantida segura em um computador protegido por senha. Para garantir que sua privacidade seja respeitada, peço que o(a) senhor(a) compartilhe apenas coisas com as quais se sinta confortável. Novamente, quaisquer identificadores pessoais serão mantidos em sigilo. Como pesquisadora, respeitarei as informações que o(a) senhor(a) compartilhar comigo. Mantereí seu nome em sigilo, o que significa que ele
--	---

	não será compartilhado com ninguém, incluindo a <i>University of Guelph</i> ou em nenhum dos meus resultados de pesquisa. É sua escolha participar da pesquisa. O(a) senhor(a) pode mudar de ideia a qualquer momento. Se decidir que não quer fazer parte da pesquisa, isso não afetará seu relacionamento com a <i>University of Guelph</i>. O(a) senhor(a) poderá remover suas respostas após a entrevista, mas não após 1º de abril de 2022, pois espera-se que a análise de dados comece nesse momento. O(a) senhor(a) não renuncia a quaisquer reivindicações legais, direitos ou recursos devido à sua participação neste estudo. Este projeto foi revisado pelo Conselho de Ética em Pesquisa da <i>University of Guelph</i> em conformidade com as diretrizes federais para pesquisas envolvendo participantes humanos. Se o(a) senhor(a) tiver alguma dúvida ou preocupação sobre seus direitos e bem-estar como participante da pesquisa neste estudo, entre em contato com o Diretor de Ética em Pesquisa por e-mail ou telefone. Suas informações de contato estão na primeira página do formulário de consentimento. O(a) senhor(a) também pode entrar em contato com minha orientadora, Dra. Karen Landman, por e-mail. As informações de Karen podem ser encontradas na primeira página do formulário de consentimento do participante. Suas experiências como agricultor(a) são valorizadas e importantes para minha pesquisa. Antes de começarmos, o(a) senhor(a) tem alguma dúvida ou preocupação? • Responder a quaisquer perguntas ou preocupações; • Perguntar ao entrevistado(a) se ele/ela concorda em ser entrevistado(a), concorda em ser gravado(a) e se gostaria de receber um resumo dos resultados da pesquisa.
Parte 1: Perfil do(a) agricultor(a)	• Nome e sexo do(a) agricultor(a): _____ () masculino () feminino • Qual sua idade? • Qual seu grau de escolaridade? () Menor que ensino médio completo () Ensino médio completo () “College” ou superior incompletos () Diploma de “college” () Ensino superior completo () Pós-graduação • Onde se localiza sua fazenda/área de cultivo?

	() Área urbana () Área periurbana • Onde o(a) senhor(a) cresceu? Em uma área urbana ou rural? • Qual a principal razão que o/a levou a começar a cultivar alimentos? () Tradição familiar () Necessidade de complementar a alimentação e aumentar a disponibilidade de alimentos para consumo próprio () Obter renda da comercialização dos alimentos () Outra – Qual? • O(a) senhor(a) pratica a agricultura em tempo integral ou em períodos menores? O(a) senhor(a) vê a agricultura como uma profissão ou um hobby?
Parte 2: Caraterização da produção	• Há quanto tempo o(a) senhor(a) pratica a AUP nesta localidade? (Há quanto tempo a fazenda/área de cultivo existe?) • Quais alimentos são produzidos? - Vegetais: - Criação animal: - Laticínios: - Outros: • Qual o principal destino dos alimentos produzidos? () Autoconsumo () Comercialização () Outro • O(a) senhor(a) consome ao menos parte dos alimentos produzidos? Se sim: A) O(a) senhor(a) considera que os alimentos produzidos representam uma economia em suas despesas com alimentação? Se sim, considera esta economia significativa? B) O(a) senhor(a) considera que houve melhora em seus hábitos alimentares derivada da produção de alimentos? • Alguma parcela dos alimentos é comercializada? Se sim, onde?

Parte 3: Estrutura e organização das unidades produtivas	• O(a) senhor(a) compartilha as atividades de agricultura com outras pessoas? Se sim, são família, amigos ou funcionários? • O(a) senhor(a) vive no mesmo lugar onde as atividades de AUP são desenvolvidas ou em outro local? • O terreno onde os alimentos são cultivados é próprio ou alugado/arrendado?
Parte 4: Técnicas, recursos e insumos utilizados nos cultivos	• Qual a origem da água utilizada nos cultivos: () Água da rede municipal (encanada) () Poço () Rio, riacho, açude () Reservatório () Outra – Qual? • Técnicas utilizadas: A) Irrigação (como é feita)? B) Utiliza tratores ou outros equipamentos para preparação do solo? • Quanto aos recursos utilizados na produção: A) Os cultivos são baseados majoritariamente na plantação de sementes ou mudas? B) As mudas ou sementes são: () Próprias (sementes guardadas e replantadas) () Compradas () Outra fonte – Qual? C) São utilizados adubos/fertilizantes nos cultivos? () Orgânicos – Quais? () Químicos – Quais? D) É utilizado algum método de controle de pragas? Se sim, qual? () Agrotóxicos

	☐ Produtos orgânicos e naturais – Quais? ☐ Outros – Quais? E) Nos casos em que os insumos são comprados, onde é feita a compra? Ex: Agropecuária, loja online, etc.
Parte 5: Dificuldades e desafios enfrentados pelos(as) agricultores(as) urbanos e periurbanos	- O(a) senhor(a) enfrenta alguma das seguintes dificuldades relacionadas à prática da agricultura? Quais? ☐ Falta de dinheiro ☐ Falta de espaço ☐ Falta de conhecimento técnico ☐ Falta de água ☐ Falta de tempo ☐ Custo da energia elétrica ☐ Outras – Quais? ☐ Não há dificuldades - O governo municipal apoia o desenvolvimento dos cultivos de alguma forma? Se sim, como? - O(a) senhor(a) recebe algum tipo de apoio provincial ou federal para o desenvolvimento dos cultivos? - O(a) senhor(a) recebe algum tipo de suporte técnico? Participa ou já participou de algum curso ou palestra relacionados à agricultura? - Como o(a) senhor(a) acha que o governo municipal/provincial poderia apoiar o desenvolvimento de cultivos em áreas urbanas e periurbanas?
Parte 6: Informações adicionais	- Há algo mais que o(a) senhor(a) gostaria de adicionar? - Há algo mais que o(a) senhor(a) gostaria de dizer?
Conclusão	Obrigada pela sua participação!

**ANEXO 5 - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO REPRESENTANTE
POLÍTICO MUNICIPAL DE *CENTRE WELLINGTON* - VERSÃO ORIGINAL EM
INGLÊS**

**Interview Script – Urban and Peri-Urban Agriculture in Centre Wellington, Ontario – Key people
(municipal government representative)**

Introductions, establish trust and explain interview consent and process	Introductions: Introduce researcher, explain the purpose of the interview, and provide the consent letter for signature. As a representative of the municipal government of the Township of Centre Wellington, you have been invited to participate in this interview. I wish to understand urban and peri-urban agriculture in Centre Wellington and determine how this type of agriculture contributes to local development and food security, in addition to understanding the difficulties and challenges faced by urban and peri-urban farmers. This research is part of my master's thesis, which is being developed partially here, at the University of Guelph, and mostly in Brazil, at the State University of São Paulo. Please let me know if you would like to receive a summary of my research, which I can email to you when it is complete. During the interview, I will ask you questions related to your knowledge of urban and peri-urban agriculture, your role in projects aimed at this type of agriculture and your opinions on general aspects of this topic. What you need to know before we start: If you agree, I would like to record our Zoom call, which will take likely 20 to 30 minutes. Recording the interview will allow me to ensure that it is accurate, and not simply rely on note-taking. Do not feel pressured to agree that the interview be recorded; this is your decision and the recording is not necessary if you are not comfortable with it. I can simply take notes during our interview. The interview recording will be deleted once we complete our analysis, which is expected to happen at the end of May 2022. Until then, the recording will be kept secure on a password-protected computer. To ensure that your privacy is respected, I ask that you only share things that you are comfortable with. Again, any personal identifiers will be kept confidential. As the researcher, I will respect the information you share with me. I will keep your name confidential, which means that it will be kept private and will not be shared with anyone, including the University of Guelph or in any of my research results. It is your choice to participate in the research. You can change your mind at
--	---

	any time. If you decide you do not want to be part of the research, it will not affect your relationship with the University of Guelph. You will be able to remove your responses after the interview, but not after April 1, 2022, as it is expected that the data analysis will start at that time. You do not waive any legal claims, rights, or remedies because of your participation in this research study. Before we get started, do you have any questions or concerns? • Answer any questions or concerns • Ask interviewee whether they agree to be interviewed, agree to be recorded and whether they would like to receive a summary of the research findings.
Part 1: General information	• Name • Age • Job position
Part 2: Questions related to urban and peri-urban agriculture	• What do you understand by urban and peri-urban agriculture? • Have you ever had contact with social projects, or any policy related to urban and peri-urban agriculture? If yes, describe what they were and how was your participation. • What do you know about Centre Wellington's Community Gardens? Is the township municipal government involved in any way in organizing these gardens? Contribute or support in any way? • Do you think it's important that the government support this type of agriculture? • In your opinion, would it be possible to implement support actions/public policies aimed at urban and peri-urban agriculture in Centre Wellington? • If so, can you imagine how these policies/actions could be developed? Where would the initiatives need to come from?
Part 3:	

Additional information	• Is there anything else you might like to add?
Conclusion	Thank you for your participation!

**ANEXO 6 - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO REPRESENTANTE
POLÍTICO MUNICIPAL DE *CENTRE WELLINGTON* - VERSÃO TRADUZIDA EM
PORTUGUÊS**

**Roteiro de Entrevista – Agricultura Urbana e Periurbana em *Centre Wellington* – Pessoas-chave
(representante do governo municipal)**

Apresentações, estabelecer confiança e explicar sobre o processo da entrevista	Apresentações: Apresentar a pesquisadora e explicar o objetivo da entrevista. Como representante do governo municipal da <i>Township de Centre Wellington</i>, o(a) senhor(a) foi considerado(a) uma pessoa-chave para a complementação da minha pesquisa de mestrado, e, portanto, foi convidado(a) a participar desta entrevista. Meu objetivo é entender a agricultura urbana e periurbana em <i>Centre Wellington</i> e determinar como esse tipo de agricultura contribui para o desenvolvimento local e a segurança alimentar, além de entender as dificuldades e desafios enfrentados pelos agricultores urbanos e periurbanos. Esta pesquisa é parte de minha dissertação de mestrado, que está sendo desenvolvida parcialmente aqui, na <i>University of Guelph</i>, e principalmente no Brasil, na UNESP. Por favor, deixe-me saber se o(a) senhor(a) gostaria de receber um resumo da minha pesquisa, que eu posso enviá-lo por e-mail quando a pesquisa estiver completa. Durante a entrevista, farei perguntas relacionadas ao seu conhecimento em relação à agricultura urbana e periurbana, à sua atuação em projetos voltados a este tipo de agricultura e às suas opiniões a respeito de aspectos gerais deste tema. O que o(a) senhor(a) precisa saber antes de começarmos: Se o(a) senhor(a) concordar, gostaria de gravar nossa chamada no Zoom, que provavelmente levará de 20 a 30 minutos. Gravar a entrevista me permitirá garantir que ela seja precisa, não dependendo apenas de minhas anotações. Não se sinta pressionado(a) a concordar que a entrevista seja gravada; esta é sua decisão e a gravação não é necessária se o(a) senhor(a) não se sentir confortável com isso. Posso simplesmente tomar notas durante a nossa entrevista. A gravação da entrevista será excluída assim que concluirmos nossa análise, o que deve acontecer no final de maio de 2022. Até lá, a gravação será mantida segura em um computador protegido por senha. Para garantir que sua privacidade seja respeitada, peço que o(a) senhor(a) compartilhe apenas coisas com as quais se sinta confortável. Novamente, quaisquer identificadores pessoais serão mantidos em sigilo.
--	---

	Como pesquisadora, respeitarei as informações que o(a) senhor(a) compartilhar comigo. Manterei seu nome em sigilo, o que significa que ele não será compartilhado com ninguém, incluindo a <i>University of Guelph</i> ou em nenhum dos meus resultados de pesquisa. É sua escolha participar da pesquisa. O(a) senhor(a) pode mudar de ideia a qualquer momento. Se decidir que não quer fazer parte da pesquisa, isso não afetará seu relacionamento com a <i>University of Guelph</i>. O(a) senhor(a) poderá remover suas respostas após a entrevista, mas não após 1º de abril de 2022, pois espera-se que a análise de dados comece nesse momento. O(a) senhor(a) não renuncia a quaisquer reivindicações legais, direitos ou recursos devido à sua participação neste estudo Antes de começarmos, o(a) senhor(a) tem alguma dúvida ou preocupação? • Responder a quaisquer perguntas ou preocupações • Perguntar ao entrevistado(a) se ele/ela concorda em ser entrevistado(a), concorda em ter a entrevista gravada e se ele/ela gostaria de receber um resumo dos resultados da pesquisa.
Parte 1: Informações gerais	• Nome • Qual sua idade? • Qual seu cargo?
Parte 2: Questões voltadas à AUP	• O que o(a) senhor(a) entende por agricultura urbana e periurbana? • Já teve contato com programas e/ou projetos relacionados à agricultura urbana e periurbana? Em caso afirmativo, descreva quais foram e como foi sua participação. • O que o(a) senhor(a) sabe sobre as hortas comunitárias de <i>Centre Wellington</i>? O governo municipal está envolvido de alguma forma na organização destas hortas? Contribui ou apoia de alguma forma? • O(a) senhor(a) considera importante que o governo municipal apoie este tipo de agricultura? • Em sua opinião, seria possível implementar ações de suporte/políticas públicas voltadas à agricultura urbana e periurbana em <i>Centre Wellington</i>?

	• Se sim, o(a) senhor(a) consegue imaginar, na prática, como estas políticas/ações poderiam ser elaboradas? De onde precisariam surgir as iniciativas?
Parte 3: Informações adicionais	• Há algo mais que o(a) senhor(a) gostaria de adicionar?
Conclusão	Obrigada pela sua participação!